



FORPES

1º FÓRUM DE PESQUISA GESTÃO DE DOCUMENTOS E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

21 e 22 de novembro de 2024
João Pessoa, Paraíba, Brasil
Campus V - UEPB



CADERNO DE RESUMOS

Eliete Correia dos Santos
Vancarder Brito Sousa
Manuela Eugênio Maia
Thais Helen do Nascimento Santos
Lesleyanne Rodrigues de Lima
Ana Carolina Soares Santos
Janaina Lima dos Santos
Organização





Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz (*Reitora*)

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca (*Vice-Reitora*)



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa (*Diretor*)

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (*UEPB*)

Alberto Soares de Melo (*UEPB*)

Antonio Roberto Faustino da Costa (*UEPB*)

José Etham de Lucena Barbosa (*UEPB*)

José Luciano Albino Barbosa (*UEPB*)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (*UEPB*)

Patrícia Cristina de Aragão (*UEPB*)

Expediente EDUEPB

Erick Ferreira Cabral (*Design Gráfico e Editoração*)

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes (*Design Gráfico e Editoração*)

Leonardo Ramos Araujo (*Design Gráfico e Editoração*)

Elizete Amaral de Medeiros (*Revisão Linguística*)

Antonio de Brito Freire (*Revisão Linguística*)

Danielle Correia Gomes (*Divulgação*)

Efigênio Moura (*Comunicação*)

Eli Brandão da Silva (*Assessoria Editorial*)

Thaise Cabral Arruda (*Assessoria Técnica*)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br



1º FÓRUM DE PESQUISA GESTÃO DE DOCUMENTOS E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

21 e 22 de novembro de 2024
João Pessoa, Paraíba, Brasil
Campus V - UEPB

CADERNO DE RESUMOS

Eliete Correia dos Santos
Vancarder Brito Sousa
Manuela Eugênio Maia
Thais Helen do Nascimento Santos
Lesleyanne Rodrigues de Lima
Ana Carolina Soares Santos
Janaina Lima dos Santos
Organização



Campina Grande
2025



PRESIDENTE

Dra. Eliete Correia dos Santos

COMISSÃO DO FORPES

Dra. Eliete Correia dos Santos
Dr. Vancarder Brito Sousa
Dr. Manuela Eugênio Maia
Dra. Thais Helen do Nascimento Santos
Mestranda Lesleyanne Rodrigues de Lima
Mestranda Ana Carolina Soares Santos
Mestranda Janaína Lima dos Santos

SECRETÁRIA

Mestranda Ana Carolina Soares Santos

MONITORES

Bárbara Fabrício da Silva
Evelly Raiane da Silva
Gabriel Roque dos Santos Queiroz
Lucas Moraes de Luna
Victor Ferreira Batista

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula
Dra. Claudialyne da Silva Araújo
Dra. Eliete Correia dos Santos
Dra. Isa Maria Freire
Dra. Jacqueline Echeverria
Dr. Josemar Henrique de Melo
Dra. Julianne Teixeira e Silva
Dra. Maria Meriane Vieira
Dra. Manuela Eugênio Maia
Dr. Ramsés Nunes e Silva
Dra. Thais Helen do Nascimento Santos
Dr. Vancarder Brito Sousa
Dr. Welder Antônio Silva

PARECERISTAS AD HOC

Dra. Ana Cláudia Cruz Córdula
Dra. Ana Lúcia da Silva Terra
Dra. Bárbara Carvalho Diniz
Dra. Brenda Couto de Brito Rocco
Dra. Carla Maria de Almeida
Dra. Claudialyne da Silva Araújo
Dr. Edvaldo Carvalho Alves
Dra. Eliete Correia dos Santos
Dra. Genoveva Batista do Nascimento
Dra. Jacqueline Echeverria Barrancos
Dr. Jimmy de Almeida Léllis
Dr. Josemar Henrique de Melo
Dra. Julianne Teixeira e Silva
Dr. Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Dra. Manuela Eugênio Maia
Dr. Marckson Roberto Ferreira de Sousa
Dra. Maria da Vitória Barbosa Lima
Dra. Maria Meriane Vieira
Dra. Priscila Ribeiro Gomes
Dr. Ramsés Nunes e Silva
Dra. Renata Lira Furtado
Dr. Renato Pinto Venâncio
Dra. Thais Helen do Nascimento Santos
Dr. Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita
Dr. Vancarder Brito Sousa
Dr. Wagner Junqueira de Araújo
Dr. Welder Antônio Silva

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

F745 Fórum de Pesquisa - Forpes (1. : 2024 : João Pessoa, PB).

Gestão de documentos e governança arquivística [recurso eletrônico] : caderno de resumos do 1º Fórum de Pesquisa - Forpes, João Pessoa, Paraíba, Brasil, 21 e 22 de novembro de 2024 / organização de Eliete Correia dos Santos ... [et al.] ; apresentação de Manuela Eugênio Maia ... [et al.] - Campina Grande : EDUEPB, 2025.
199 p. : 18 x 25 cm.

ISBN: 978-65-5221-135-4 (2.657 KB - PDF)
ISBN: 978-65-5221-134-7 (5.581 KB - Epub)

1. Arquivologia. 2. Governança Arquivística. 3. Saberes Arquivísticos. I. Santos, Eliete Correia. II. Sousa, Vancarder Brito. III. Maia, Manuela Eugênio. IV. Nascimento, Thais Helen do. V. Lima, Lesleyanne Rodrigues de. VI. Santos, Ana Carolina Soares. VII. Santos, Janaina Lima dos. VIII. Título.

21. ed. CDD 020

DEDICATÓRIA

Este Caderno de Resumos é dedicado à memória de Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística, cuja trajetória foi interrompida de forma precoce, mas jamais será esquecida.

Rita marcou a história do PPGDARQ com sua presença ativa, sua generosidade intelectual e humana, seu compromisso com a justiça social e com os saberes arquivísticos. Companheira de lutas, de sonhos e de ideias, ela deixa um legado de afeto, coragem e inspiração para todos e todas que tiveram o privilégio de conviver com sua luz.

Que sua memória siga viva nas trilhas da pesquisa, nas práticas de cuidado com os arquivos e nas ações que visam construir um mundo mais ético, justo e inclusivo.

SUMÁRIO

11 APRESENTAÇÃO

Manuela Eugênio Maia

Eliete Correia dos Santos

Ana Carolina Soares Santos

Lesleyanne Rodrigues de Lima

LINHA 1

ARQUIVOLOGIA E SUAS DIMENSÕES INTERDISCIPLINARES

15 A LITERACIA DIGITAL E A GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE INVESTIGATIVA À LUZ DA PERSPECTIVA SISTÊMICA NAS POLÍTICAS DE PADRONIZAÇÃO DO SEI

Ana Carolina Soares Santos

Eliete Correia dos Santos

Ana Lúcia Terra

25 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: IMPACTOS NOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Ananda Fernandes Valério

Ana Cláudia Cruz Córdula

- 35 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA EM REDE: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A INTEGRAÇÃO DO SUAP ÀS BOAS PRÁTICAS**
Carlos Alberto Chaves Júnior
Maria Meriane Vieira da Rocha.
Isa Maria Freire
- 46 DIFUSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA: DEMOCRATIZANDO A MEMÓRIA**
Francisca Juciane Alexandre da Silva
Ana Cláudia Cruz Córdula
- 56 GERÊNCIA EXECUTIVA DE TRATAMENTO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (APEPB): PROPOSTA DE PROGRAMA DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA**
Hilza Costa Cavalcante
Maria Meriane Vieira da Rocha
- 66 O QUE SE OUVI, O QUE SE GUARDA: UMA PROPOSTA DE CATÁLOGO DIGITAL PARA O ACERVO SONORO (ANALÓGICO) DE VINIL DA RÁDIO TABAJARA**
Janaína Lima dos Santos
Ramsés Nunes e Silva
- 75 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O ARQUIVO PESSOAL DE MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN NA MEMUS PB**
Lesleyanne Rodrigues de Lima
Ramsés Nunes e Silva

86 A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS E GOVERNANÇA EM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA FRANCESA

Lídia Santos do Nascimento Gomes

Eliete Correia dos Santos

95 DIÁLOGOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO ATRAVÉS DE ACERVO FOTOGRÁFICO DA PARAÍBA – IPHAN/PE

Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral

Vancarder Brito Sousa

LINHA 2

SABERES E FAZERES ARQUIVÍSTICOS PARA A GOVERNANÇA

106 GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO PARA UMA ORGANIZAÇÃO PRIVADA

Célio Roberto Freire de Miranda

Thais Helen do Nascimento Santos

115 ONTOGÊNESE DOCUMENTAL E CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA MULTIFACETADA: DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE SISTEMA INFORMATIZADO

Daniel Pericles Santos Canuto

Julianne Teixeira e Silva

126 CRIAÇÃO DE ÍNDICE DE ASSUNTO PARA EVENTOS EM ARQUIVOLOGIA

Emanuela Tavares Cysneiros de Oliveira

Manuela Eugênio Maia

**136 GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO ARQUIVÍSTICOS:
ELEMENTOS E BASES PARA O CONTROLE DA MELHORIA
CONTÍNUA**

Everaldo Bezerra Chaves

Josemar Henrique de Melo

**147 GESTÃO DE DOCUMENTOS EM ACERVOS
ACADÊMICOS: PROPOSTA DE MANUAL PARA O CENTRO
DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA**

Gabriela de Melo Gomes

Thais Helen do Nascimento Santos

**155 PRESERVAÇÃO DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS:
DESAFIOS ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A
INTEGRIDADE DIGITAL**

Isabel Cristina Lourenço Freire

Claudialyne da Silva Araújo

**164 PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SISTEMAS
DE PROTOCOLO: UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE
APLICABILIDADE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE
DOCUMENTOS**

Kissia Danielly de Souza Nunes

Julianne Teixeira e Silva

**175 A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS
DIGITAIS EM PLATAFORMAS PROPRIETÁRIAS
DE GESTÃO DE DOCUMENTOS: LEVANTAMENTOS
DE REQUISITOS PARA O GERENCIAMENTO E A
GOVERNANÇA**

Moisés dos Santos Corcino

Welder Antônio Silva

185 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO ARQUIVO PÚBLICO NO ESTADO DA PARAÍBA

Raissa Kelly Marinho dos Santos

Jacqueline Echeverría Barrancos


196 SOBRE OS ORGANIZADORES

APRESENTAÇÃO

O I Fórum de Pesquisa (Forpes) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), modalidade profissional, das Universidades Estadual da Paraíba e Federal da Paraíba, ocorreu nos dias 21 e 22 de novembro de 2024. O evento reuniu, no Campus V da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), estudantes e docentes do PPGDARQ e pesquisadores, nas modalidades presencial e híbrida.

A programação contou com as apresentações dos resumos expandidos da turma 2024.1 e com palestras de abertura e de encerramento. A primeira palestra teve como título “A Pesquisa e a Inovação no Estado da Paraíba” e foi ministrada pelos professores Dr. Aluísio Mario Lins Souto (UFPB) e Dr. Francisco Jaime Bezerra Mendonça Junior (UEPB). A palestra de encerramento, intitulada “Abordagens antrópicas nas disciplinas da Ciência da Informação”, foi proferida pelo professor Dr. Marcos Galindo Lima, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O Forpes é um evento acadêmico-científico de caráter permanente, anual e orientado, cuja natureza é obrigatória e vinculada à atividade Seminário de Pesquisa. Seu objetivo é avaliar a consistência teórico-metodológica dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do Programa de Pós-Graduação. Nesse contexto, uma comissão formada por estudantes e docentes do PPGDARQ normatizou o funcionamento do Fórum, estabelecendo a Resolução nº 002/2024, aprovada pelo seu Colegiado em 25 de setembro de 2024. A resolução está em consonância com as atribuições conferidas pelos Artigos 38, §1º, 43 e 44, § 4º do regulamento do referido Programa, aprovado pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe)/UFPB nº 020/2022.



A comissão estabeleceu o cronograma para a realização do evento, coordenando e organizando sua execução, bem como providenciando a divulgação das instruções para elaboração, submissão e avaliação do projeto de pesquisa, apresentados sob o formato de resumo expandido.


Os resumos expandidos foram elaborados com o objetivo de valorizar a produção dos saberes desenvolvidos pelos(as) mestrandos(as) e seus orientadores(as), abrangendo exclusivamente aqueles vinculados ao PPGDARQ. Outro objetivo dessa produção é apresentar o andamento da pesquisa de mestrado e sua estrita vinculação com a Linha 1, Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares, ou Linha 2, Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança. Conforme prevista na Resolução nº 002/2024, os resumos expandidos são publicados em Caderno de Resumos.

Os resumos foram apresentados pelos(as) estudantes, conta com a participação do(a) orientador(a), e avaliados por uma banca composta por um(a) membro(a) do Programa e um(a) membro(a) externo(a), os(as) quais ofereceram sugestões, visando ao aprimoramento dos trabalhos.

Assim, os resumos expandidos do I Fórum de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística priorizaram a clareza do conteúdo e a articulação entre os conceitos inerentes à pesquisa e aos procedimentos metodológicos. Os resumos estão organizados por Linha de Pesquisa, seguindo da ordem alfabética dos(as) autores(as), e versam sobre o momento inicial da pesquisa, as dificuldades enfrentadas, os próximos passos para a sua conclusão e produto esperado investigação.

Os textos que compõem este caderno são de inteira responsabilidade de seus autores e autoras, que assumem o compromisso ético e acadêmico pela veracidade das informações, pela originalidade das propostas e pela adequação metodológica dos conteúdos apresentados. As ideias e posicionamentos expressos nos resumos não refletem necessariamente a opinião institucional do PPGDARQ, mas representam a diversidade e a riqueza das reflexões desenvolvidas no âmbito do Programa.

Convidamos, assim, a comunidade acadêmica, profissionais da área, estudantes e demais interessados a mergulharem na leitura deste caderno,



como uma oportunidade de conhecer investigações em curso, dialogar com diferentes olhares e acompanhar os caminhos que vêm sendo trilhados na construção do conhecimento arquivístico em suas interfaces com a governança, a memória e a inovação.

Manuela Eugênio Maia
Eliete Correia dos Santos
Ana Carolina Soares Santos
Lesleyanne Rodrigues de Lima

LINHA 1

ARQUIVOLOGIA E SUAS DIMENSÕES INTERDISCIPLINARES

A LITERACIA DIGITAL E A GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: UMA ANÁLISE INVESTIGATIVA À LUZ DA PERSPECTIVA SISTÊMICA NAS POLÍTICAS DE PADRONIZAÇÃO DO SEI

Ana Carolina Soares Santos

Graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. ana.santos@aluno.uepb.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/7443071210602711>, <https://orcid.org/0009-0005-4585-9147>.

Eliete Correia dos Santos

Pós-doutorado em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. eliete.santos@servidor.uepb.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/3267723385743006>, <https://orcid.org/0000-0002-5491-5711>.

Ana Lúcia Terra

Doutorada em Ciências Documentais pela Universidade de Coimbra (UC) em Portugal. Professora Auxiliar na Faculdade de Letras da UC, onde leciona na Licenciatura, no Mestrado e no Doutorado em Ciência da Informação. anaterre@fl.uc.pt, <http://lattes.cnpq.br/8562464139737212>, <https://orcid.org/0000-0003-1292-2849>.

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

A Literacia Digital pode ser entendida como uma competência que permite ao indivíduo manusear e dominar as tecnologias digitais para alcançar determinados interesses no ambiente computacional. Segundo Pereira (2011) e Aires (2015), a Literacia Digital não se trata, apenas, do indivíduo conseguir ligar um computador, mas envolve os aspectos que o fizeram recordar aquilo que ele aprendeu.

Para o contexto digital nas organizações, urge, sobretudo, que se estabeleçam políticas de Literacia Digital que englobem as ações de aplicação de sistemas voltadas aos colaboradores, bem como o acompanhamento e desenvolvimento deles no que tange suas habilidades digitais nesses ambientes. Dessa forma, os colaboradores poderão executar os serviços com mais segurança, uma vez que foram preparados para atuar nessas novas aplicações.

Nesse sentido, o Governo Federal do Brasil tem investido na busca pela padronização de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a qual passará a fazer parte de todas as instituições federais. O SEI é um sistema que foi projetado para executar atividades de natureza arquivística, devido aos documentos arquivísticos nele criados, tramitados e armazenados.

Nesta pesquisa, enfatizamos a abordagem sistêmica, considerando que ela traz uma ideia de que o arquivo é um sistema que mantém contribuições entre partes, o que direciona à noção ampliada de governança arquivística, muito discutida por Jardim (2018). À vista disso, elaboramos as questões: 1) Como os estudos sistêmicos dos portugueses podem contribuir na compreensão e ampliação da noção Governança Arquivística, considerando as políticas de Literacia Digital? 2) De que maneira as políticas do SEI estão direcionadas ao desenvolvimento da Literacia Digital dos servidores para servir como “ponto de partida” na formulação de uma política de Literacia Digital referencial?

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo geral promover orientações para construção de políticas de Literacia Digital voltadas à dimensão da macroarquivologia e sistêmica, a partir da realidade do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Para isso, são traçados os seguintes objetivos específicos: a) Depreender como a perspectiva sistêmica, de Portugal, e a noção de Governança Arquivística podem contribuir na estruturação das políticas de Literacia Digital; b) Investigar como as políticas abrangem o desenvolvimento da Literacia Digital direcionado à padronização do SEI e; c) Apontar as estratégias que poderiam ser seguidas para garantir a Literacia Digital em uma dimensão da macroarquivologia e sistêmica.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A natureza desta pesquisa será aplicada, tendo em vista que a pesquisa é direcionada à solução de um problema prático. Quanto aos objetivos principal e específicos, utilizaremos uma pesquisa exploratória e descritiva, pois possibilitam ao pesquisador conhecer e analisar o objeto.

2.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Desenvolveremos uma pesquisa bibliográfica para teorizar esse estudo e de campo, em Portugal, através de uma entrevista semiestruturada, pois ela permite “[...] que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72), e será aplicada entre alguns professores e pesquisadores que estudam a Literacia Digital e a visão sistêmica; como também no Brasil, através de quatro representantes de órgãos federais distintos, de João Pessoa, que viabilizarão o entendimento acerca das ações e políticas existentes do SEI.

2.2 MÉTODO QUADRIPOLAR

O método de análise dos dados que baseará essa pesquisa é o Quadripolar. O Método Quadripolar reflete vários conhecimentos que podem ser aplicados na pesquisa de modo dinâmico e interpolar, explicam Rocha e Terra (2017). No que diz respeito a esse estudo, o Método Quadripolar se adequaria da seguinte maneira:

Figura 1: Método Quadripolar e sua aplicação nessa pesquisa



Fonte: Adaptado de Ferreira, Dieguez e Terra (2017).

Como apresentado na figura, no **Polo epistemológico**, parte o paradigma Pós-Custodial Sistêmico para compreender como se caracteriza a noção de Governança Arquivística para um futuro aprofundamento direcionado às políticas de Literacia Digital. E que é definido com precisão no **Polo Teórico**, momento no qual são realizadas pesquisas bibliográficas. Já no **Polo Técnico** se enquadra a entrevista semiestruturada e a abordagem qualitativa. E no **Polo Morfológico** emerge os resultados obtidos, assim

como as propostas ressaltadas a partir deles e as considerações finais da pesquisa.

2.3 PRODUTO CIENTÍFICO


O produto proposto é um Documentário em vídeo com os pesquisadores e participantes de Portugal, contendo um roteiro pré-estabelecido que estaria voltado às discussões sobre as políticas de Literacia Digital em ambientes organizacionais, baseadas em uma dimensão da macroarquivologia e sistêmica, sendo elas voltadas à visão sistêmica e macroarquivística.

3 COMPREENSÃO DA LITERACIA DIGITAL E SUAS RELAÇÕES CONCEITUAIS

A literacia é um termo utilizado em outros países para retratar a ideia de letramento no Brasil que, iniciou-se em 1980, sendo essa palavra derivada do inglês *literacy*, que está relacionada aos significados de letramento e alfabetização, conforme a tese de Nogueira (2022). Embora, no Brasil, a maioria das obras se refira ao letramento digital, nessa pesquisa, adotamos a Literacia Digital, enquanto objeto científico. No entanto, ressaltamos que ambos os termos se direcionam ao mesmo significado.

De acordo com Aires (2015), Gilster, em sua obra do ano 1997, trouxe um dos primeiros estudos associados à Literacia Digital e popularizou o termo. Por isso, vale destacar que esse assunto já vem sendo discutido há alguns anos. Contudo, a Literacia Digital ainda possui mais destaque devido ao avanço tecnológico acelerado e essa tecnologia exige algumas competências específicas para seu manuseio. As tecnologias digitais surgem na área da Ciência da Informação (CI), que estuda a sociedade e seus fenômenos infocomunicacionais.

O termo Literacia Digital surge de forma isolada, especificamente, na área da educação, mas também abrange outras áreas atualmente, principalmente, as que lidam com informação, como a CI, por exemplo. A Literacia Digital pode ser entendida como as habilidades adquiridas ao




longo do tempo, a qual possibilita a competência digital, ou seja, a capacidade de utilizar as tecnologias digitais. Capobianco (2010) aponta que os estudiosos a conceituam como as habilidades de utilização de computadores e navegação na internet.

Aires (2015) aponta que a literacia abrange as competências em determinada área. Para mais, a Literacia Digital possui caráter social e pode ser realizada de muitos modos. À vista disso, depreendemos, no contexto da Literacia Digital, competências digitais com vasta amplitude informal. Nesse sentido, as perspectivas dominantes da Literacia Digital, são: a literacia pode ser um conjunto de habilidades técnicas ou cognitivas, seguindo a primeira um enfoque conceitual e a segunda operacional (Aires, 2015, grifo nosso). Assim, as habilidades técnicas podem ser efetivadas pelo conhecimento e as cognitivas pela recordação do que foi aprendido a fim de operacionalizar a máquina.

Pereira (2011) aborda uma perspectiva ampliada destas apresentadas anteriormente; segundo o autor, a Literacia Digital não só pode ser vista como um conjunto de habilidades técnicas, mas também como o uso desse aprendizado para satisfazer determinada necessidade do indivíduo. Ele também destaca que o indivíduo que possui Literacia Digital pode ter papel ativo, ao passo que pode provocar a exclusão social de determinado público que não conseguiu ainda se adaptar. E essa expansão pode se dá por meio de políticas a partir da visão macro.

4 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA EM UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA

A governança pode direcionar à ideia de um termo político ou da área administrativa, mas ela pode ser mais abrangente que isso. É importante refletir que a concepção de Governança tem origem longínqua. Nesse sentido, Teixeira e Gomes (2019) explicam que ela surge através de proprietários que tinham seus empreendimentos como fonte de renda e precisavam estabelecer ações de gestão para alcançar os resultados pretendidos que podem ser aplicadas em vários tipos de organização.



No entanto, Gonçalves, Freire e Rei (2021) relatam que, a partir de 1980, o Banco Mundial já considerou ideais da Governança, tendo em vista que os países administrassem o desenvolvimento de projetos, o que ele caracteriza como “boa governança”. Segundo os autores, a Organização das Nações Unidas (ONU) se aprofundou no assunto e conceituou em seu relatório a Governança em 1994.

De acordo com Peters (2013, p. 28), “a ênfase na governança reflete, de muitas maneiras, as preocupações públicas sobre a capacidade de seus sistemas políticos agirem efetiva e decisivamente para resolver problemas políticos”. Assim, ela está muito ligada ao controle de atuação e solução de problemas. Sendo, na atualidade, utilizada em diferentes áreas seja orçamentária, ambiental, da informação e outras.

A governança arquivística é uma perspectiva “embrionária” na área, como enfatiza Jardim (2018), existindo poucos estudos direcionados a ela. A governança arquivística pode ser entendida como “[...] ações transversais ao contexto arquivístico com um forte dinamismo relacional com outras agências, políticas e programas no campo da informação estatal, bem como com setores diversos da sociedade” (Jardim, 2018, p. 40).

Ainda segundo Jardim (2018), ela tem como seu objeto de estudo a gestão arquivística e abrange aspectos da gestão micro e macroarquivísticas, ou seja, questões técnicas e internas do setor de arquivo, bem como ações externas dele associadas a outros espaços institucionais e até segmentos sociais (arquivísticos ou não). Conforme o autor, a microarquivologia é mais desenvolvida na teoria e prática, já a macroarquivologia precisa ser mais aprofundada com relação a estudos e aplicação.

Essas atividades técnico-científicas não podem ser pensadas isoladamente, mas através de um conjunto sistêmico e holístico. Além dessa visão direcionada para dentro dos arquivos, algumas preocupações atuais da área ampliam-se de modo externo ao arquivo, os quais compõem as agências, conselhos, outras instituições, associações, programas e projetos, redes de contato, entre outros. Com isso, surgem os primeiros estudos sobre governança arquivística e, ligados a essa pesquisa, uma perspectiva sistêmica e dinâmica para desenvolvimento de uma política de Literacia Digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas direcionadas à Literacia Digital no SEI introduzirá discussões quanto à visão sistêmica e também direcionará ao que urge desenvolver a Literacia Digital no Brasil. Além das contribuições teóricas da visão sistêmica, nossa pesquisa também irá aprimorar essas discussões de Portugal, direcionando-as para um assunto pouco desenvolvido na Arquivologia, a governança Arquivística.

Nesse sentido, a sociedade terá mais facilidade de acesso à informação, os processos poderão acontecer de modo mais ágil e eficiente etc. E isso impacta diretamente a sociedade, na qual estamos vivendo, uma vez que as instituições federais repensarão em novas estratégias para desenvolver habilidades digitais dos seus colaboradores a fim de melhorar os serviços arquivísticos digitais oferecidos para sociedade. Quanto aos colaboradores, eles terão competências digitais para execução das suas atividades, dominando o SEI, o tempo também será otimizado e, conseqüentemente, terão mais motivação para realizar suas atribuições.

Por esses motivos, essa pesquisa é de extrema relevância para o país, como orientação a futuras padronizações de sistemas através das políticas direcionadas ao desenvolvimento da Literacia Digital, de modo que se apoiem nessas políticas. Assim, ressaltamos que os resultados são parciais, visto que esse estudo ainda está em andamento, sendo ampliado na dissertação de mestrado do PPGDARQ (UEPB/UFPB).

Palavras-chave: literacia digital; arquivologia sistêmica; governança arquivística; sistema eletrônico de informações.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. Literacias Digitais: texto orientador. **Repositório Aberto:** Curso de formação para a docência online, mód. 1, jan. 2015. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6017/1/Literacias%20Digitais_Texto_Orientador_VF.pdf. Acesso em: 8 fev. 2022.

CAPOBIANCO, Lígia. **Comunicação e Literacia Digital na internet**: estudo etnográfico e análise exploratória de dados do Programa de Inclusão Digital AcessaSP – PONLINE. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-16062010-110410/publico/LITERACIADIGITALECOMUNICACAO.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FERREIRA, Olga; DIEGUEZ, Teresa; TERRA, Ana Lúcia. Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Bibliotecas de Ensino Superior: um estudo de caso. In.: SANTOS, Eliete Correia; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de; SILVA, Alzira Karla Araújo da. (Orgs). **Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA**: Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. EDUEPB: Campina Grande, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806?locale-attribute=pt_BR&locale=en. Acesso em: 11 fev. 2022.

GONÇALVES, Alcindo FREIRE, Daniel REI, Fernando. **Governança Global**: desafios e complexidade. Editora Universitária Leopoldianum, 172 p., 2021. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2021/03/governanca-global-2021-e-book.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 31-45, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994>. Acesso em: 24 mar. 2024.

NOGUEIRA, Susana dos Santos. **BNCC**: currículo utilitário-utilitarista de Língua Portuguesa/EM e as relações dialógicas nos discursos sobre língua(-gem), gênero e o multiletramento digital. 2022. Tese (Pós-Graduação em

Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/f4fe8eaf-9c6b-4dbe-8cff-8f1150b55806/content>. Acesso em: 22 out. 2024.

PEREIRA, Luís Miguel Gonçalves. **Conceções de literacia digital nas políticas públicas**: estudo a partir do Plano Tecnológico da Educação. 2011. Tese (Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) - Universidade de Minho, Portugal, dez. 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19825/1/Lu%c3%ads%20Miguel%20Gon%c3%a7alves%20Pereira.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

PETERS, Brainard Guy. O que é Governança? **Revista do TCU**: 28-33 p., maio/ago 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87/85>. Acesso em: 6 abr. 2024.

ROCHA, Carla Fernanda Carvalhido da; TERRA, Ana Lúcia. Mudanças na comunicação organizacional: a gestão do e-mail numa Instituição de Ensino Superior. In.: SANTOS, Eliete Correia; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de; SILVA, Alzira Karla Araújo da. (Orgs). **Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA**: Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. EDUEPB: Campina Grande, 2017.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão Conceitual. **Rev. Serv. Público**, Brasília, 519-550 p., out/dez 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5422/1/Governan%c3%a7a%20p%c3%ablica%20-%20uma%20revis%c3%a3o%20conceitual.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: IMPACTOS NOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Ananda Fernandes Valério

Graduada em Bacharelado de Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. arquivoverdeand@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4401050190305181>

Ana Cláudia Cruz Córdula

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. acccordula@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9316211149718874>, <https://orcid.org/0000-0001-6641-5557>

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, o foco é a governança e a transformação digital. Logo, direcionamos a pesquisa para a governança pública arquivística, com ênfase na qualidade e na efetividade do serviço de informações prestado aos usuários internos da instituição no meio digital. Esse entendimento é baseado no “Referencial Básico de Governança Aplicável a Organizações Públicas e Outros Entes Jurisdicionados ao TCU.

No contexto da governança arquivística pública e seu percurso, visamos avaliar os efeitos que surgem para atender à demanda prática da governança, a qual consiste em apontar direções, avaliar e monitorar a atuação da gestão. Consequentemente, ao priorizar os problemas que devem ser resolvidos, bem como ao estabelecer questões a saber: Como? Por quem? Por que as decisões devem ser tomadas? Quais as prioridades que devem ser executadas?, fornecemos, implicitamente, um caminho estratégico que contribui para a concretização de ações e objetivos a serem realizados (Silva, 2022).

O governo federal vem se empenhando, nos últimos anos, para tornar as organizações governamentais públicas cada vez mais capazes de apostar no colaborativismo e no engajamento da sociedade em seus serviços. Um exemplo disso é o portal gov.br, que unifica os canais digitais do Governo Federal por meio de login com CPF e senha, através dos quais o cidadão tem acesso a diversos serviços e documentos com segurança, garantida por infraestrutura tecnológica e legislação.

A transformação digital, consequentemente, propicia resultados nesse sentido. Dentre eles, podemos mencionar o esforço na criação do Programa Gestão Estratégica e Transformação do Estado (Transforma Gov.), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que legitima e dá publicidade ao plano estratégico junto a todos os órgãos da administração pública e à sociedade.




A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 foi lançada por meio do Decreto nº 10.332, publicado no dia 29 de abril de 2020, e é um ciclo. Esse normativo legitima e dá publicidade ao plano estratégico para todos os órgãos da administração pública e à sociedade (Brasil, 2022).

A Estratégia de Governo Digital estabeleceu várias metas, como digitalizar 100% dos serviços públicos até o final de 2022. A estimativa é de economia em cinco anos (de 2020 a 2025), o que reflete na eliminação do papel, na minimização da burocracia, bem como na locação de estruturas, na contratação de pessoal para atendimento presencial e na redução de perdas com erros e fraudes de segurança de informações.

Sobre as ferramentas e serviços digitais da transformação digital e sua relação com o governo digital, podemos afirmar que a criação de conteúdo, aplicativos, ferramentas e serviços digitais, por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), está sendo cada vez mais utilizada para sustentar vantagem competitiva. Os recursos digitais passam a fazer parte da dimensão dos recursos organizacionais vitais para a sobrevivência do negócio (Ferreira; Santos; Freire, 2021, p. 296).

O principal propósito desta pesquisa é compreender como se dá o cenário de implantação da transformação digital no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco entre os anos de 2021 e 2024, ponderando as ações e iniciativas previstas nos seis indicadores da estratégia do governo digital. Também se propõe a averiguar quais fatores contribuem para melhorias na qualidade desses serviços prestados por setores estratégicos que lidam com serviços de informação em sistemas e meios digitais no órgão, a partir dos seguintes princípios: governo centrado no cidadão, governo integrado, governo confiável, governo transparente e aberto, e governo eficiente.

O estudo das políticas públicas de informação atualmente evidencia esforços para a compreensão do papel do Estado e suas implicações para com a sociedade contemporânea, observando a lógica existente nas diversas formas de interação e a dinâmica que acarreta para ações públicas (Jardim; Silva; Nharreluga, 2009, p. 9).



Ferreira, Santos e Freire (2021) destacam que, diante da evolução acelerada, as instituições governamentais passaram a refletir sobre suas capacidades dinâmicas de desenvolvimento e sobre como precisam estar mais ágeis e adequar-se a novas estratégias de negócio para se manterem competitivas no mercado. Diante disso, podemos enquadrar a importância deste trabalho também em relação a um dos princípios da governança, atrelando a governança arquivística ao seu papel de justiça social.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é bibliográfica, pois se ancora em compreensões teóricas e científicas das questões em torno da transformação digital, da governança e do governo digital. Também se caracteriza como documental, uma vez que toma alguns documentos como fontes primárias de informação, incluindo leis e decretos. Aplicaremos uma abordagem quantiquantitativa, analisando os dados coletados em seus aspectos objetivos, trabalhando tanto na quantificação dos dados levantados quanto em aspectos qualitativos, observando dados extraídos de portais oficiais do governo federal e informações coletadas dentro da instituição, nos setores, e fora da instituição, nos portais de dados do governo, com o objetivo de responder à problemática e compreender a realidade, utilizando comparações e interpretações.

Este trabalho caracteriza-se, no que tange à sua finalidade, como uma pesquisa aplicada e observacional participante, considerando que essas demandas impactam na atuação de quem pesquisa. É conduzido sob a forma de estudo de campo e pesquisa exploratória, considerando a verificação do fato, que será uma avaliação dos efeitos da implantação da política pública de modernização do governo digital.

Nessa perspectiva, tendo como pilar os dados coletados nas ações dos seis indicadores estabelecidos como princípios da estratégia do governo digital, averigua-se se foram implantados e como foi realizado esse processo de implementação. Para verificar se as características e funcionalidades definidas no aparato legal foram cumpridas, pretende-se aplicar um

questionário baseado nas características dispostas nas ações da estratégia do ciclo anterior do governo digital e no art. 20 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, com o público-alvo, que será composto pelos servidores de setores estratégicos do quadro funcional da Instituição Federal de Ensino e Tecnologia de Pernambuco, instituição na qual a pesquisadora é servidora.


3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Após o início da pandemia, o mundo se transformou, e as organizações governamentais precisaram adaptar-se à revolução tecnológica devido ao avanço e ao aumento em massa da quantidade de dispositivos digitais, impactando diretamente a forma como a sociedade em rede está construída a partir da globalização (Santos, 2003).

O governo pretende incentivar a tecnologia de última geração para oferecer serviços através de ferramentas mais eficazes, visando solucionar demandas dos usuários. O fluxo amplo e constante de dados e informações refez o comportamento das pessoas, “[...] inclusive concretizando os seus direitos sociais, ressignificando o sentido do trabalho, bem como impondo politicamente a interação das instituições democráticas” (Cristóvam; Saikali; Sousa, 2020, p. 210).

Pensar no usuário enquanto cidadão e nos desafios para democratizar a informação é viabilizar as possibilidades de inteligência coletiva da instituição. Conforme Franco, Carvalho e Santos (2019, p. 69), “Os desafios para a consolidação do espaço do saber por meio do aproveitamento da inteligência coletiva são tão complexos e dinâmicos quanto a multidão de sujeitos e conteúdo que povoam esse espaço”.

A abordagem tratando do contexto do executivo federal traz muitas questões, como o acesso à infraestrutura tecnológica, o acesso à rede de computadores e a alfabetização digital para a utilização de todo o aparato e recursos que surgem. A transformação digital tem se tornado um grande desafio para os arquivos, para os documentos e para os arquivistas, salvo exceções, porque vem ocorrendo de forma compulsória, sem a devida consideração da área de negócio, em um movimento externo para



o interno, sem um estudo prévio que avalie as condições do arquivo para que se estabeleça metodologia e siga uma trajetória de transformação em acordo com as características de entidade custodiadora (Flores, 2022).

Perante o exposto, a transformação digital é tratada pelo governo brasileiro desde 2006. De acordo com Diogo, Kobe Júnior e Santos (2019), com o pensamento que surgiu de um Plano Estratégico Alemão de Alta Tecnologia que se tornou, com o decorrer do tempo, a Iniciativa Estratégica de Alta Tecnologia para 2020, com objetivos de visão integrada da indústria 4.0, alavancando os sistemas computacionais e as tecnologias para Internet.

Considerando o cenário de inovação, o Governo Digital resulta da percepção dos avanços e da modernização da instituição pública, que vai muito além de processos digitais e tramitação dos documentos em sistemas informatizados, mas que se importa com como tudo vem sendo realizado através da Internet das Coisas (IoT) de forma interligada, propiciando uma experiência de conexão que transforma a mobilidade e a presença da Internet em diversos objetos, sem uso de papel e a necessidade de programas emuladores.

Para Nadal *et al.* (2023), trabalhar políticas públicas de inclusão digital assegura a relevância na economia e na vida de cada indivíduo, pressupõe que a garantia ao acesso às informações é um dever do Estado brasileiro que preza pelo progresso econômico e social. Ao direcionarmos o estudo da governança e da transformação digital, é importante considerar os seus desdobramentos enquanto ferramentas e serviços que podem acarretar na redução das desigualdades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o usuário interno da informação, o servidor público da instituição, as ferramentas e soluções digitais proporcionam diversas vantagens concretas, como benefícios de trabalhar remotamente e quebrar barreiras geográficas, operando com mais segurança e praticidade no tempo de tramitação de documentos nos setores da instituição. Para os setores

que lidam com o atendimento aos usuários externos da informação, há a possibilidade de solicitar e obter respostas mais rápidas.

No entanto, enquanto profissionais da informação arquivística, percebemos que ainda existem questões mais relevantes a serem investigadas, como o desenvolvimento de densidades nos estudos que correlacionam a governança e a macroarquivologia (estrutura e funcionamento) e a microarquivologia (processos, planejamento, gerenciamento arquivístico e funções arquivísticas), além dos impactos da transformação digital e da justiça social.

A finalidade do produto desta pesquisa é desenvolver um modelo que seja aplicável ao final de cada ciclo de implantação de cada estratégia do governo digital. Nesse sentido, este modelo contribuirá para a manutenção do monitoramento e da efetividade da governança pública arquivística institucional, com a intenção de colaborar para a criação de mecanismos que visem o fortalecimento da equidade entre usuários e servidores.

Palavras-chave: arquivologia; governança pública; serviços de informação; transformação digital; políticas públicas; justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 81, p. 6, 29 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020. Institui o programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta,

autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 102, p. 3, 29 mai. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10382.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de acesso à informação), a lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14129.htm. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/publicacoes.htm>. Acesso em: 19 out. 2024.

BRASIL. **Portaria SGD/ME nº 548**, de 24 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos e estabelece padrões de qualidade para serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-sgd/me-n-548-de-24-de-janeiro-de-2022-375784151>. Acesso em: 9 set. 2023.

CRISTÓVAM, J. S. S.; SAIKALI, L. B.; SOUSA, T. P. de. Governo Digital na Implementação de Serviços Públicos para a Concretização de Direitos Sociais no Brasil. **Sequência**, Florianópolis, v. 43, n. 89, p. 209-242, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2020v43n89p209>.

Acesso em: 10 set. 2023.

DIOGO, R. A.; KOLBE JUNIOR, A.; SANTOS, N. A. A Transformação Digital e a Gestão do Conhecimento: contribuições para a melhoria dos processos produtivos e organizacionais. **Revista P2P e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 154-175, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110842>. Acesso em: 15 set. 2023.

FERREIRA, E. D.; SANTOS, N. D.; FREIRE, P. S. Capacidades dinâmicas como ferramenta de apoio para a transformação digital das organizações. **Revista P2P e Inovação**, v. 7, p. 295-310, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5162>. Acesso em: 13 set. 2023.

FLORES, D. A transformação digital compulsória que vem acometendo os arquivos, os documentos e arquivistas. Quais subsídios temos para uma tomada de decisão: disruptiva ou inovação sustentada? **Boletín Digital de la Asociación Latinoamericana de Archivos – ALA**, ed. núm. 65, mar. 2022. Disponível em: <https://www.alaarchivos.org/wpcontent/uploads/2022/03/Artigo-Daniel-Flores.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

FRANCO, A. H. C.; CARVALHO, N. M. G.; SANTOS, P. L. V. A. C. Políticas públicas de informação e inteligência coletiva: os desafios e as possibilidades para a democratização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 29, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/37982>. Acesso em: 12 set. 2023.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2–22, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362009000100002>. Acesso em: 10 set. 2023.

NADAL, F.; PEDROSO, B.; ARCANJO DE FREITAS JÚNIOR, M.; LISE, N. S. Políticas Públicas de Transformação Digital: fatores que impactam a adoção dos serviços públicos digitais. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, v. 7, n. 1, p. 120-132, 2023. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/2316>. Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, W. A. Rede e sistema de arquivos: propriedades, finalidades e qualidades distintivas. In: SILVEIRA, F. J. N. da; FROTA, M. G. da; MARQUES, R. M. (orgs). **Informação, mediação e cultura**: teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte, MG: Letramento, PPGCI, 2022. p. 185-210.

GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA EM REDE: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA A INTEGRAÇÃO DO SUAP ÀS BOAS PRÁTICAS

Carlos Alberto Chaves Júnior

Graduação em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança
Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB.
carlos.cgpb@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/5105060564733645>, <https://orcid.org/0009-0001-1279-9919>.

Maria Meriane Vieira da Rocha.

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba.
Docente do Departamento de Ciência da Informação da UFPB e do Programa de
Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (UEPB/
UFPB) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. E-mail: meriane.
vieira@academico.ufpb.br <http://lattes.cnpq.br/1894263401266798> <https://orcid.org/000-0002-9093-969X>.

Isa Maria Freire

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação
em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente apo-
sentada do Departamento de Ciência da Informação da UFPB e docente ativa do
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística
(UEPB/UFPB) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. E-mail: isa-freire2011@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/8430720903326399>, <https://orcid.org/0000-0001-7603-1872>.

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

A modernização das instituições públicas, em especial no campo da educação superior, tem exigido uma abordagem mais eficiente e colaborativa, em que seus operadores possam construir uma cultura real de comunicação e transparência para a gestão documental. Os documentos nato digitais e a digitalização de processos administrativos, impulsionados por sistemas integrados como o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), trouxeram avanços significativos, mas também desafios. Silva (2020) aponta que o gerenciamento arquivístico moderno requer um conjunto de habilidades e elementos que envolve planejamento, organização, direção e controle das funções arquivísticas, além de recursos operacionais e serviços arquivísticos. O desafio é garantir que essas práticas se alinhem às demandas contemporâneas de eficácia e preservação de documentos.

Nesse contexto, este estudo propõe como objetivo geral fazer uma análise interdisciplinar que busca integrar os campos da arquivologia e da tecnologia da informação, com foco na aplicação da noção de governança arquivística no contexto do SUAP. Alinhado a isso, pretende-se investigar como o SUAP pode ser otimizado para não apenas atender às necessidades operacionais das instituições de ensino superior sediadas na cidade de Campina Grande-PB, mas também se alinhar às melhores práticas de governança, promovendo uma gestão de documentos mais colaborativa, eficiente e segura. Para atender ao objetivo geral, delinearam-se os seguintes objetivos específicos:

- Investigar a importância do papel da tecnologia da informação como facilitadora do alinhamento do SUAP às práticas contemporâneas de Governança Arquivística;
- Avaliar a adesão do SUAP às normas arquivísticas nacionais;

- Propor ajustes estruturais e estratégias para fortalecer a Governança Arquivística no SUAP, visando a garantir maior eficiência, acessibilidade e transparências no gerenciamento de documentos;
- Sugerir melhorias no gerenciamento de documentos do SUAP, visando a garantir a preservação adequada da informação como também a sua segurança.

Por meio desses objetivos, pretende-se trabalhar com a ideia de governança arquivística em rede, entendendo que as instituições não devem funcionar de forma isolada no que tange à produção de sistemas de informação para a gestão de documentos. Ao contrário, é necessária uma coordenação entre diferentes órgãos e sistemas, criando um ambiente colaborativo e interoperável. Como propõe Jardim (2018), a governança arquivística transcende a administração tradicional, buscando a integração de documentos no contexto das políticas públicas e das estratégias institucionais.

A análise preliminar revelou que, embora o SUAP ofereça um conjunto sólido de funcionalidades administrativas e até mesmo atenda a algumas das necessidades arquivísticas, ainda existem desafios significativos quanto à integração de suas práticas de gestão de documentos às exigências da governança arquivística. A falta de interoperabilidade entre sistemas e a ausência de uma política clara de preservação digital são dois dos principais obstáculos identificados nos mais bem avaliados sistemas de informação utilizados na atualidade, como SEI e SIGAA.

Jardim (2018) destaca que a governança arquivística envolve a criação de mecanismos de recuperação da informação, além da difusão, acesso e demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Dessa forma, a implementação de práticas de governança e de um modelo otimizado de gestão de documentos no SUAP poderia permitir que o sistema operasse de forma mais efetiva, garantindo que os documentos gerados e geridos sejam adequadamente administrados e estejam acessíveis em longo prazo. Os estudos preliminares indicam que o

SUAP precisa ser ajustado para lidar com a crescente demanda por sistemas de informação que abranjam de forma eficiente a gestão de documentos.

Nessa perspectiva, Silva (2024, p. 79) ressalta que:

Entende-se que o foco da governança arquivística é promover a efetividade do gerenciamento arquivístico, delineando suas possíveis direções e permitindo o desenvolvimento de mecanismos de avaliação, monitoramento e controle das ações planejadas e/ou implementadas, bem como dos recursos necessários e/ou utilizados.


Assim, pode-se identificar que uma das áreas mais críticas nesse contexto da governança arquivística é a gestão de documentos e de riscos relacionada à aplicabilidade efetiva dos conceitos de gerenciamento arquivístico.

Acredita-se com isso que a inclusão de módulos específicos para o gerenciamento arquivístico no SUAP poderia ajudar a mitigar os problemas associados à ausência de planejamento, organização, direção e controle, proporcionando rastreabilidade e maior confiabilidade dos documentos ao longo de seu ciclo de vida.

2 A GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO DIGITAL

A noção de governança arquivística no contexto digital tem evoluído significativamente nos últimos anos, especialmente com o avanço das tecnologias da informação. Segundo Jardim (2018), a governança arquivística deve ir além da simples administração de documentos; deve integrar-se aos grandes sistemas de gestão pública e atuar de forma estratégica. O uso de tecnologias emergentes para gerenciar documentos digitais apresenta novas possibilidades e desafios, como a preservação em longo prazo e a proteção da autenticidade documental.

A governança arquivística busca tratar a gestão documental de maneira abrangente, conectando sistemas de informação e garantindo que os documentos sejam geridos em conformidade com padrões rigorosos. Além de




melhorar a eficiência da gestão documental, essa abordagem também fortalece a transparência, a acessibilidade e a prestação de contas. Para Silva (2020), as funções arquivísticas envolvem não apenas a gestão de documentos, mas conjuntamente a regulamentação de processos e a adoção de métodos eficazes de controle, com vistas à garantia da integridade e acessibilidade dos arquivos.

Assim, a participação das tecnologias da informação e comunicação nesse contexto é fundamental. Elas permitem a automação de processos, a centralização do armazenamento e a implementação de mecanismos de controle de acesso e preservação digital, assegurando a proteção das informações geradas pelo setor público contra perda, corrupção ou acesso não autorizado. O sucesso da governança arquivística, no entanto, depende de uma abordagem interdisciplinar, que una o conhecimento técnico da tecnologia da informação com as melhores práticas arquivísticas. É nessa perspectiva que se consigna esta pesquisa do SUAP.

3 O SUAP E A GESTÃO DOCUMENTAL

O SUAP foi originalmente desenvolvido para centralizar e otimizar os processos administrativos no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Destaca-se aqui nossa participação, como profissionais de Tecnologia da Informação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, envolvidos direta e indiretamente no processo de implementação do SUAP na UEPB. A participação se deu diretamente por motivos práticos, por estar como Gestor da Tecnologia da Informação na referida IES, e indiretamente por estar ajustando a modelagem de processos de negócio aos artefatos legais existentes na UEPB.

No entanto, sua implementação em outras instituições de ensino superior revela a necessidade de ajustes estruturais para atender plenamente às exigências da governança arquivística e, conseqüentemente, da gestão documental. Um dos maiores desafios é garantir a preservação em longo prazo dos documentos produzidos e geridos eletronicamente no sistema.



Como observa Jardim (2015), a gestão documental é um componente essencial da modernização administrativa, pois permite o acesso rápido e preciso às informações, contribuindo para a transparência e a prestação de contas. Nesse sentido, a integração do SUAP com uma estrutura de governança arquivista em rede proporcionaria maior agilidade e segurança na gestão documental, permitindo que os documentos gerados fossem tratados de forma unificada, independentemente de sua origem ou local de produção. Essa abordagem garantiria a interoperabilidade entre diferentes sistemas de gestão e a aplicação de padrões arquivísticos consistentes em todas as instituições que utilizam a plataforma.

Além disso, o SUAP deve ser adaptado para garantir o cumprimento de normas legais e regulamentares, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). A governança arquivística em rede proporcionaria um ambiente mais seguro e transparente, em que o controle de acesso aos documentos e a preservação de sua integridade fossem garantidos por mecanismos tecnológicos robustos, conforme apresentado na Resolução 51, emitida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

Silva (2020, p 157) apresenta que:

Compreendem um conjunto de atividades técnicas, contínuas, dinâmicas, integradas e independentes relativas aos arquivos e que compõem o ciclo de vida dos documentos, sejam eles analógicos ou digitais.” Também considera que “os documentos arquivísticos são agrupados em idades documentais (arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes) com vistas a operacionalizar, racionalizar e sistematizar as funções arquivísticas”.


No contexto da arquivologia, a integração entre sistemas permite uma visão sistêmica que facilita o acesso e a preservação de documentos. Ao aplicar essa lógica ao SUAP, espera-se melhorar a gestão documental de modo a promover maior eficiência e segurança na preservação das informações públicas tratadas.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa envolve inicialmente procedimentos como levantamento bibliográfico e documental para elaborar o quadro teórico. Adota-se uma abordagem exploratório-descritiva, inicialmente direcionada para uma compreensão mais profunda do tema, fornecendo subsídios para investigações futuras. Segundo Gil (2008), o objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido ou explorado. Nesse contexto, é comum a utilização de questionários ou entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou ainda a análise de exemplos análogos que possam estimular a compreensão.

As pesquisas se caracterizam como descritivas, com objetivo de descrever minuciosamente os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, buscando obter informações sobre o problema já definido para investigação (Triviños, 2008). Para orientar o caminho da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, focando na análise de dados do SUAP em instituições de ensino na cidade de Campina Grade, na Paraíba. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de uma compreensão aprofundada e contextualizada das práticas de gestão documental no âmbito do SUAP.

Conforme observa Gil (2008), a pesquisa qualitativa busca entender o significado das ações e das relações sociais com base na perspectiva dos próprios participantes, permitindo uma análise mais rica e contextualizada dos fenômenos estudados. A análise dos dados coletados tem como objetivo identificar como o SUAP pode ser otimizado para atender às necessidades administrativas contemporâneas, garantindo a preservação adequada da informação. Os resultados obtidos e as discussões subsequentes têm o potencial de contribuir significativamente para a melhoria da governança arquivística no SUAP, algo é essencial para assegurar a eficácia do sistema e a preservação adequada dos documentos públicos, fundamentais para a transparência e a responsabilidade na administração pública.



A coleta de dados será realizada diretamente na plataforma SUAP, especificamente nas instâncias do Instituto Federal de Ensino da Paraíba (IFPB-CG) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pelo fato das duas instituições utilizarem o SUAP como suas plataformas principais, como também pela sua localização geográfica em Campina Grande-PB. Essa etapa envolverá a análise de uma amostra dos modelos de documentos digitais gerados e do comportamento dos dados no sistema, cabendo nesse momento alguma definição.

Os dados coletados serão analisados para identificar a autenticidade, transparência e acessibilidade dos documentos públicos geridos pelo SUAP. A análise focará em verificar como o SUAP pode ser otimizado para atender às necessidades administrativas atuais e assegurar a gestão adequada de documentos. Posteriormente, serão desenvolvidos indicadores relevantes para a gestão de riscos em procedimentos de avaliação da privacidade e proteção de dados, contribuindo para a identificação do nível da maturidade organizacional arquivística.

Com base na análise dos dados e nos indicadores desenvolvidos, serão propostas melhorias estruturais e práticas de gestão documental para o SUAP. Essas melhorias visam alinhar o sistema às melhores práticas de governança arquivística, promovendo uma gestão mais efetiva dos registros produzidos e recebidos pela administração pública. Conforme aponta Silva (2020), o gerenciamento arquivístico envolve não apenas a execução das funções, mas a lógica de funcionamento e governança das estruturas encarregadas dos serviços e funções arquivísticas. Por meio dessa análise, será possível identificar pontos críticos e propor melhorias estruturais e funcionais ao SUAP. Um foco importante será a análise de riscos na gestão de documentos e na segurança da informação, elementos essenciais para garantir a integridade, autenticidade e confiabilidade dos registros públicos no sistema de informação, o qual é objeto do estudo proposto.

Portanto, esta pesquisa não apenas avalia a situação atual do SUAP em relação às melhores práticas de governança arquivística, mas também propõe melhorias estruturais e práticas de gestão documental adotadas nas instituições incluídas no recorte da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração do SUAP às boas práticas de governança arquivística representa um passo determinante para a modernização e inovação na administração pública, alinhado ao desenvolvimento de novas tecnologias no que tange aos documentos digitais com foco no gerenciamento arquivístico em sua essência. Ao unir arquivologia e tecnologia da informação, é possível criar um ambiente colaborativo e eficiente para a gestão documental, que favorece a preservação da memória institucional e a transparência nas práticas administrativas.

O estudo observa preliminarmente que a governança arquivística contempla não apenas a gestão documental tradicional, mas também expande seu escopo, permitindo que os documentos sejam geridos de maneira mais colaborativa e com maior eficiência. Para o sucesso dessa integração, é necessário o comprometimento contínuo das instituições com a atualização tecnológica e a capacitação de seus profissionais. Acreditamos também que um olhar criterioso e ao mesmo tempo prático para as normativas internas e legais merece total atenção, consolidando a governança arquivística como um pilar da administração pública moderna.

Ao implementar essas atualizações no SUAP, espera-se que as instituições públicas possam avançar em direção a uma gestão documental mais robusta e resiliente, que atenda às demandas contemporâneas de gestão de documentos, como também no desenvolvimento e aprimoramento dos conceitos de governança arquivística abordados de forma extremamente efetivas pelos autores presentes neste estudo.

Por fim, acredita-se ser imprescindível considerar os requisitos estabelecidos na ISO 30302:2022, que objetiva diagnosticar o nível de maturidade da gestão de documentos nas organizações, como também a abordagem sistêmica, que se apoia na gestão documental, na integração em relação aos sistemas organizacionais e na participação ativa do nível de gerência no processo de avaliação e criação de sistemas de gestão de documentos.

Palavras-chave: Governança Arquivística; Tecnologia da Informação; SUAP; Governança em Rede, Gerenciamento Arquivístico.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 30302:2022: Informação e documentação — Sistemas de gestão para documentos — Diretrizes para implementação. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

Resolução no 51, de 25 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-conarq-no-51-de-25-de-agosto-de-2023>>.

GIL, Antônio Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IACOVINO, Livia. Multi-Method Interdisciplinary Research In Archival Science: The Case of Recordkeeping, Ethics And Law. **Archival Science**, 2006. v. 4, n. 3-4, p. 267-286.

JARDIM, José Maria. **Governança Arquivística**: contornos para uma noção. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, 2018.

JARDIM, José Maria. **Gestão Documental na Administração Pública**: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2015.

SILVA, W. A. **O Gerenciamento Arquivístico**: fundamentos, métodos e práticas. In: Arquivologia: Temas Centrais em uma Abordagem Introdutória. Rio de Janeiro: FGV, 2020. p. 155-171.

SILVA, W. A. **Gerenciamento arquivístico no serviço de arquivo permanente**: identificação de elementos mobilizados. Informação Arquivística,

2024. Disponível <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/166>. Acesso em: 10 out. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DIFUSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA: DEMOCRATIZANDO A MEMÓRIA

Francisca Juciane Alexandre da Silva

Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. chicajuciane12@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4249922480883667>, <https://orcid.org/0000-0002-5413-4704>.

Ana Cláudia Cruz Córdula

Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. accordula@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9316211149718874>, <https://orcid.org/0000-0001-6641-5557>.

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, os Arquivos pessoais foram praticamente inexplorados em detrimento dos arquivos institucionais. Entretanto, esses acervos dispõem de potencialidades como promotores de informação, cultura, fonte de pesquisa para diversas áreas do conhecimento e como construtores de memórias individuais e coletivas. Ainda assim, a identificação, localização e acesso aos arquivos pessoais, por vezes, é uma tarefa árdua, pois nem sempre a sua existência é conhecida pela sociedade, nesse sentido, não havendo nenhum tipo de ação de difusão para propagar as memórias que os permeiam, nem tão pouco, a elaboração de instrumentos de pesquisa para potencializar o acesso e uso dos documentos pertencentes aos arquivos pessoais. Isso reflete em um panorama de dificuldades no acesso a essa documentação por parte da população e do público pesquisador, o que contradiz um dos objetivos maiores da prática arquivística, que é, a viabilidade do acesso e uso das informações.

A cidade de João Pessoa possui cerca de 55¹ Arquivos pessoais mapeados, são acervos de personalidades importantes para a política, a educação, a cultura, intelectuais, arquivos que trazem à tona informações sobre seus titulares, mas sobretudo, as suas relações sociais, evidenciando as memórias de cunho coletivo, refletindo a história da própria sociedade.

Diante do exposto, surgiu como inquietude o seguinte questionamento: *Como podemos democratizar as memórias que permeiam Arquivos Pessoais da cidade de João Pessoa?* Para responder a esse questionamento, traçamos como objetivo geral: Promover a difusão dos arquivos pessoais mapeados na cidade de João Pessoa-PB. Nesse segmento, elenca-se como objetivos específicos: a) Identificar e localizar os arquivos pessoais existentes na

1 Esse número foi identificado através do projeto PIBIC/UFPB/CNPq "Arquivos Pessoais da Cidade de João Pessoa-PB: Acervos, instituições e memórias"




cidade de João Pessoa-PB; b) Sistematizar as informações relativas aos Arquivos Pessoais da cidade de João Pessoa-PB a fim de promover o interesse da sociedade em acessar, consultar, conhecer os arquivos pessoais; c) Construir um ambiente digital para difusão e democratização da memória que permeia os arquivos pessoais da cidade de João Pessoa-PB.

A promoção dessa pesquisa se ampara na concepção da difusão dos arquivos como um mecanismo para a democratização da memória. Sendo relevante para comunidade acadêmica e pesquisadora, pois proporciona divulgação em larga escala de possíveis fontes de pesquisa. E para a sociedade como um todo, a divulgação desses acervos tem potencial de torná-los conhecidos e mais próximos da comunidade, ampliando assim a gama de instrumentos de promoção da memória e da cultura. Essa temática surge no contexto do Grupo de Estudo e Pesquisa em Arquivos: Memória, Responsabilidade e Justiça Social- GEPAMER-UFPB, do qual faço parte, e para além disso, a minha formação enquanto Historiadora e Arquivista, me motiva a buscar a diminuição da barreira existente entre os arquivos pessoais e a sociedade. Almejamos, portanto, através dessa pesquisa e do produto a ser proposto, tanto democratizar o acesso às informações relativas aos acervos já identificados, quanto aproximar e demonstrar para sociedade o quanto a Arquivologia, o Gerenciamento de documentos e as boas práticas da Governança Arquivística podem contribuir para a construção de “Arquivos do povo e para o povo”.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se configura quanto à sua natureza como uma pesquisa aplicada, visto que tem como finalidade a produção de conhecimentos para aplicação prática, direcionada à solução de problemas específicos (Prodanov; Freitas, 2013). Quanto aos seus objetivos trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, visto que busca identificar os acervos, e sistematizar as informações a fim de possibilitar sua difusão através de um ambiente digital.



No que se refere aos procedimentos, inicialmente será realizada pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008, p.50), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Logo, nos ancoramos na pesquisa bibliográfica para fundamentarmos teoricamente esta pesquisa, trazendo uma fundamentação teórica em torno, dos arquivos pessoais, da memória individual e coletiva, sobre a difusão nos arquivos, bem como, sobre a democratização da informação e da memória e responsabilidade social. Realizamos também uma pesquisa de cunho documental que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” Gil (2008, p.51). Tomaremos, pois, alguns documentos como fontes primárias de informação, como é o caso do relatório do projeto que serviu de base para esse trabalho, bem como, alguns documentos pertencentes aos arquivos pessoais identificados.

Quanto à coleta de dados, esta será realizada através de pesquisa de campo, com realização de visitas nas instituições mantenedoras dos arquivos pessoais anteriormente mapeados, a fim de identificar o nível de acesso aos acervos. Será utilizado um formulário estruturado previamente para coletar as informações relativas à biografia do titular, a localização do arquivo ou da entidade custodiadora, o horário de funcionamento, as regras de visitação, os serviços disponíveis, os meios de contatos (telefone, e-mail, site, redes sociais) e registro no Diretório Brasil de Arquivos-DIBRARQ.

Quanto à abordagem aos dados elencados, será quanti-qualitativa o que implica uma junção das duas abordagens, numa complementaridade profícua (Prodanov; Freitas, 2013). No que se refere a análise, será realizada apoiando-se no método indiciário de Carlo Ginzburg. Esse método é centrado no detalhe em dados considerados marginais, sinais, vestígios, indícios (Ginzburg, 1989).

Apresentamos a seguir, um esquema visual que retrata o percurso metodológico pretendido.

O diagrama classifica o Método Indiciário em três níveis hierárquicos:


- Nível Superior:** Gera produtos e/ou Processos (Com finalidades imediatas)
- Nível Intermediário:**
 - Pesquisa Descritiva
 - Pesquisa Exploratória
 - Pesquisa Aplicada
 - Pesquisa Bibliográfica
 - Pesquisa Documental
- Nível Inferior:**
 - Quanto à Natureza
 - Quanto aos Objetivos
 - Quanto aos procedimentos
 - Formulário
 - Instrumento de coleta de dados
 - Pesquisa de campo
 - Quanto à abordagem
 - Quantitativa
 - Qualitativa

A conexão principal é feita através das setas horizontais que ligam as pesquisas ao nível intermediário às suas respectivas abordagens no nível inferior.

Finalizaremos o percurso de nossa pesquisa com a elaboração do produto técnico-científico, que se trata de um protótipo de uma página online, trazendo as informações anteriormente elencadas sobre os arquivos pessoais localizados na cidade de João Pessoa, um caminho para quebrarmos as barreiras geográficas e de potencializarmos as pesquisas científicas.

O percurso teórico pretendido para esta pesquisa perpassa por aspectos e discussões relativas aos Arquivos Pessoais, sua relevância na construção da memória individual e coletiva. Na sequência, ainda estão em construção outros tópicos que também irão compor esse percurso, sendo eles: Memória com ênfase na Memória social, Difusão dos Arquivos, Democratização da memória e Responsabilidade Social do Arquivista, que serão responsáveis por ajudar a responder de forma adequada à pergunta da pesquisa e servir de aporte conceitual para alcançarmos os objetivos propostos.

50



além dela. Pois, as possibilidades de utilização se consolidam a cada dia em diversas áreas, Bellotto (2014) afirma que, nesse campo instigante dos arquivos pessoais.

O caminho é aberto aos historiadores, aos sociólogos, aos antropólogos, aos arquivistas, aos literatos, aos detetives, aos policiais, aos juristas, aos educadores, aos médicos, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos jornalistas, e a outros que, pelas características de sua atuação profissional, têm maiores condições e oportunidades de realizar essa espécie de viagem ao interior do pensamento de uma pessoa, e à razão de ser de ações e atitudes suas, das quais, de outro modo, só se conhecia a finalização. (Bellotto, 2014, p.107)

Esse desejo de conhecer o outro, “com a finalidade de aprofundar o estudo da história da vida privada, bem como a história do cotidiano que marcou determinada época, dando seu grande contributo à ciência ou à construção da memória coletiva” (Silva. 2023, p. 15), revela a capacidade de construção de memórias coletivas através das memórias individuais. Desse modo, com a finalidade de delimitarmos o escopo da nossa temática, adotaremos, neste trabalho, a definição de arquivo pessoal dada por Oliveira (2012):

Entendemos “Arquivo pessoal” como um conjunto de documentos produzidos ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios, representam também seu íntimo, suas obras, etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade em um sentido amplo (Oliveira, 2012, p. 33).

Portanto, através desses arquivos é possível captar aspectos ligados não só a vida íntima do titular, mas também ao desenvolvimento de suas atividades. Informações com potencial de traduzir, práticas e costumes

do cotidiano das atividades dessa pessoa e porque não dizer do seu meio e da sua época.

Os arquivos pessoais possuem características particulares, o que em certa medida, pode ser interpretado como algo que o descaracteriza como documento arquivístico. E por se tratar de documentos de segunda idade, ainda não há um consenso dentro da arquivologia sobre a forma de enxergar esses acervos.

Todavia, o reconhecimento do estatuto arquivístico não é consensual entre os estudiosos que se debruçam sobre esses conjuntos documentais. Vislumbram-se, então, distintas perspectivas. Alguns autores entendem esses conjuntos como uma construção, produto de intenções e manipulações várias e de vários, negando-lhes atributos e princípios da teoria arquivística. Outros, por sua vez, os compreendem como arquivo de forma plena, defendendo seu tratamento segundo a abordagem contextual e sinalizando para os riscos do não reconhecimento de seu caráter arquivístico. (Mattos, Pereira; 2019, p.88-89)

Ademais, existe uma ideia equivocada de que a gestão ou o gerenciamento arquivístico não se aplicam aos arquivos pessoais por se tratar de documentos de terceira idade. Isto posto, com vistas a aprofundar a discussão sobre arquivos pessoais, pretende-se dialogar com diversos autores sobre essa temática, bem como, sobre os conceitos de memória, memória social, difusão nos arquivos, democratização da memória e responsabilidade social do arquivista.

O quadro a seguir mostra alguns dos autores que irão compor essa etapa inicial de discussão teórica, que está em fase construção.

Quadro 1: Conceitos e autores

CONCEITOS	AUTORES
ARQUIVO PESSOAIS	Heymann (1997), Camargo (2009), Cox (2017), Cook (1998)...

CONCEITOS	AUTORES
MEMÓRIA E MEMÓRIA SOCIAL	Halbwachs (2013); Le Goff (1998); Polak (1992); Candau (2011); Nora (1993); Gondar (2008)
DIFUSÃO NOS ARQUIVOS	Cabral (2021); Santos, Borges (2004), Brandão, Gomes, Pessoa, Santos (2024), Bellotto (2004)...
DEMOCRATIZAÇÃO DA MEMÓRIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	Iacovino (2016), Morigi, Veiga (2007), Pinudo, Gomes (2009)...

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Destacamos ainda que não iremos nos limitar apenas aos autores referenciados no quadro anterior, mas, ele traz um panorama das nossas primeiras leituras em torno da construção da fundamentação teórica desta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se encontra na fase de revisão de literatura para a construção de sua fundamentação teórica. E está passando por um processo de apreciação inicial da proposta pelos pares, a fim de receber uma avaliação antes da etapa de qualificação. Nessa fase, também estão sendo construídos os mecanismos para a coleta de dados e analisada a melhor plataforma para construção do produto técnico científico.

Com vistas a democratizar o acesso a esses acervos, e visando a promoção desses espaços, especialmente no contexto da memória social que os permeia, essa pesquisa propõe, para além da identificação dos arquivos pessoais da cidade de João Pessoa, um produto de difusão desses acervos. Propomos, portanto, a construção de um ambiente digital (página na web) onde seja possível acessar informações relativas aos acervos tais como: Biografia do seu titular, localização, horário de funcionamento, regras de visitação, serviços disponíveis, contatos (telefone, e-mail, site, redes sociais) entre outras informações relevantes. Bem como, dispor de um

canal de comunicação direto com os usuários da página, onde podem solicitar o cadastro de novos acervos. Tudo isso com o objetivo de incentivar a visitação, a pesquisa científica, bem como a promoção da memória social, política, artística, cultural, entre outros, tornando esse espaço digital, um caminho de aproximação dos arquivos com a comunidade.

Palavras-chave: arquivos pessoais; memória social; difusão dos arquivos; democratização da memória; responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, H. L. **Arquivo:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

MATTOS, R.; PEREIRA, A. A. C. Discussões em torno dos arquivos pessoais face a teoria arquivística. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 75–91, 2019. DOI: 10.14295/biblos.v33i2.8826. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8826>. Acesso em: 23 out. 2024.

OLIVEIRA, L. M. V. Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20>

Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf .Acesso em: 29 ago. 2024.

SILVA, A. N. **Dispersão de arquivos pessoais:** Espólio de Anísio Teixeira. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39210> . Acesso em: 23 de set. 2024

SILVA, C. R. O. **Metodologia do trabalho científico.** Fortaleza: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

GERÊNCIA EXECUTIVA DE TRATAMENTO, PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (APEPB): PROPOSTA DE PROGRAMA DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA

Hilza Costa Cavalcante

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba, Graduação em Biblioteconomia e em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: hilzacavalcante@yahoo.com.br, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5553079485604050>.

Maria Meriane Vieira da Rocha

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do Departamento de Ciência da Informação da UFPB e do Programa de Pós graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (UEPB/UFPB) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. E-mail: meriane.vieira@academico.ufpb.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1894263401266798> ORCID: <https://orcid.org/000-0002-9093-969X>

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares


RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

A história administrativa do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) remonta ao ano de 2018, quando foi aprovada a Lei estadual 11.263 de dezembro de 2018, que formaliza a estrutura, define as finalidades e competências do Arquivo e o estabelece como responsável pela promoção e acompanhamento da Política Estadual de Arquivos da Paraíba. Entretanto, essa Lei só teve efetividade no segundo semestre do ano seguinte (2019) com as nomeações dos primeiros cargos. Um desses cargos é a Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo, que faz parte da estrutura administrativa do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB). De acordo com o instrumento legal, a Gerência Executiva conta com as gerências operacionais de Tratamento Técnico, de Preservação, Conservação e Restauração e de Pesquisa, Difusão e Acesso em sua estrutura e funcionamento. No entanto, todos os cargos operacionais continuam desocupados, o que impossibilita ao APEPB gerenciar de maneira eficiente os acervos permanentes, considerando suas necessidades específicas e enfatizando a identificação, organização e acesso aos documentos.

Nesse contexto, foi necessário um levantamento da situação dos documentos incorporados ao Arquivo no ato de sua criação. Assim, realizou-se visita técnica ao Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, o qual custodiava o acervo que foi transferido para o APEPB, com a aplicação do módulo de perguntas que formariam o diagnóstico situacional das condições de armazenamento dos documentos, incorporados ao APEPB em sua criação. Revelou-se assim a precariedade de conservação dos documentos, no tocante à preservação e acondicionamento.

O acervo, que desde o final de 2018 passou a ser de responsabilidade do APEPB, está composto por manuscritos referentes às fases colonial, imperial e outros documentos da fase republicana na Paraíba. Esses, em sua maioria, são manuscritos avulsos sem relação entre si e que caracterizam



um acervo guardado aleatoriamente, sem obediência a princípios de proveniência ou ordem original. Alguns desses documentos se encontram encadernados, formando livros, como ocorre com os livros de Sesmarias e registro de terras, assim como com um livro de correspondências da Secretaria de Governo na fase imperial, composto por ofícios daquela Secretaria para várias cidades da Paraíba. Nele é possível perceber correspondências enviadas desde Vilas localizadas no litoral paraibano até Vilas cuja localização compõe a região do sertão do mesmo estado.

Com os dados levantados pela Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo do APEPB, foi possível compreender a urgente necessidade de se pensar na elaboração de um programa com projetos para priorizar o tratamento documental daquele acervo, incluindo a higienização, identificação documental até a digitalização e difusão do acervo via *web* e/ou catálogo impresso. Destarte, é urgente priorizar o efetivo gerenciamento ou gestão arquivística que compete àquela Gerência. Por essa razão, pensou-se na construção de uma proposta de programa com projetos que viabilizem essas ações. Segundo Jardim (2018, p. 32), tais ações são consolidadas como:

[...] conjunto de elementos mobilizados para a gerência de serviços e instituições arquivísticas. Inclui todo o ciclo, da produção à guarda permanente, passando pela gestão de documentos, a preservação, a produção de mecanismos de recuperação da informação, a difusão, o acesso e as demais operações que constituem a missão das instituições e serviços arquivísticos. Envolve também os aspectos gerenciais relacionados a pessoas, infraestrutura física, legal, tecnológica, recursos orçamentários, etc.

Analisando a Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo do APEPB, percebe-se a grande quantidade de atribuições que lhe competem e se observa a impossibilidade de ação mais abrangente em um setor com a responsabilidade de tratar, preservar e difundir o acervo que conta com o trabalho de apenas uma pessoa. Assim, nosso objetivo geral neste estudo é: analisar a gestão arquivística da Gerência Executiva

de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB). Como objetivos específicos, busca-se: criar uma proposta de programa de gerenciamento que possibilite a reordenação dos documentos e excelência no acesso de todo acervo incorporado ao APEPB; motivar a execução de projetos científicos voltados para preservação do acervo permanente do APEPB; e buscar parcerias para construção de projetos de transformação digital do acervo pertencente ao APEPB.

Isso posto, apresenta-se aqui a proposta ainda em fase inicial de um programa com vários projetos, todos voltados para o tratamento e acesso dos documentos incorporados ao APEPB. Esse programa será divulgado nas universidades com intuito de angariar parcerias em projetos de pesquisa e de extensão com a intenção de concorrer a editais que contemplem sua linha de atuação para colocar os projetos em execução. Assim, será possível ter ações positivas na organização e acesso dos documentos das fases colonial, imperial e republicano que existem sob a guarda do APEPB.

Como justificativa social, este estudo trará contribuições para a sociedade paraibana, que poderá ter melhor compreensão sobre um valioso patrimônio documental que remonta à história administrativa da Paraíba e suas relações com outros estados e governos. Cientificamente, este trabalho é justificado pela íntima ligação com a ciência arquivística, com gerenciamento de documentos permanentes, com a noção de governança arquivística e as contribuições desse fazer científico para a academia e para um instrumento de consulta. Enquanto justificativa pessoal, conta-se com o conhecimento das atividades e desafios enfrentados pela Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo do APEPB para executar as atividades que a Gerência tem. Assim, a construção de uma proposta de programa com projetos direcionados para atuação das demandas surge de forma positiva no planejamento das ações para curto, médio e longo prazo.

2 GESTÃO ARQUIVÍSTICA NO CONTEXTO DO APEPB

De acordo com Jardim (2018), para a Arquivologia no Brasil, a ideia de governança se refere a processos que ultrapassam os limites tradicionais

da gestão de arquivos e incentivam também atitudes de inovação por meio de seus atores.

Neste estudo, propomos uma proposta programa de gestão arquivística com projetos com atuação nos acervos referentes às fases colonial, imperial e primeira república na Paraíba. Segundo Silva (2024)², um programa possui atividades necessárias para cada meta e sequência no passo a passo das ações. Nele haverá os projetos que são partes de um programa geral. Inseridos no programa, estarão os procedimentos com modos de execução de cada programa, além dos métodos com planos de ação para a execução de tarefas e as normas ou regras para cada procedimento.

Nessa perspectiva, apresentamos as principais necessidades observadas na Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo, para as quais podemos elaborar projetos dentro de um programa. Para o cenário atual do APEPB, os projetos aqui propostos requerem parcerias continuadas com as universidades e seus programas de extensão. O APEPB possui um valioso acervo documental que demanda várias etapas de organização e tratamento e ser disposto para acesso e uso. Aqui elencamos possíveis áreas para elaboração de projetos em cada conjunto documental.

a) Para os documentos avulsos do período colonial - projetos:

- Higienização e acondicionamento; Identificação dos documentos e construção de catálogo – DA ORDEM QUE HÁ DE TER NESTA REPARTIÇÃO: identificação e catalogação dos documentos manuscritos do APEPB (projeto já executado na modalidade de pesquisa com financiamento para bolsista); Divulgação do catálogo impresso; Leitura paleográfica e transcrição dos documentos; Identificação e descrição de elementos diplomáticos – papel timbrado, marca d'água; Digitalização e divulgação via *web*.

2 Em esquema gráfico apresentado em aula.

b) Para os documentos avulsos do período imperial – projetos:

- Higienização e acondicionamento – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA: Organização, conservação, restauração e disseminação documental (projeto em andamento); Identificação dos documentos; Descrição e construção de catálogo; Divulgação do catálogo impresso; Identificação e descrição de elementos diplomáticos - papel timbrado, marca d'água; Restauração de documentos; Leitura paleográfica e transcrição dos documentos; Digitalização e divulgação via *web*.

c) Para os documentos avulsos do período república - projetos:

- Higienização e acondicionamento; Identificação e ordenação dos documentos; Digitalização e divulgação via *web*.

d) Para os documentos encadernados - Livros de Sesmarias e Registro de Terras – projetos:

- Higienização e acondicionamento; Identificação dos documentos; Restauração dos documentos e encadernação; Leitura paleográfica e transcrição dos documentos; Digitalização e divulgação via *web*.

Essas sugestões de projetos pretendem também ampliar a rede de interações e responsabilidades entre diferentes agentes de arquivos públicos municipais, destacando como cada componente contribui para a governança na Arquivologia. É nesse cenário que se inicia o debate sobre governança arquivística e gestão de documentos, pautando-se no APEPB.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Na Arquivologia, o conhecimento arquivístico era principalmente adquirido das práticas de gestão por meio das instituições e formalizados em manuais (JARDIM, 2012).

Adotou-se como caminho metodológico uma pesquisa de natureza qualitativa, que se mostrou mais apropriada para este estudo. Essa compreensão é ressaltada pela definição dada por Günther:


[...] são características da pesquisa qualitativa sua grande flexibilidade e adaptabilidade. Ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos. Tal postura requer, portanto, maior cuidado na descrição de todos os passos da pesquisa: a) delineamento, b) coleta de dados, c) transcrição e d) preparação dos mesmos para sua análise específica. (Günther, 2006, p. 204)

Mediante a natureza qualitativa, é possível entender os anseios e perspectivas da Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo no contexto de Governança Arquivística e a participação dos atores mais próximos do acervo, favorecendo uma análise mais minuciosa.

Para apontar eventuais problemas que tangem a construção de um programa com projetos voltados ao planejamento e implementação de ações que melhorem a prática arquivística, busca-se apoio na pesquisa-ação, definida por Tripp nos seguintes termos:

A pesquisa-ação deve ser contínua e não repetida ou ocasional, porque não se pode repetidamente realizar pesquisas-ação sobre a prática de alguém, mas deve-se regularmente trabalhar para melhorar um aspecto dela, de modo que deva ser mais freqüente do que ocasional. (Tripp, 2005, p. 448)

Essa abordagem se justifica pela pretensão de criar um programa com projetos para uma Gerência específica do APEPB, uma vez que o programa proposto precisará de acompanhamento contínuo e observação aproximada na execução das etapas, por ser um órgão jovem e ainda sendo objeto de pouca produção científica.



Quanto ao tipo, nossa pesquisa estará ancorada em aspectos bibliográficos e documentais que garanta robustez ao tema aqui proposto.

Esta pesquisa de caráter qualitativo analisa textos sobre os arquivos estaduais no Brasil, com foco no arquivo público da Paraíba. Ela objetiva compreender os caminhos percorridos pelo Estado da Paraíba até o marco legal que cria seu arquivo e o sistema de arquivos para o estado. Intenta ainda identificar as instituições que desempenhavam papel semelhante ao do arquivo público no âmbito estadual.

Primeiramente, realizou-se a seleção de textos sobre arquivo público da Paraíba. Levantou-se um total de quatro textos que citam o Arquivo Público da Paraíba anteriores a 2018, quando o APEPB foi de fato instituído. Os textos selecionados são Côrtes (1996), Jardim (2011), CPAP (2018) e Araujo (2019). Em seguida, realizou-se a leitura para identificar sobre quais arquivos se falava em cada uma das publicações. Também foi observado se o mesmo arquivo aparecia em tempos diferentes como arquivo público da Paraíba.

A estrutura da pesquisa está pautada em três eixos: a) levantamento e análise de documentos – a parte empírica compreende a análise de legislações estaduais como atos governamentais, decretos e leis, relatórios institucionais –, com destaque para o Relatório Final da Comissão Provisória do Arquivo Público (CPAP, 2018); b) revisão de bibliografia – com revisão de bibliografias de temas sobre história dos arquivos públicos, políticas públicas de arquivos e memória administrativa, dialogando com autores como José Maria Jardim, Maria Regina Persechini Armond Côrtes e outros; e c) Análise histórica institucional – intentando, com base em documentos normativos, compreender as tentativas de criar o Arquivo Público do Estado da Paraíba antes de 2018, ano em que ele foi instituído por lei.

Para a revisão de literatura, toma-se como base textos de estudos como: Governança arquivística (Venancio, 2022; Jardim, 2018); A gestão de documentos alinhada à gestão da qualidade: uma análise a partir da aplicação das Normas ISSO (Mendes, Silva, 2024); A noção de governança arquivística no contexto brasileiro (Maluf; Silva, 2023); Lei de criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2018), entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um programa para a Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo é fundamental para garantir a preservação e o acesso ao patrimônio documental do estado da Paraíba. Para isso, é necessária e importante a participação e continuidade de parceria com as universidades. Elas são a mola mestra para esse estudo, que visa à construção de um modelo de programa de gestão arquivística. Para tanto, é necessária a participação ativa de colaboradores, como docentes e discentes das universidades, em especial a UFPB e a UEPB, por possuírem os cursos de graduação em arquivologia. Essas parcerias com o APEPB ajudam sobremaneira a dar andamento às ações pensadas e elaboradas na citada Gerência.

Este estudo não só pretende colocar o APEPB no patamar do que se discute sobre noção de governança arquivística, mas visa ainda a servir como exemplo para outros órgãos e instituições, contribuindo para os gerenciamentos de seus acervos. A criação de um programa estruturado permitirá uma gestão mais eficaz, promovendo um acesso democrático e qualificado aos documentos permanentes de valor histórico custodiados pelo APEPB.

Palavras-chave: Proposta de programa de gerenciamento arquivístico; Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo; Arquivo Público do Estado da Paraíba.

REFERÊNCIAS

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22, n. 2, pp. 201-210 Universidade de Brasília. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/a10v22n2.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: um território a ser explorado. **Revista do Arquivo**, [S. l.], n. 7, p. 12–14, 2018. Disponível em: https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/130. Acesso em: 25 out. 2024.

Maluf, I. M. P., & Silva, W. A. (2024). A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação. **Ágora: Arquivologia Em Debate**, v.34, n. 68, p. 1–21, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204>. Acesso em: 5 de ago. 2024

MENDES, E. F. S.; SILVA, W. A. A gestão de documentos alinhada à gestão da qualidade: uma análise a partir da aplicação das normas ISO. **Ágora: Arquivologia em Debate**, v. 34, n. 68, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204>. Acesso em: 5 de ago. 2024

PARAÍBA. **Lei nº 11.263, de 29 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público e social. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 2019.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 out. 2024.

VENÂNCIO, R. P. Governança arquivística: um tema de pesquisa em construção. In: CUNHA, F. J. A.; MATTOS, M. T. N. de B.; LIMA, G. L. de Q. (orgs.). **Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil: teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 25-35. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

O QUE SE OUVI, O QUE SE GUARDA: UMA PROPOSTA DE CATÁLOGO DIGITAL PARA O ACERVO SONORO (ANALÓGICO) DE VINIL DA RÁDIO TABAJARA

Janaína Lima dos Santos

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. jlimajp@gmail.com, <https://lattes.cnpq.br/5014835119946844>, <https://orcid.org/0009-0006-6979-9406>

Ramsés Nunes e Silva

Prof. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto do curso de Arquivologia da UEPB e Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. ramsesnunes@servidor.uepb.edu.br, <https://lattes.cnpq.br/7283288442883348>.

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

O rádio no Brasil teve sua época de ouro na década de 1920, visto que esse foi um meio de comunicação, disseminação da informação e de cultura, até os dias atuais e prestam um serviço à população tanto da zona urbana quanto na zona rural, adaptando-se às inovações tecnológicas e plataformas de *streaming*. Sendo assim, considerada a rádio mais antiga do Estado da Paraíba, a Rádio Tabajara possui um acervo de valor histórico e memorialístico patrimonial, assim, atrelamos a importância da realização desta pesquisa, para fins de preservação, mapeamento dos acervos e difusão cultural, sendo o disco de vinil nosso objeto investigativo.

Esse suporte sonoro foi altamente difundido e consumido na sociedade do século XX. Piccino (2016) informa que o disco de vinil é um documento sonoro criado em 1948, com técnicas desenvolvidas para a gravação e reprodução do som. Por ter passado por uma reestruturação e adequação, a rádio Tabajara carece divulgar o acervo existente, como também preservá-lo. Sobre o acervo de discos de vinil foram contabilizados aproximadamente 18.516 discos de vinil, atualmente, estes encontram-se acondicionados em oito estantes abertas de ferro, higienizados e distribuídos por ordem alfabética, localizados em uma sala denominada: “*reserva técnica*”, que hoje não dispõe de cuidados adequados. Ao realizarmos este trabalho, propomos um reordenamento à luz da arquivologia e, ao mesmo tempo, esboçamos um referencial teórico em torno das noções de memória e patrimônio (Le Goff, 1996), arquivos sonoros de vinil e ações de difusão cultural para arquivo.

Buscaremos também trabalhar a governança arquivística na Empresa Paraibana de Comunicação - EPC, nos direcionando especificamente para os arquivos especiais: os discos de vinil. Outra importante informação que identificamos em nossa investigação foi que muitos discos de vinil são de “*tiragens únicas*” pertencentes à antiga discoteca da rádio e outros foram

doados por funcionários antigos da rádio. Sendo assim, incorporados ao acervo e necessita de preservação, alinhando a uma política de valorização e ação cultural. Destarte, o acervo sonoro analógico de vinil da Rádio Tabajara acaba por nos fornecer a visão de uma reserva importante dentro da categoria de pesquisa *arquivo especial*. Posto que, segundo Paes (2005, p. 22): “Arquivo especial são documentos de formas físicas diversas - fotografias, **discos**, fitas, clichês, microformas, slides, disquetes, CD-ROM”. Esse acervo, portanto, necessita de um tratamento apropriado para o seu armazenamento, registro, controle, acondicionamento e preservação.

A questão norteadora da pesquisa define-se: Quais medidas/ações de preservação e difusão são empregadas no acervo sonoro analógico de vinil da rádio Tabajara - PB?

Quanto ao Objetivo geral: Analisar as medidas/ações de preservação e difusão empregadas no acervo sonoro analógico vinil da Radio Tabajara PB. E os Objetivos específicos: a) Identificar as medidas e/ou ações de preservação utilizadas no acervo sonoro analógico vinil da Radio Tabajara PB; b) Descrever essas medidas e/ou visando a preservação e a difusão referido acervo e c) Desenvolver um catálogo digital direcionado aos gestores e público da Radio Tabajara.

2 JUSTIFICATIVA


Minha inquietação quanto ao acervo sonoro analógico de vinil da Rádio Tabajara vem da época da graduação quando já me preocupava com o cuidado e a difusão cultural dos arquivos permanente e especiais. Diante ao exposto, podemos observar a necessidade de uma ação que envolva medidas de preservação e difusão cultural de arquivos. Dentre as problemáticas, podemos relatar que o acervo se encontra mal acondicionado, em uma sala sem espaço suficiente para sua manutenção e preservação, além de estar localizado em um lugar bem próximo à área de vegetação florestal, do Instituto brasileiro do meio ambiente dos recursos naturais renováveis - IBAMA. Foi constatado que não possui um desumidificador na sala onde se encontra o acervo. Quanto ao motivo social da realização desta pesquisa,

elegemos a primeira e mais antiga rádio do Estado, enaltecendo o valor histórico e cultural que ela tem perante a sociedade paraibana e ao mesmo tempo promovendo uma difusão cultural deste acervo que não merece ficar restrito apenas às instalações do museu. Quanto às justificativas acadêmicas, esta pesquisa é de relevância científica, podendo ser utilizada como fonte de pesquisa para outros estudos em arquivos analógicos sonoros: discos de vinil, contribuindo assim, para o arcabouço arquivístico, logo que não possui muitos trabalhos científicos publicados nessa área.

3 METODOLOGIA

Adotaremos a pesquisa como: bibliográfica e exploratória, utilizando o método descritivo e tendo a abordagem qualitativa para análise dos dados, realizaremos um estado da arte, entorno do assunto: difusão cultural em arquivos sonoros: vinil, para melhor apuração e atualização das informações, trabalharemos com um recorte temporal dos anos de (2020 a 2024), elegendo assim as informações desses cinco anos mais recentes, no banco da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações - BDTD, logo após será realizado um diagnóstico dos discos de vinil do acervo sonoro (analógico) da Rádio Tabajara dos seguintes cantores: Jackson do pandeiro, Orquestra Tabajara de Severino de Araújo e a cantora Marinês, estes cantores da terra foram escolhidos especialmente por já possuírem uma história atrelada a Rádio Tabajara. O cantor Jackson do pandeiro foi funcionário (apresentando programas na Rádio Tabajara), a Orquestra Tabajara como o nome já diz, também trabalhou e tocava na rádio, e a cantora Marinês por ser um referencial de mulher nordestina e é conhecida como a rainha do xaxado.

Após essa etapa de diagnóstico, faremos o levantamento dos dados e análise, então partiremos para elaborar a proposta do catálogo digital está possuíra finalidade de divulgação e será difundida no próprio site institucional da Rádio Tabajara em dois endereços eletrônicos: 1) <https://radiotabaja.pb.gov.br> e 2) <https://www.radios.com.br/aovivo/radio-tabajara-1055-fm/14751>.



A Rádio Tabajara foi criada em 25 de janeiro de 1937, recebeu esse nome em homenagem aos índios Tabajara, está ligada ao governo do Estado da Paraíba pela Empresa Paraibana de Comunicação – EPC. É considerada uma autarquia estadual, criada pela Lei nº 5.548, de 14 de janeiro de 1992, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, ela é reconhecida como utilidade pública, segundo a Lei Municipal nº 12.286, de 12 de janeiro de 2012; Ao longo dos anos, a Rádio Tabajara se tornou uma referência no Estado, transmitindo programação diversificada que inclui: notícias, músicas, programas de entrevistas e debates, propagandas, além de cobertura esportiva e cultural, a emissora também desempenha um papel importante na divulgação da cultura paraibana, disponibilizando espaço para artistas locais dentre outros. É reconhecida como patrimônio cultural do Estado. Atualmente, a Rádio Tabajara continua desempenhando um papel importante no Estado e a sociedade, adaptando-se às inovações tecnológicas e plataformas de mídias digitais. Para embasar nossa pesquisa, informamos alguns trabalhos acadêmicos já publicados com o campo de pesquisa: Rádio Tabajara, porém, vale ressaltar que são objetos de pesquisa distintos a qual se pretende trabalhar nesta pesquisa. São eles:

1. AMARO, Leonardo Lins. **Memória revelada em vinis:** diagnóstico do acervo de discos de 33, 45 e 78 rotações do acervo da Rádio Tabajara da Paraíba. João Pessoa: Repositório Institucional da UFPB, 2015.
2. ARAGÃO, Iranilson Chianca. **Uma proposta de preservação para o acervo fonográfico da Rádio Tabajara da Paraíba.** João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba UEPB - 2014.
3. NASCIMENTO, Luciana Cristina, do. **Sintonizando o Brasil pelas ondas sonoras:** considerações sobre a história do rádio na Paraíba (1922-1936). João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba- UEPB - 2016.
4. SANTOS, Rafael Augusto dos. **O rádio que escuto e o rádio que vejo:** uma análise da interação da rádio 101 FM com ouvintes

através do Facebook e Youtube. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - 2018.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O disco de vinil, em seu processo de fabricação, conta com a participação de várias pessoas para a sua produção. O Long Play (LP) foi criado em 1948, no Brasil. O vinil tornou-se o principal suporte sonoro analógico do século XX, ele é considerado um documento especial, todavia, esses suportes são frágeis e passíveis de variados tipos de deformação em sua estrutura. Para Gomes (2014, p. 75), o surgimento dos discos, “estabelecido no início do século XX um novo modelo de consumo, no qual o gramofone tornava-se um instrumento de reprodução que demandava a compra de discos”. No final do século XIX à primeira metade do século XX, os discos de vinil eram os mais produzidos; na sua composição de materiais, usava-se o acetato e goma-laca, possuíam o diâmetro de 25 cm ou 10 polegadas que giravam a uma velocidade de 78 rpm rotações por minuto, repassando o sentido de “memória”. Destacamos a semelhança das considerações entre memória e arquivo. De acordo com Lodolini (1990, apud Jardim, 1995, p.4),

[...] Desde antiguidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos [...].

A memória está ligada intrinsecamente, a vida humana e os arquivos a materialização das suas atividades documentais em diferentes formatos e suportes, para colaborar com a construção da memória individual, social e coletiva. No que diz respeito à proteção do patrimônio cultural brasileiro, podemos destacar a Constituição Federal de 1988, quanto ao Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, ao afirmar em seu art. 216 que constitui

o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, referenciam à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...] I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico[...]. (Brasil, 1988)

A Difusão é uma atividade voltada para comunicação e permeia toda a estrutura institucional, ela assume responsabilidade de promoção do diálogo interno e também conversa com outras instituições. Schellenberg (2006) afirma que, durante o período revolucionário francês, ainda no século XVIII, as principais razões para a criação de arquivos públicos foram a necessidade de incrementar a eficiência governamental e a preocupação de ordem cultural, que melhor designa os seus contornos sociais. O arquivo tem evoluído para sua dimensão: cultural, social e educacional para a produção de novos conhecimentos, desenvolvendo ações como: visitas escolares, exposições e publicações, alcançando assim, um público por meio de serviços educativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa encontra-se na fase de levantamento de referencial teórico, para posterior realização do estado da arte: difusão cultural em arquivos sonoros: vinil (2020-2024) e o diagnóstico com os discos de vinil. A ideia da construção do catálogo digital é trabalhar a partir do recorte amostral do acervo sonoro analógico da Rádio Tabajara, no caso, os discos de vinil dos seguintes artistas populares: a orquestra Tabajara de Severino de Araújo, o cantor Jackson do pandeiro e a cantora Marinês. O resultado

seria um produto didático, com linguagem simples e fácil para apresentação ao usuário no formato digital para divulgação nos sites da Rádio Tabajara.

Palavras-chave: arquivo sonoro; disco de vinil; difusão cultural; **Rádio Tabajara.**

REFERÊNCIAS

AMARO, Leonardo Lins. **Memória revelada em vinis:** diagnóstico do acervo de discos de 33, 45 e 78 rotações do acervo da Rádio Tabajara da Paraíba. João Pessoa: Repositório Institucional da UFPB, 2015.

ARAGÃO, Iranilson Chianca. **Uma proposta de preservação para o acervo fonográfico da Rádio Tabajara da Paraíba.** João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba UEPB - 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 6 jan.2014. Disponível em » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm.

GOMES, Rodrigo. **Do fonógrafo ao MP3:** algumas reflexões sobre música e tecnologia. Revista brasileira de estudos da canção-ISSN, v. 2238, p. 1198.

JARDIM, José Maria. **Arquivística:** fundamentos e prática. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

NASCIMENTO, Luciana Cristina do. **Sintonizando o Brasil pelas ondas sonoras:** considerações sobre a história do rádio na Paraíba (1922-1936). João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba- UEPB - 2016.

PICCINO, Evaldo. **Um breve histórico dos suportes sonoros analógicos:** surgimento, evolução e os principais elementos de impacto tecnológico. Sonora, Campinas, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://www.publion-line.iar.unicamp.br/index.php/sonora/article/view/626/599>> Acesso em: 08 de junho de 2024.

Radio Tabajara 105.5 FM – João Pessoa – PB – Brasil. Disponível em:< <https://www.radios.com.br/aovivo/radio-tabajara-1055-fm/14751>> Acesso em: 10 de junho de 2024.

SANTOS, Rafael Augusto dos. **O rádio que escuto e o rádio que vejo:** uma análise da interação da rádio 101 FM com ouvintes através do Facebook e Youtube - João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - 2018.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos:** princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: UM ESTUDO SOBRE O ARQUIVO PESSOAL DE MÁRCIA STEINBACH SILVA KAPLAN NA MEMUS PB

Lesleyanne Rodrigues de Lima

Graduada em arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UEPB). Mestrando(a) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UEPB. lesleyrodrigues01@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9120941297641322>, <https://orcid.org/0009-0002-9031-9922>.

Ramsés Nunes e Silva

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Docente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UEPB. ramsesnunes@servidor.uepb.edu.br, <https://lattes.cnpq.br/7283288442883348>.

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares


RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

A governança arquivística é um tema relativamente novo quando aplicada a arquivos pessoais em instituições culturais de caráter privado. Embora a governança arquivística já seja debatida por autores como Jardim (2018), Cunha, Matos e Lima (2021), Oliveira (2022), Maluf e Silva (2024), no contexto de arquivos institucionais e públicos, sua aplicação e relevância em arquivos pessoais ainda são pouco exploradas. Esses arquivos, frequentemente sob custódia de instituições privadas, como associações culturais, podem possuir significativo interesse público uma vez que documentam trajetórias individuais que refletem aspectos importantes da história e da memória coletiva.

Nesse contexto, este estudo tem como objeto de análise a Associação de Memória Musical da Paraíba (MEMUS PB), uma instituição privada de cunho social, memorial e cultural, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba. Dedicada à preservação da memória musical, a MEMUS PB tem como principal objetivo a salvaguarda da memória documental e musical, além da custódia de acervos.

No Brasil, arquivos pessoais podem ser considerados de interesse público e social conforme preconiza a legislação vigente, especialmente a Lei n. 8159, de 8 de janeiro de 1991, que regulamenta a política nacional de arquivos. Diante desse cenário, torna-se essencial que instituições como a MEMUS PB estabeleçam políticas internas específicas para organização, ordenamento e difusão de seus acervos, garantindo uma governança arquivística baseada em normas claras que assegurem a conformidade, o uso ético e a transparência na gestão documental. Dentro desse escopo, o primeiro arquivo pessoal sobre custódia da associação é o Fundo Arquivístico Márcia Steinbach Silva Kaplan (MSSK).




A partir dessa contextualização, surge a questão norteadora desta pesquisa: Quais são as práticas e procedimentos adotados pela MEMUS PB para gerenciar e manter o Arquivo Pessoal Márcia Steinbach Silva Kaplan? Esse questionamento decorre da escassez de estudos sobre governança arquivística aplicada a arquivos pessoais em instituições privadas, as quais, frequentemente, não possuem políticas estruturadas para a preservação e a acessibilidade de documentos de valor histórico e cultural. O desafio, portanto, é compreender não apenas como essas práticas são realizadas, mas também se atendem aos princípios de transparência, acesso, preservação e difusão, elementos essenciais para que a MEMUS PB cumpra seu papel social na preservação do legado musical e cultural do estado da Paraíba.

Este trabalho tem como objetivo geral desenvolver diretrizes para a institucionalização como produto final uma política de aquisição de acervos em instituições culturais, como a MEMUS PB, considerando critérios fundamentais de aquisição, preservação, acesso e difusão. Para alcançar o objetivo geral, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1. Avaliar as práticas atuais de gestão de documentos na MEMUS PB; 2. Investigar as práticas da MEMUS em relação à acessibilidade e a difusão pública do acervo; 3. Analisar a estrutura e organização do Fundo Arquivístico Marcia Steinbach Silva Kaplan; 4. Definir critérios para a organização e descrição de arquivos pessoais na MEMUS PB, tomando como referência o Fundo Arquivístico Márcia Steinbach Silva Kaplan.

Por fim, este estudo se justifica pela relevância do arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, cuja preservação contribui diretamente para a memória e a história do cenário musical paraibano. A preservação de arquivos pessoais nas instituições, através do fortalecimento das práticas de governança arquivística, permite a sistematização desses acervos, no qual fortalece instituições culturais como a MEMUS PB, assegurando sua continuidade e relevância social. Além disso, este estudo resultará na formulação de uma política de aquisição de acervos, um instrumento fundamental para orientar a incorporação de novos acervos à instituição.

A sistematização do arquivo pessoal de Márcia Steinbach Silva Kaplan, aliada à política de aquisição de acervos, servirá como base para a MEMUS



PB, estabelecendo diretrizes para a incorporação, preservação e acesso aos documentos sob sua custódia. Além disso, essa iniciativa poderá se tornar um modelo replicável para outras instituições culturais que enfrentam desafios semelhantes na gestão de arquivos pessoais. Dessa forma, a pesquisa contribui tanto para o avanço das práticas arquivísticas no Brasil quanto para o fortalecimento da preservação da memória musical e cultural.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo começa com uma revisão bibliográfica detalhada, essencial para fundamentar o conceito de governança arquivística, explorando suas aplicações em arquivos pessoais, musicais e a memória. Esta etapa busca mapear e consolidar a literatura existente sobre as temáticas voltadas a autores como Bellotto (2007), Herrera (2013), Camargo (2009), Tognoli e Barros (2011), Cook (2013), Oliveira (2016), Campos (2024), que abordem o estudo dos arquivos pessoais, e a revisão teórica que abordam a governança arquivística será construída com base em autores renomados como Jardim (2018), Venâncio (2018), Cunha *et al.* (2021) e outros.

A pesquisa é de natureza aplicada e configurada como descritiva e qualitativa. A pesquisa aplicada busca gerar conhecimento com vistas à aplicação prática, sendo especialmente relevante para propor diretrizes que aprimorem a gestão de arquivos pessoais em instituições culturais. Já o caráter descritivo e qualitativo da investigação permitirá examinar em profundidade o contexto e as práticas de governança arquivística na MEMUS PB. Como destacado por Flick (2009), a pesquisa qualitativa é especialmente indicada para explorar os significados sociais e culturais atribuídos a fenômenos complexos, como os processos de governança de acervos arquivísticos.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotará três principais etapas: análise documental, estudo de caso e entrevistas semiestruturadas, a seguir:

- a. O estudo de caso será conduzido na MEMUS PB, que mantém um arquivo pessoal de relevância histórica e cultural. O estudo de caso permitirá detalhar as práticas de governança arquivística específicas, considerando o arquivo pessoal de Marcia Steinbach Silva Kaplan. A literatura será utilizada para incluir a análise de documentos e publicações institucionais, como diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e do Arquivo Nacional que oferecem bases teóricas e práticas sobre políticas de aquisição de acervos.
- b. A análise documental será realizada na coleta e identificação de documentos institucionais da MEMUS PB, como estatuto, relatórios internos, regimento e demais documentos que orientam as práticas de governança arquivística. Segundo Cellard (2008), a análise documental possibilita o exame crítico dos conteúdos e da estrutura formal de documentos, permitindo verificar como as políticas institucionais de gestão de arquivos são delineadas, aplicadas e integradas na prática. Essa etapa buscará identificar as diretrizes e lacunas existentes, fazendo um comparativo com normas e recomendações arquivísticas.
- c. Para complementar a análise documental, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros da diretoria da MEMUS PB e, junto a familiares, sobre o arquivo pessoal. O objetivo dessas entrevistas é compreender as percepções dos envolvidos sobre as práticas de governança arquivística, os desafios enfrentados na institucionalização de arquivos pessoais e as necessidades específicas da MEMUS PB para aprimorar suas práticas arquivísticas. Essa etapa permitirá a triangulação dos dados, contribuindo para uma análise mais abrangente e fundamentada.

3 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: CONCEITOS E APLICAÇÕES NO ÂMBITO INSTITUCIONAL

A governança arquivística é campo emergente, que se fundamenta em conceitos de governança corporativa e governança pública, ambos

orientados para a criação de estruturas organizacionais e políticas eficazes. Segundo Jardim (2018, p. 13):

A noção de Governança é historicamente recente. Data do início dos anos de 1990, impulsionada pelo Banco Mundial, sob a perspectiva de novas formas de exercício da capacidade dos governos para produzir, implementar e avaliar políticas públicas. Nas três últimas décadas ganhou mais contornos teóricos, sendo aplicada em diversos cenários organizacionais, tanto da administração pública quanto no setor privado. Como tal, é frequente encontrarmos termos como Governança Corporativa, Governança de Tecnologia da Informação, Governança informacional, Governança ambiental, Governança Fiscal e Tributária etc.

Esse novo cenário de governança arquivística está interligado a novos contornos de instituições, por isso pensar essa realidade a espaços como associações de preservação cultural. Dessa forma, a governança arquivística possibilita que essas instituições não apenas organizem e preservem acervos, mas também criem políticas que garantam o acesso responsável e ético a documentos. Ainda abordando a visão de Jardim (2018) no que contempla a noção das duas esferas permitindo que as instituições desenvolvam uma gestão documental que atenda tanto às demandas operacionais quanto aos objetivos estratégicos, o autor destaca:

A “macroarquivologia” reuniria os “processos de organização e funcionamento de instituições e serviços arquivísticos; desenho a implementação de programas, projetos, redes e sistema”; ao passo que “microarquivologia” teria como foco os procedimentos “técnico-científicos inerentes ao desenvolvimento de funções arquivísticas [...] envolvidas na gestão de documentos correntes e intermediários e na administração de arquivos permanentes” (Jardim, 2018, p. 33).

Portanto, a governança arquivística, combinada com os enfoques da macro e microarquivologia, fornece uma estrutura robusta para gerenciar

arquivos permanentes. Porém, podemos concluir que arquivos permanentes compreendem a noção de arquivos pessoais, ou seja, a governança arquivística também é entendida para esses acervos, prezando a legislação. Tognoli e Barros (2011, p. 72) afirma que “No caso dos arquivos privados é mais restrito, por tratarem de documentos particulares que dizem respeito às instituições e às pessoas.”

Assim, a governança arquivística compreende esse contexto das instituições privadas, especialmente aquelas que custodiem arquivos pessoais. Embora ela seja associada a órgãos públicos e grandes instituições, seu potencial para regular e orientar práticas em arquivos privados e acervos particulares é igualmente relevante e necessário.

3.1 ARQUIVOS PESSOAIS

Dessa forma, quando tratamos de arquivo privado, pensamos os arquivos pessoais que configuram, segundo Bellotto (2007),

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papeis produzidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado [...]. São papeis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística, de estadistas, políticos, artistas, literários, cineastas, etc. Enfim, os papeis de qualquer cidadão que apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Oliveira (2016, p. 35) conceitua o arquivo pessoal a “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e funções sociais”. Os arquivos pessoais, como testemunhas das trajetórias individuais, são os registros de cada indivíduo ao longo de sua vida. São acumulados de acordo com os interesses particulares, esses documentos possuem

intencionalidade pessoal decorrentes dos aspectos pessoais, afetivos, profissionais ou ademais critérios que sejam relevantes (Hobbs, 2001).

Esse cenário revela uma crescente conscientização sobre a importância dos arquivos pessoais e das instituições de memória como elementos fundamentais para a compreensão e preservação da memória local. A valorização desses acervos, anteriormente muitas vezes negligenciados, marca uma mudança significativa na percepção do patrimônio cultural brasileiro, conferindo-lhe uma dimensão mais abrangente e inclusiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a governança arquivística na MEMUS a partir do Arquivo Pessoal de Marcia Steinbach Silva Kaplan ilustra a complexidade de gerir arquivos pessoais em instituições privadas. O desenvolvimento de políticas e práticas de governança adequadas a essas instituições podem garantir que os acervos sejam preservados de maneira ética e acessível, contribuindo para a preservação da memória e da cultura local.

Contudo, o caminho de consolidação da governança arquivística em instituições de preservação de memória depende de instrumentos voltados ao recebimento e acondicionamento desses acervos, isso é particularmente relevante dado o objetivo estatutário da MEMUS, que prevê o recebimento de novos acervos o que amplia seu papel cultural.

Assim, o produto desta pesquisa propõe recomendações que auxiliem a instituição a estabelecer bases sólidas para o alcance de fomentar um compromisso institucional claro e investir na atualização contínua das políticas de gestão arquivística. Com essas diretrizes, espera-se que a MEMUS esteja preparada para responder às demandas de acesso público e a políticas de difusão.

Palavras-chave: governança arquivística; arquivos pessoais; política de aquisição; políticas arquivísticas; MEMUS PB.

REFERÊNCIAS

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 2 jun. 2024.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos pessoais: um balanço da literatura recente publicada em periódicos brasileiros. **Em Questão**, v. 30, p. e-138459, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/4G-6p8HrYHxH7nj3X5FVpcdc/>. Acesso em: 26 de jun de 2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico:** teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza; MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; LIMA, Gillian Leandro de Queiroga. A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de limitações. *Ágora: Arquivologia em debate*, v. 31, n. 63, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/989>. Acesso em: 26 de abr de 2024.

CUNHA, F. J. A. P.; MATOS, M. T. N. B.; LIMA, G. L. Q. **Governança arquivística em organizações públicas e privadas no Brasil:** teoria e prática.

EDUFBA, 2022. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>. Acesso em: 16 de mai de 2024.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman editora, 2009.

Heredia Herrera, Antonia. Manual de archivística básica: gestión y sistemas. Puebla: **Benemérita** Universidad Autónoma de Puebla, Archivo Histórico Universitario, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7900458>. Acesso em: 27 jun 2024.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística contornos para uma noção. **Acervo**: Rio de Janeiro, v. 31, n.3, p. 31-45, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987/994>. Acesso em: 28 de jun de 2024.

HOBBS, C. The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. **Archivaria**, v.52, n.1, p. 126-35, 2001. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12817>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MALUF, Izabela Mirna Pinto; SILVA, Welder Antônio. A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação. *Ágora: Arquivologia em debate*, v. 34, n. 68, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/989>. Acesso em: 26 de jun de 2024.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso. Acesso e Intimidade: duas questões para o arquivista no contexto dos arquivos pessoais. *In*: OLIVEIRA, L. M. V.; PANISSET, B.T. C.; OLIVEIRA, I. C. B., (orgs.). **Arquivos Pessoais e Cultura**: o direito à memória e à intimidade. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

OLIVEIRA, L. M. V. Governança Arquivística em Instituições de Memória. In: CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza et al. (Org.). **Governança Arquivística em Organizações Públicas e Privadas no Brasil: teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35442/1/governanca-arquivistica-REPO.pdf>. Acesso em: 26 jun de 2024.

TOGNOLI, N. B.; BARROS, T. H. B. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. **PontodeAcesso**, Salvador, v.5, n.1, p. 66-84, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/430f4345-cecd-484b-bc90-5d746e9668d6/content>. Acesso em: 20 de out de 2024.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. In: OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho (org.). **Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. p. 59-73. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/emquestao/a/4G6p8HrYHxH7nj3X5FVpcdc/>. Acesso em: 20 de out de 2024.

A INTEGRAÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS E GOVERNANÇA EM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA FRANCESA

Lídia Santos do Nascimento Gomes

Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. lidia.gomes@aluno.uepb.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/8409969424298284>, <https://orcid.org/0009-0002-0238-2447>.

Eliete Correia dos Santos

Pós-doutorado em Educação Contemporânea pela UFPE - PNPd-CAPES. Docente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. elietesantos@gsuite.uepb.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/3267723385743006>, <https://orcid.org/0000-0002-5491-5711>.

Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga como as ações educativas em arquivos franceses promovem o acesso e a valorização dos acervos arquivísticos no âmbito da governança arquivística. Focando nas práticas educacionais adotadas, o estudo examina como essas ações são planejadas e executadas para que a sociedade compreenda e se engaje com o patrimônio documental. Com o crescimento exponencial do volume de informações e o aumento da demanda por transparência nas ações do Estado, a sociedade passou a valorizar mais a preservação e o acesso aos arquivos, reconhecendo-os como elementos essenciais do patrimônio histórico e cultural.

Nesse contexto, as ações educativas destacam-se, reforçando o vínculo entre os cidadãos e os arquivos e contribuindo para a preservação da memória coletiva. Autores como Barbosa e Silva (2012) argumentam que ações educativas, como visitas a arquivos, aulas sobre a importância dos documentos e atividades de interpretação histórica, não só enriquecem o saber, mas também capacitam os cidadãos fornecendo conhecimento, habilidade e conscientização necessária para que possam desempenhar um papel ativo na preservação e na difusão dos acervos arquivísticos.

A problemática central desta pesquisa é: de que maneira as ações educativas concebidas nos arquivos franceses podem contribuir para o desenvolvimento de políticas de governo e gestão arquivística no Brasil? A análise das políticas e estratégias educacionais da França oferece um referencial comparativo relevante, que pode ser adaptado ao contexto brasileiro, contribuindo para a formulação de políticas de governança e gestão arquivística no país.

Com o objetivo de compreender o impacto das ações educativas em promover o acesso e o conhecimento sobre os acervos arquivísticos, a pesquisa estabelece três objetivos específicos: analisar a natureza das ações educativas e sua função no acesso a acervos arquivísticos, utilizando uma



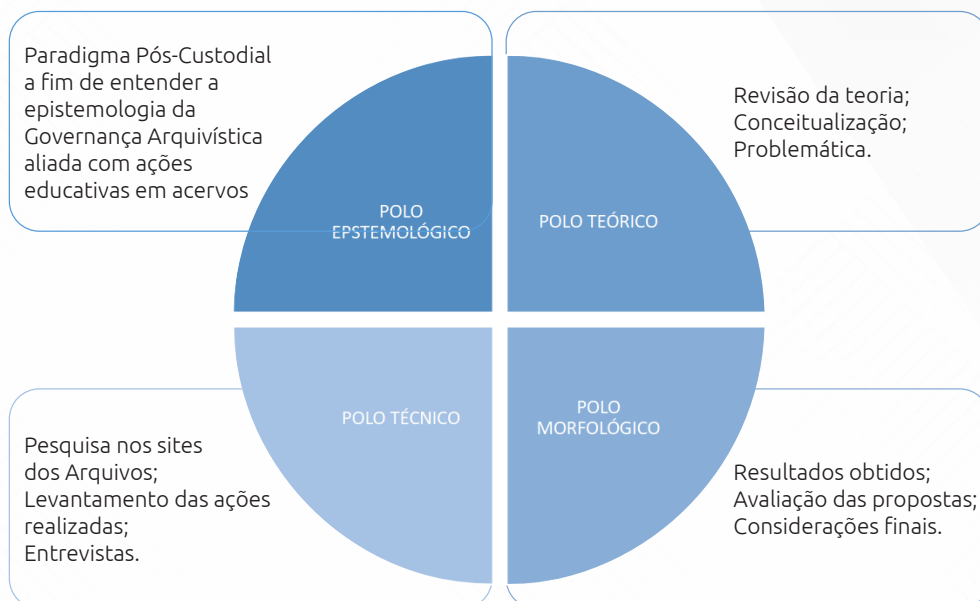
análise documental e qualitativa das iniciativas educativas promovidas por arquivos franceses, com base nos dados disponíveis em suas plataformas digitais e em publicações institucionais; identificar práticas exemplares nas ações educativas francesas, por meio de um levantamento e estudo das iniciativas divulgadas nos espaços virtuais (websites e redes sociais) dos arquivos; avaliar como essas práticas influenciam a conscientização da sociedade sobre a importância dos arquivos, considerando os resultados observados em estudos de caso e a percepção registrada nas interações entre os arquivos e os usuários.

2 METODOLOGIA

A pesquisa fará uso do método quadripolar para a análise dos dados coletados. Gouveia e Nogueira (2021) relatam que o método foi proposto, em 1974, pelos pesquisadores belgas De Bruyne, Herman e De Schoutheete (1991), da Universidade de Lovaina (Bélgica); é reconhecido por sua abordagem dinâmica à pesquisa científica. Ele se destaca por conceber a pesquisa como um conjunto estruturado de polos distintos e complementares, os quais dialogam e interagem entre si. Esses polos são o epistemológico, o teórico, o morfológico e o técnico.

No contexto desta pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva sobre as ações educativas nos acervos arquivísticos, o método quadripolar pode ser aplicado da seguinte maneira em cada um de seus polos:


Figura 1: Método Quadripolar



Fonte: Adaptado de Ferreira, Dieguez e Terra (2017).

No polo epistemológico, refere-se à parcial do que estamos apresentando nesta comunicação, a pesquisa parte do paradigma Pós-Custodial a fim de entender a epistemologia da Governança Arquivística aliada às ações educativas nos acervos, buscando compreender qual o impacto das ações educativas na promoção do acesso e do conhecimento, que é o objeto científico dessa investigação. No polo teórico, será feita a revisão das teorias relevantes relacionadas às ações educativas, governança arquivística e práticas educativas em arquivos, visando à discussão acerca do objeto de estudo. O polo técnico se concentra nos métodos e técnicas que serão utilizados para coletar e analisar dados durante a pesquisa. Por fim, no polo morfológico será trabalhada a questão dos resultados obtidos, assim como as propostas ressaltadas a partir deles e as considerações finais da pesquisa.

Ao integrar esses quatro polos do método quadripolar, busca-se uma estrutura abrangente para abordar os diferentes aspectos da pesquisa sobre ações educativas nos acervos arquivísticos. Isso garantiria uma abordagem sistemática e rigorosa, permitindo uma análise aprofundada e uma compreensão significativa das práticas educativas nesse contexto específico.



Ao utilizar o método quadripolar, temos o desenvolvimento da pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva, tendo como base os objetivos geral e específico. O procedimento de coleta será a partir de consultas digitais em seus sites oficiais e redes sociais. Como parte desse processo, foi realizado um levantamento inicial dos arquivos a serem investigados, resultando em uma lista de 19 arquivos. Para mapear o estado da arte em ações educativas em arquivologia, será realizada uma revisão da literatura existente, abrangendo artigos acadêmicos, livros, relatórios e documentos oficiais. Esta etapa fornecerá a base teórica e contextual necessária para a compreensão do tema. Para avaliar o impacto das ações educativas, questionários serão aplicados, utilizando plataformas digitais, que serão direcionados para o responsável do arquivo, buscando informações sobre a realização de ações educativas e como essas iniciativas são desenvolvidas. Esse instrumento permitirá a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre a eficácia das ações educativas e a percepção dos participantes sobre a importância dos arquivos. As análises estatísticas também serão realizadas a partir desses dados coletados.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta pesquisa, abordaremos quatro eixos principais: a governança arquivística, as políticas de governança para arquivos, a difusão e as ações educativas. Esses elementos são fundamentais para a compreensão do papel dos arquivos na sociedade, buscando promover o acesso à informação, fortalecer a cidadania e garantir a preservação da memória coletiva. A análise desses eixos visa contribuir para a valorização dos arquivos como instrumentos estratégicos para a transparência e o fortalecimento de uma sociedade informada.

Segundo Schellenberg (2006, p. 25), grande parte da população desconhece a função dos arquivos, frequentemente vistos como “depósitos de papel” ou “extravagâncias dos governos”. Essa visão limitada revela a falta de conscientização sobre a importância dos arquivos na preservação

da memória histórica e na promoção da transparência e responsabilidade governamental, destacando a urgência em mudar essa percepção.

A função arquivística da difusão amplia o acesso e a visibilidade dos acervos, utilizando meios diversos para divulgar sua relevância e facilitar seu uso pelo público. As ações iniciativas incluem programas educativos, visitas guiadas, cursos e materiais didáticos, fundamentais para conscientizar a sociedade sobre a importância dos arquivos e fortalecer a cidadania por meio do acesso à informação e da preservação da memória.


Nesse contexto, a governança arquivística se estabelece como um pilar essencial, com políticas e práticas que orientam a preservação, organização e acesso aos documentos. Ela integra os arquivos à gestão institucional de informações, valorizando-os como recursos estratégicos para a transparência e a memória coletiva, garantindo que os arquivos sirvam a uma sociedade mais informada e participativa, onde o acesso à documentação é um direito e uma ferramenta de cidadania ativa.

Além disso, teorias educacionais, como as de Freire (1997) e o construtivismo de Vygotsky (1991), oferecem suporte metodológico, enfatizando a importância da interação social e da construção do conhecimento. Essas abordagens sugerem que o acesso aos acervos seja uma experiência ativa e colaborativa, promovendo a alfabetização informacional e o desenvolvimento da análise crítica.

No Brasil, Cunha (2018) destaca a necessidade de ações educativas inclusivas e adaptáveis às diversidades culturais e sociais. As orientações do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq, 2017) reforçam o papel dessas ações na promoção do acesso à informação e no fortalecimento da cidadania, tornando as práticas educativas mais relevantes e acessíveis ao público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governança arquivística assegura a gestão adequada dos recursos educativos, preservando sua autenticidade, integridade e confiabilidade ao longo do tempo. Isso é fundamental para fornecer materiais de alta qualidade para uma variedade de atividades educativas, incluindo exposições,



workshops, pesquisas e programas de educação patrimonial. Além disso, a governança arquivística promove a transparência na administração dos materiais educativos, facilitando o acesso por parte de educadores, pesquisadores e do público em geral. Esse acesso contribui significativamente para a disseminação do conhecimento e o enriquecimento das práticas educativas (Germano, 2016).

A governança arquivística refere-se ao conjunto de políticas, procedimentos e práticas que uma organização implementa para gerenciar e controlar seus arquivos de forma eficaz. Isso inclui a tomada de decisões sobre a criação, retenção, acesso, preservação e descarte de documentos e registros. A governança arquivística é essencial para garantir a transparência, prestação de contas e conformidade com regulamentos legais e normas profissionais. Ela ajuda a garantir que os arquivos sejam gerenciados de maneira eficiente, promovendo a transparência e a integridade das informações ao longo do tempo (Gonçalves, 2012).

As práticas educativas em arquivos influenciam o público ao promover a conscientização sobre a importância dos acervos como patrimônio histórico e cultural, aproximando os cidadãos das instituições arquivísticas. Elas incentivam o engajamento ativo por meio de atividades participativas, desenvolvem habilidades como a alfabetização informacional e a análise crítica, e fortalecem a cidadania ao garantir o acesso à informação e à memória coletiva. Além disso, contribuem para a valorização cultural, criando um senso de pertencimento e identidade, transformando os arquivos em espaços dinâmicos de aprendizado e interação social.

Esta pesquisa visa apresentar como produto um diagnóstico das possibilidades para a implementação de ações educativas nos arquivos públicos brasileiros, inspirado nas experiências educacionais desenvolvidas na França

Atualmente, estamos entrando na fase de coleta de dados da pesquisa, realizando a listagem dos acervos com os quais entraremos em contato para aplicação dos questionários e entrevistas. Inicialmente, enfrentamos a dificuldade de não conseguir realizar visitas *in locu* conforme o planejado, o que nos levou a adaptar todo o processo de pesquisa. Agora, o contato

com os profissionais responsáveis pelos acervos e a aplicação da pesquisa serão realizados por meio de plataformas digitais, mantendo o rigor metodológico e a qualidade esperada.

Palavras-chave: ações educativas francesas; acervos arquivísticos; governança arquivística.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. C. O; SILVA, H. R. K. Difusão em Arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Revista Acervo**, v. 25, p. 45, 2012.

CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). **Diretrizes para a implementação de ações educativas em arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

CUNHA, M. B. Acessibilidade cultural nos arquivos: uma proposta inclusiva e abrangente. **Arquivística.net**, v.14, p.1-10, 2018.

DE BRUYNE, P; HERMAN, J; DE SCHOUTHEETE. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**: os polos da prática metodológica. 5ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1991.

FERREIRA, O; DIEGUEZ, T; TERRA, A. L. Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas Bibliotecas de Ensino Superior: um estudo de caso. **Seminário de Saberes Arquivísticos – SESA**: Intercâmbio, Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. Eliete Correia dos Santos, Ediane Toscano Galdino de Carvalho, Alzira Karla Araújo da Silva (organizadores). EDUEPB: Campina Grande, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

GERMANO, A. C. A governança na Arquivologia: Desafios. **Informação Arquivística**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 45–53, 2016. Disponível em: <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/82>. Acesso em: 30 mar. 2024.

GOUVEIA, L. B.; NOGUEIRA, D. O método Quadripolar e a sua aplicação em trabalhos científicos. **Prisma.com**, v. 46, p. 3–23, 2021.

GONÇALVES, A. P. **Análise das relações entre governança corporativa e governança de tecnologia da informação em organizações brasileiras**. 2012. 127p. Tese (Doutorado em Administração), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, E. C.; GOMES, L. S. N. Difusão em arquivos paraibanos e ações educativo-culturais. **Archeion Online**, [S. l.], v. 11, n. Edição Especial, p. 104–116, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/68075>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SANTOS, E. C. *et al.* **Difusão e ações educativo-culturais em arquivos: relatos do grupo de pesquisa**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2024. 286p.

SCELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução: Monica Stahel M. da Silva. 4. Ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso em: 23 mar. 2024.

DIÁLOGOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO ATRAVÉS DE ACERVO FOTOGRÁFICO DA PARAÍBA – IPHAN/PE

Maria Cristina Balbino Ribeiro Cabral

Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. Mariacrisbalbi1@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9784026831315159>, <https://orcid.org/0000-0002-9564-3580>.

Vancarder Brito Sousa

Doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGS-UFPB. Docente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, CCBSA, Campus V em João Pessoa - Paraíba e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. vancarder@servidor.uepb.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/4080385746349120>, <https://orcid.org/0000-0001-5593-3172>.


Linha 1: Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto é um estudo de caso, referente à análise com o Patrimônio Cultural através de fotografias de alguns monumentos de destaque, com significância histórica para Paraíba, que se encontra sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de Pernambuco, do final da década de 30 e século XX. A proposta da pesquisa é analisar o acervo fotográfico e propor um meio de divulgação desse acervo, nos portais digitais da Prefeitura de João Pessoa e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), enquanto estratégia de preservação da memória.

Na formulação do problema de uma pesquisa, a dificuldade que se pretende resolver deve ser específica e exata (Marconi e Lakatos, 2003, p.126), logo, considerando a importância do acervo fotográfico paraibano sob a guarda do IPHAN/PE, o projeto de pesquisa identifica como problema: Quais estratégias podem ampliar o acesso ao acervo fotográfico paraibano do IPHAN-PB, promovendo cooperação entre esferas municipal e estadual para divulgar uma cartilha com fotografias que representam o patrimônio cultural local, reforçando memória e identidade? Esta pesquisa visa analisar o acervo fotográfico paraibano sob a guarda do IPHAN/PE, contribuindo para a valorização e divulgação do patrimônio cultural do estado. Busca compreender as narrativas e contextos históricos, sociais e culturais que envolvem uma relação complexa com a cidade, moldada por sentimentos que vão além de “amor” ou “ódio”, constituindo, segundo Koury (2017, p. 131), um “sentido de pertença”. A fotografia, conforme Azevedo Netto, Freire e Pereira (2004, p. 19), assume significados profundos, conectando o cidadão ao passado e promovendo reflexões sobre a existência e a construção social (Halbwachs, 1968, p. 63). O estudo também identifica lacunas e desafios na governança arquivística, propondo estratégias para preservar, organizar e disponibilizar esse patrimônio cultural à sociedade.



Essa preocupação com a organização e acesso ao acervo alinha-se à teoria das três idades dos arquivos – corrente, intermediário e permanente –, proposta por Bellotto (2006, p. 24). A autora destaca que a razão de ser dos arquivos reside em sua característica dinâmica, sendo que o arquivo permanente oferece informações relevantes aos pesquisadores, a localização destes, devem ser próximos às universidades ou aos centros culturais. Enfim, devem situar-se em lugares de fácil acesso para seus usuários típicos, devendo estar dotados de amplas salas de consultas, pois neles a pesquisa está aberta a todos”.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN aprovou o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2024 por meio da Portaria nº 23, de 17 de maio de 2021 (IPHAN, 2021), com o intuito de garantir a democratização do acesso ao patrimônio cultural brasileiro, pautado em valorização das memórias e das identidades culturais, com o foco em uma sociedade participativa na preservação, logo, a localização dessas fotografias no centro urbano de João Pessoa, facilita o acesso dos pessoenses a fontes de pesquisas, estimulando a produção de conhecimento sobre a história local, as transformações da cidade.

No contexto do Patrimônio Cultural edificado, o marco relevante ocorre no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, é fundamentado na Carta de Atenas - 1931, o início de discussões internacionais sobre “preservação e conservação”, recomenda a constituição de arquivos para documentos sobre monumentos históricos, destacando a importância dos arquivos na preservação da memória e da identidade cultural.

A preservação da memória registrada, exige estudos, discussões arquivísticas, compartilhamentos de ideias interdisciplinares, no qual Jardim (2006, p.14) reflete sobre a necessidade de uma maior verticalização no debate sobre políticas públicas “seja por parte das instituições arquivísticas ou do mundo acadêmico”. Em 2018, Jardim reafirma a necessidade de aprofundar as discussões sobre “governança arquivística”.

A pesquisa tem por objetivo acessar o arquivo permanente do IPHAN/PE, investigar e compreender a importância dessas fotografias como

referência do patrimônio histórico e cultural paraibano e facilitar o acesso à sociedade pessoense.

As pessoas podem se identificar ou não com as fotografias, é uma situação que se modifica com o distanciamento (Halbwachs, 1968, p.33). Essa dinâmica ressalta a importância de estratégias que aproximem o acervo fotográfico dos cidadãos, como destaca Maluf e Silva (2024, p.18), fortalecer as instituições públicas a fim de que estejam aderentes às leis e normas, “propiciando a entrega de produtos de valor às partes interessadas”.

Considerando a dimensão prática desta pesquisa, e atendendo as expectativas de um mestrado profissional, pretende-se propor ações de difusão cultural desse acervo fotográfico por meio dos portais digitais da prefeitura de João Pessoa e do IPHAEP.

O interesse pela pesquisa começou na graduação em Arquivologia na UEPB, com visitas ao IPHAN de Pernambuco e contato com o acervo fotográfico. Socialmente, a pesquisa destaca a importância de tornar esse acervo acessível ao público, promovendo análises da estrutura urbana e fortalecendo a memória coletiva. Esse contato entre cidadãos e o acervo, que representa um legado de experiências, ajuda a consolidar a identidade cultural pessoense. De modo acadêmico, o acesso ao acervo fotográfico da Paraíba oferece informações valiosas para pesquisadores, possibilitando discussões sobre a memória coletiva e individual.

A pesquisa justifica-se pelo valor documental das fotografias, e o processo de facilitar o acesso e divulgação do acervo fotográfico paraibano, com as instâncias: municipal e estadual. Em conformidade com Santos *et al*, (2024, p.50), as “ações educativas em arquivos promovem no sujeito reflexões e sentido quanto à preservação dos bens culturais e sociais de modo integrado ao processo de ensino e aprendizagem”.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é um estudo de caso, de perspectiva conceitual, nos campos de interesses comuns entre arquivo, fotografia, governança, difusão cultural, memória, patrimônio cultural, educação patrimonial e preservação, relações

interdisciplinares, classificada como qualitativa, pois é de “enfoque interpretativista”, (Gil, 2017, p.41), o pesquisador se “familiarizando” com o objeto, analisando os dados conforme a “perspectiva daqueles que o vivenciam.

A abordagem é qualitativa, por meio de levantamento documental e bibliográfico, em relação ao levantamento do *corpus* da pesquisa os procedimentos técnicos serão: Consulta ao IPHAN da Paraíba e Pernambuco, por meio dos canais oficiais de acesso à informação, e visitas para análise das fotografias da Paraíba, e assim, investigar a representação das imagens quanto ao registro de um patrimônio histórico e cultural, de relevância para a memória.


Com base nos princípios arquivísticos, na pesquisa, será aplicada a metodologia de análise empírica para avaliar a aplicação de instrumentos de classificação baseados em temas e assuntos gerais em documentos fotográficos arquivísticos, pois “é essencial para vincular um documento ao seu contexto de criação”, a classificação é a base fundamental da organização arquivística. (Lopez; Carvalho, 2013, p. 272-273)

As fotografias do IPHAN/PE serão analisadas, seguindo etapas: Revisão bibliográfica, levantamento do acervo fotográfico, selecionar fotografias para incluir na cartilha, elaborar a cartilha, estabelecer parcerias para divulgação (Prefeitura de João Pessoa e IPHAEP).

Na conclusão das atividades, será elaborado um relatório ao IPHAN/PE, destacando a importância do acervo fotográfico paraibano e propondo uma difusão cultural através de uma cartilha de patrimônio cultural, com a colaboração de divulgação nos sites da Prefeitura de João Pessoa e do IPHAEP. O objetivo é construir conhecimento de forma colaborativa, de referências culturais, ligadas à memória social do local (Florêncio *et al*, 2014, p.20).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa pesquisa procura estabelecer estudos interdisciplinares entre o acervo fotográfico do IPHAN de Pernambuco referente às fotografias da Paraíba, com base na governança arquivística, outras áreas do



conhecimento, com discussões sobre: Arquivo, fotografia, governança arquivística, difusão cultural, memória, patrimônio cultural, educação patrimonial e preservação. Para isso, o documento fotográfico será entendido em uma perspectiva provocativa, de maneira que atente o pesquisador a analisar os contextos.

As fotografias paraibanas no acervo do IPHAN/PE é um patrimônio cultural que contém informações para a compreensão e valorização do bem patrimonial, como argumenta Azevedo Netto (2015, p.159), “Patrimônio é um termo que traz consigo uma polissemia acentuada, com diversos usos e significações”. A polissemia do termo “patrimônio” é fundamental para entendermos a complexidade do acervo fotográfico paraibano e a relação com a memória coletiva, permitindo a transmissão de suas vivências para novas gerações. Para uma compreensão e tratamento adequados dos documentos de arquivo, é essencial que o arquivista conheça a gênese do documento (Bellotto, 2006, p.44).

A análise do acervo fotográfico do IPHAN de Pernambuco requer investigação dos contextos de produção das fotografias, nesse sentido, temos a proposta de analisar um referencial teórico, além das orientações do CONARQ, ampliar o diálogo, e assim, responder às inquietações sobre esses elementos no contexto arquivístico e áreas afins, entre eles: Azevedo Netto (2015), Azevedo Netto, Freire e Pereira (2004), Bellotto (2008), Duranti (1994), Horta, Grunberg e Monteiro (1999), Jardim (1993, 2006, 2018), Herrera (2016), Koury (2001), Lima e Lacerda (2004), Kossoy (2001), Lopez (2000), Fonseca (2005), Nora (1993), Schellenberg (2006).

Segundo Kossoy (2021, p.12), “Ao contrário da antropologia e da etnografia que, décadas antes já reconheciam o mérito da fotografia como método de pesquisa, análise e interpretação de culturas”, percebe-se que o acervo de fotografias da Paraíba no arquivo do IPHAN/PE, ainda se mantém distantes da sociedade paraibana, um cenário que precisa ser modificado. Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.4) destacam que a educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” e proporciona ao indivíduo a fazer leitura do mundo que o rodeia, levando a compreensão do universo sociocultural.

As discussões enfatizam os diálogos entre as dimensões da governança arquivística, diretrizes e estratégias para a promoção de serviços de qualidade em arquivos, conforme proposto por Jardim (2018, p. 40), ampliando o leque de possibilidades, com a difusão e ações educativas-culturais nos arquivos, que contribui com a formação crítico-cidadã (Santos *et al*, 2024, p.17).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ), oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em andamento, demonstra um considerável potencial para contribuir para a valorização do patrimônio cultural da Paraíba, possibilita promover o acesso ao acervo fotográfico paraibano, salvaguardado no IPHAN de Recife. A pesquisa contribui com a construção da memória, da identidade local, e desenvolvimento social, aproximando a sociedade a conhecer o papel do arquivista na preservação documental.

Esta pesquisa segue o cronograma de “Pesquisa bibliográfica, revisão, leitura e orientação com o professor”, e apresenta como objetivo principal, propor estratégia de ação arquivística: uma cartilha patrimonial cultural e divulgação em portais digitais da Prefeitura de João Pessoa e IPHAEP, uma difusão cultural.

Palavras-chave: documento; fotografia; governança; patrimônio cultural; memória.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; FREIRE, Bernardina Maria Juvenal; PEREIRA, Perpétua. A representação de imagens no acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire: proposta e percursos. **Ciência da informação**, v. 33, p. 17-25, 2004.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. A cultura material vista a partir da relação informação, patrimônio e memória: o patrimônio arqueológico em sua função social. In: AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de (org). **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2015.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. FGV editora, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: L8159 (planalto.gov.br). Acesso em: 25 out. 2023.

DE ATENAS, CARTA *et al.* **Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações**. 1931. Disponível em: Microsoft Word -CP2 - Carta de Atenas I 1931.doc(iphan.gov.br). Acessado em 23 jun. 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 6a ed., 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. Disponível em: <https://www.livros01.livrosgratis.com.br/cp141.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

IPHAN. **Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2024.**

Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-de-documentacao-do-patrimonio/arquivo-central-do-iphan>. Acesso em: 26 out. 2024.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas arquivísticas:** princípios, atores e processos. 2006. Disponível em: <https://bdan.an.gov.br/server/api/core/bitstreams/9f439bcf-f6bb-47c1-bc84-f46fa8e2b23d/content>. Acesso em: 19 out. 2024.


JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, v. 31, n. 3, p. 31–45, 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 70, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/52357?gad_source=1&gclid=Cj0K. Acessado em: 25 jun. 2024.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 131–137, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/11322>. Acesso em: 28 jan. 2025.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 5a. ed., 2003.

LOPEZ, André Porto Ancona; CARVALHO, Pedro Davi Silva. **A classificação arquivística por assunto em documentos fotográficos:** o exemplo do Arquivo Público do Distrito Federal. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4800979.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.



SANTOS, Eliete Correia dos *et al.* **Difusão e ações educativo-culturais em arquivos:** relatos do grupo de pesquisa. João Pessoa, PB: EDUEPB, 2024. E-book (286 p.). ISBN-PDF 978-85-7879-964-9. Disponível em: <https://eduepb.uepb.edu.br/e-books/> Acesso em: 11 out. 2024.

LINHA 2

SABERES E FAZERES ARQUIVÍSTICOS PARA A GOVERNANÇA

GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO PARA UMA ORGANIZAÇÃO PRIVADA

Célio Roberto Freire de Miranda

Graduação em Arquivologia – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduação em Programação e Web Design – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. jeovacelo@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4778323216258303>, <https://orcid.org/0009-0003-8248-1150>

Thais Helen do Nascimento Santos

Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto e Universidade de Aveiro. Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. thais.hnsantos@ufpe.br, <http://lattes.cnpq.br/9005952983723507>, <https://orcid.org/0000-0001-7091-3225>

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

O projeto aborda a importância da gestão e da preservação de documentos arquivísticos digitais em um contexto de avanços tecnológicos, destacando a transição da era analógica para a digital e as vantagens proporcionadas pela tecnologia da informação em termos de eficiência e praticidade. Tal mudança traz desafios, como a necessidade de garantir a autenticidade, integridade e acessibilidade dos documentos digitais ao longo do tempo.

A gestão da informação arquivística digital é essencial para organizar, acessar e controlar as informações registradas desde sua produção até a destinação final. A gestão arquivística de documentos garante tais vantagens em termos de tramitação, acesso e economia de espaço, mas a falta de procedimentos adequados de segurança e preservação pode comprometer a autenticidade da documentação. Portanto, é urgente desenvolver estratégias específicas para lidar com esses documentos, considerando suas características únicas de gestão e preservação.

A ausência de uma política de gestão e preservação dos documentos digitais pode resultar em problemas significativos, como perda de dados, falta de acesso ou comprometimento da autenticidade. Deste modo, é crucial investigar se a empresa ou organização (pública ou privada) possui estratégias claras para gerenciar e preservar seus documentos digitais desde sua origem.

A questão central reside na existência e eficácia das políticas e dos instrumentos voltados à gestão e preservação dos documentos digitais dentro das organizações, visando garantir sua integridade e autenticidade ao longo do tempo. Tais planejamentos são essenciais para enfrentar os desafios inerentes à preservação dos documentos em meio digital e para assegurar que possam ser acessados e interpretados corretamente pelas gerações futuras. Com isto, a pergunta que norteia esta pesquisa é a




seguinte: quais os aspectos que devem ser contemplados em um plano de ação na gestão e preservação de documentos digitais na empresa Atacadão dos Presentes e Utilidades LTDA.?

O objetivo geral é o de estabelecer diretrizes e procedimentos para a implementação de um plano de ação na gestão e preservação de documentos digitais na empresa em questão. Para alcançar esse objetivo, foram delineados objetivos específicos: 1. Caracterizar a gestão e a preservação de documentos digitais por meio da cadeia de custódia; 2. Diagnosticar os fluxos dos documentos arquivísticos digitais na empresa; 3. Identificar a existência e o uso de softwares para a gestão e preservação destes documentos; 4. Verificar as normativas acerca dos sistemas para a gestão e preservação: e-Arq e RDC-Arq, respectivamente; e 5. Desenvolver um plano de ação com diretrizes para a implantação da cadeia de custódia de documentos digitais da empresa Atacadão dos Presentes LTDA.

Enquanto justificava da pesquisa, consideramos o contexto atual dos documentos digitais, com o objetivo de promover uma gestão e preservação produtiva e segura desses documentos. Destaca-se a importância de padronizar a documentação gerada no ambiente digital, visando proporcionar controle sobre essa massa documental e garantir um acesso seguro e preservação adequada dos documentos digitais. Considerando o volume exponencial de documentos e dados, a utilização de sistemas na gestão documental tornou-se comum em organizações públicas e privadas. Nesse sentido, o estudo proposto ampliará a pesquisa sobre sistemas compatíveis que lidam com a gestão digital, buscando garantir interoperabilidade entre esses sistemas para assegurar autenticidade e preservação dos documentos.

A interoperabilidade entre sistemas de gestão da informação surge como resposta à necessidade de gerenciar a grande massa documental arquivística digital, garantindo que os documentos permaneçam autênticos e fidedignos no meio digital. A criação de RDC-Arq, normatizados pelo CONARQ, visa garantir a manutenção dos materiais digitais por tempo permanente, assegurando a autenticidade documental. A cadeia de custódia documental, que perpassa o ciclo de vida dos documentos, é fundamental para garantir a responsabilidade de custódia de forma ininterrupta.



O interesse pelo tema surge da vontade de contribuir para o avanço da pesquisa na área de documentos arquivísticos nativamente digitais. Essa motivação é impulsionada pelas responsabilidades como Gerente de Tecnologia da Informação na empresa em questão, proporcionando a oportunidade de enriquecer a pesquisa sobre gestão e preservação de arquivos digitais.


2 METODOLOGIA

Quanto à metodologia adotada no estudo, temos que a pesquisa será do tipo aplicada, com o intuito de adquirir conhecimentos para aplicação em situações específicas, visando soluções práticas para a sociedade. Segundo Gil (2008), pesquisas aplicadas são aquelas que buscam solucionar problemas concretos e, assim, têm um caráter mais pragmático.

No que tange aos objetivos, será uma pesquisa descritiva, cujo propósito é descrever as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis. Como aponta Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa descritiva é essencial para obter uma visão detalhada e organizada dos aspectos a serem estudados. Também será usada a pesquisa exploratória, que tem como objetivo explorar possibilidades e cenários que ainda não foram descobertos, conforme indicado por Vergara (2016), que enfatiza sua importância na formulação de hipóteses e na definição de questões de pesquisa.

A abordagem metodológica será qualitativa, utilizando práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, como notas, entrevistas e registros, buscando compreender fenômenos em seu contexto natural. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão profunda dos fenômenos sociais, revelando significados e contextos que não podem ser captados por métodos quantitativos.

A pesquisa será conduzida na empresa Atacadão dos Presentes e Utilidades LTDA., abrangendo tanto suas lojas físicas quanto sua plataforma digital. Serão analisados os arquivos nato-digitais gerados em todas as unidades da empresa, permitindo uma compreensão abrangente da



gestão documental. No ambiente de varejo físico, a investigação abordará a produção e o fluxo desses documentos, enquanto a presença online fornecerá informações relevantes sobre sua criação, uso e preservação no contexto digital.

Para a coleta de dados, será utilizado o instrumento de amostragem de arquivos nato-digitais. Essa abordagem possibilitará a análise dos tipos documentais mais recorrentes, identificados no diagnóstico realizado, a partir do levantamento de dados ao longo da pesquisa. Essa coleta de dados a partir de arquivos digitais oferece a vantagem de acessar informações que refletem diretamente o comportamento e as preferências dos consumidores, sem a necessidade de intervenções diretas.

A escolha de arquivos nato-digitais como ferramenta de coleta se justifica pela sua capacidade de fornecer uma visão abrangente e autêntica das operações da empresa, permitindo identificar padrões e tendências que podem informar decisões estratégicas. Essa metodologia também contribuirá para uma análise mais profunda da experiência do cliente, revelando aspectos que poderiam não ser captados por métodos tradicionais.

Com essa combinação de *locus* e instrumento de coleta, a pesquisa buscará oferecer uma compreensão detalhada do desempenho do Atacado dos Presentes e Utilidades, tanto nas lojas físicas quanto no ambiente digital, contribuindo para o aprimoramento de suas práticas e estratégias de atendimento ao cliente.

3 FUNDAMENTOS DA GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: CADEIA DE CUSTÓDIA E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

3.1 CADEIA DE CUSTÓDIA

A cadeia de custódia é um conceito crucial na gestão de documentos, especialmente em contextos em que a integridade e a autenticidade são primordiais, como em processos judiciais ou auditorias. Esse termo refere-se ao conjunto de procedimentos que garantem o controle e a

rastreabilidade dos documentos ao longo de seu ciclo de vida. Segundo Pimenta (2016), a cadeia de custódia deve ser cuidadosamente planejada e implementada, assegurando que cada acesso e modificação no documento sejam documentados. Isso não apenas protege a validade legal dos documentos, mas também fortalece a confiança nas informações geridas.

A implementação de uma cadeia de custódia eficaz envolve a designação de responsabilidades claras e a utilização de tecnologias que possam monitorar o fluxo de documentos. A transparência proporcionada pela cadeia de custódia ajuda a mitigar riscos e a responder a auditorias de maneira mais eficaz.

Ademais, a cadeia de custódia não se restringe apenas aos documentos físicos. Com a digitalização crescente, a proteção de documentos eletrônicos também requer cuidados específicos. Lemos (2017) destaca que, em ambientes digitais, a cadeia de custódia deve incluir controles de acesso e registros de atividade em sistemas eletrônicos, assegurando que a autenticidade dos documentos digitais seja mantida ao longo do tempo.

3.2 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

A governança arquivística refere-se ao conjunto de políticas, diretrizes e estruturas organizacionais que orientam a gestão de documentos dentro de uma instituição. De acordo com Siqueira (2018), essa governança é essencial para assegurar que os processos de arquivamento estejam alinhados com os objetivos estratégicos da organização. Uma governança sólida proporciona um *framework* que ajuda a garantir a conformidade com normas e legislações, evitando problemas legais e assegurando a proteção das informações.

Além disso, a governança arquivística deve ser adaptável às mudanças no ambiente tecnológico e regulatório. Conforme alerta Santos (2020), a evolução constante das tecnologias de informação e das legislações requer que as políticas de governança sejam revisadas e atualizadas regularmente. Isso garante que as organizações não apenas cumpram requisitos legais,

mas também aproveitem oportunidades para melhorar a eficiência na gestão de documentos.

3.3 DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS: ENTRE A GESTÃO E A PRESERVAÇÃO

Os documentos arquivísticos digitais representam uma nova categoria que exige abordagens específicas de gestão e preservação. De acordo com Lemos (2017), a digitalização não é apenas uma transição de formatos, mas a criação de novos tipos de documentos que trazem consigo desafios únicos. A autenticidade e a integridade dos documentos digitais devem ser garantidas, uma vez que a facilidade de modificação desses arquivos pode comprometer sua validade.

A gestão de documentos digitais implica em práticas robustas de segurança da informação. Silva e Almeida (2018) enfatizam a importância de utilizar sistemas de gerenciamento de documentos que não só organizem os arquivos, mas também implementem controles de acesso e protocolos de segurança. Isso ajuda a proteger informações sensíveis e a garantir que apenas usuários autorizados possam realizar alterações nos documentos.

Além disso, a preservação de documentos arquivísticos digitais requer estratégias de longo prazo, incluindo a migração de formatos e a adoção de padrões abertos. Santos (2020) salienta que a obsolescência tecnológica é um dos principais riscos enfrentados na gestão de documentos digitais. Portanto, as organizações devem desenvolver planos de preservação que considerem a evolução das tecnologias e assegurem que os documentos permaneçam acessíveis e utilizáveis ao longo do tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto delinea uma pesquisa com várias etapas essenciais, visando abordar a gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. Inicialmente, será realizada uma revisão da literatura para fundamentar o estudo, abrangendo as diretrizes e normativas pertinentes à gestão

documental. Em seguida, um diagnóstico inicial avaliará a situação atual da empresa Atacadão dos Presentes e Utilidades LTDA, mapeando os fluxos de documentos digitais e identificando lacunas nas práticas de preservação existentes. Paralelamente, será feita uma identificação dos softwares utilizados para a gestão e preservação dos documentos, analisando sua eficácia e conformidade com as normativas como o e-Arq e o RDC-Arq.

A pesquisa culminará no desenvolvimento de um plano de ação que proporá diretrizes específicas para a implementação de uma cadeia de custódia, garantindo a autenticidade e integridade dos documentos digitais. Entre os resultados esperados, destaca-se uma caracterização clara da gestão atual, um mapeamento detalhado dos fluxos documentais, a avaliação dos softwares disponíveis e recomendações para adequação às normativas. Ao final, espera-se que a pesquisa produza um plano de ação estruturado, com estratégias que assegurem a preservação e a acessibilidade dos documentos arquivísticos digitais ao longo do tempo, contribuindo para uma cultura organizacional que valorize a gestão da informação em ambientes digitais.

Palavras-chave: gestão arquivística de documentos; preservação digital; arquivos digitais; cadeia de custódia; Atacadão dos Presentes.

REFERÊNCIAS

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LE MOS, Rafael. **Documentos digitais**: desafios e perspectivas. Maceió: Editora Universitária, 2017.

MINAYO, Maria de Fátima de Souza. **Pesquisa qualitativa:** teoria, planejamento e execução. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2010.

PIMENTA, Daniel. **Cadeia de custódia:** princípios e práticas. São Paulo: Editora do Autor, 2016.

PIMENTA, Flávio. **Gestão de documentos:** a cadeia de custódia e a preservação. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, Marcos. **Preservação de documentos:** fundamentos e práticas. São Paulo: Senac, 2020.

SIQUEIRA, André. **Governança da informação e arquivística.** Rio de Janeiro: FGV, 2018.

SILVA, Adilson da; ALMEIDA, Telma de. **Gerenciamento de documentos digitais:** uma abordagem prática. Editora Atlas. 2018.

VERGARA, Sidney da Silva. **Metodologia de pesquisa.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ONTOGÊNESE DOCUMENTAL E CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA MULTIFACETADA: DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE SISTEMA INFORMATIZADO

Daniel Pericles Santos Canuto

Bacharel em Arquivologia pela UFPB. Mestrando(a) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. danielpscanuto83@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/>, <https://orcid.org/0009-0002-5885-1003>.

Julianne Teixeira e Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Docente do Departamento de Ciência da Informação no curso da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. julianne.teixeira@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/3122413318144588>, <https://orcid.org/0000-0002-4959-0844>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

Em uma era definida pela produção e circulação massiva de dados digitais, as organizações se veem desafiadas a gerenciar de forma eficiente seus documentos digitais. As instituições públicas, em especial, lidam com um volume significativo de informações, demandando soluções inovadoras para garantir a organização, gestão, a preservação e o acesso transparente a este conteúdo. Nesse contexto, a Arquivologia tem se dedicado a desenvolver e aprimorar métodos e ferramentas que auxiliem na gestão eficiente de documentos digitais, buscando garantir a integridade, a autenticidade e a acessibilidade das informações.

Duas abordagens que se mostram particularmente relevantes para a gestão de documentos digitais são a noção de Ontogênese Documental³ e o modelo da Classificação Arquivística Multifacetada (CAM). A Ontogênese Documental propõe uma análise do documento em sua totalidade, considerando seu contexto de produção, seus usos e as transformações que sofreram ao longo do tempo. Já a CAM busca superar as limitações das abordagens tradicionais de classificação, oferecendo uma análise multidimensional que considera os diferentes contextos e perspectivas de uso dos documentos.

No entanto, a complexidade da gestão documental nas instituições públicas exige uma abordagem mais abrangente que vá além da simples organização e classificação de documentos. É, nesse ponto, que a governança arquivística se torna crucial. A governança arquivística, conforme abordado por Jardim (2018), transcende a gestão tradicional, englobando um conjunto de aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos

3 Termo cunhado no decorrer de pesquisas sobre a gênese de documentos nato digitais, desenvolvidas pelo grupo de pesquisa em Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais (EADRD) da UFPB, cujas pesquisas buscam responder como os documentos nato digitais são criados no âmbito dos sistemas de negócios e como devem ser gerenciados.




que caracterizam o cenário arquivístico e seu entorno. Ela visa aprimorar a gestão de arquivos e sua inserção nas dinâmicas de poder de um regime democrático, tanto intraestado como em sua relação com a sociedade, levando em consideração elementos sociais, culturais, políticos e técnicos. Nesse sentido, uma abordagem de gestão documental que inclua a governança arquivística deve não apenas organizar e classificar os documentos, mas também garantir que essa gestão esteja alinhada com os princípios de transparência, responsabilidade e participação.

Diante da complexidade e das particularidades da gestão documental em instituições públicas, este trabalho se propõe a desenvolver um protótipo de sistema informatizado que utilize os princípios da Ontogênese Documental e da CAM, visando a otimização da gestão de documentos digitais, tendo como campo empírico a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A escolha da UFPB como *lócus* da pesquisa justifica-se pela vasta produção de documentos digitais, abrangendo áreas como ensino, pesquisa, extensão e administração, o que a torna um campo fértil para a aplicação e validação da solução proposta.

A problemática que norteia esta pesquisa surgiu a partir de discussões, em meados de 2017, na equipe de implantação do Arquivo Central sobre a necessidade de aprimorar os processos de gestão documental na UFPB, utilizando ferramentas tecnológicas que possibilitassem a organização, o acesso e a preservação eficaz dos documentos digitais.

A motivação surgiu da experiência profissional do proponente desta pesquisa que atua junto ao Sistema de Arquivos da UFPB (Siarq/UFPB), que também está envolvido com as discussões desde seu início. Nesse sentido, busca responder à seguinte questão: Como a aplicação da ontogênese documental e da CAM, através de um sistema informatizado, pode otimizar a gestão documental na UFPB, tornando-a mais eficiente e responsiva às demandas da comunidade acadêmica e da sociedade e atendendo aos preceitos do continuum arquivístico desde sua gestão até a preservação digital?

Para responder a esta questão, o presente estudo tem como objetivo geral estruturar os modelos conceituais e lógico de sistema informatizado



que atenda aos princípios da Ontogênese Documental e da Classificação Arquivística Multifacetada.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo geral tem-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Caracterizar a noção de ontogênese e a Classificação Arquivística Multifacetada;
- b. Identificar os requisitos para o sistema informatizado;
- c. Projetar o modelo conceitual do sistema;
- d. Projetar o modelo lógico do sistema;

Espera-se que um sistema modelado com base nestes princípios possa aprimorar a gestão, a organização, o acesso e a preservação dos documentos digitais de instituições públicas e privadas que produzem e transmitem documentos em sistemas do tipo ERP, além de garantir a segurança da informação e o cumprimento das normas vigentes.

2 METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória e descritiva, que busca desenvolver um protótipo de sistema informatizado, com base no contexto de produção que aponta atuar na gênese, ou melhor, na ontogênese dos documentos digitais.

A pesquisa aplicada, segundo Silva (2008), visa gerar conhecimento útil para a resolução de problemas práticos, o que se alinha ao objetivo deste estudo de propor uma solução tecnológica baseada na noção de Ontogênese Documental.

A natureza exploratória da pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a aplicação da Ontogênese Documental e da CAM no desenvolvimento de sistemas informatizados, área com produção científica ainda em desenvolvimento. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e documental se torna essencial para a construção de um arcabouço teórico sólido que fundamente as decisões tomadas durante o desenvolvimento do protótipo.

Para tanto, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- **Análise Documental:** Serão analisados documentos normativos e legislativos (normas técnicas e jurídicas) relacionados à gestão de documentos digitais no Brasil, bem como documentos institucionais da UFPB que abordem a gestão documental, buscando identificar as necessidades e os requisitos específicos a serem considerados no desenvolvimento do protótipo.
- **Levantamento de Requisitos:** Preparação da documentação dos requisitos levantados a partir da Revisão de Escopo e da análise documental.
- **Modelagem Conceitual e Lógica:** A partir da fundamentação teórica, da análise dos documentos e do levantamento dos requisitos, será realizada a modelagem conceitual e lógica utilizando o software BRModelo.
- A escolha da Software BRModelo justifica-se por sua adequação ao desenvolvimento de sistemas complexos, como o proposto nesta pesquisa, além de facilitar a comunicação e a produção da documentação do projeto.

Espera-se que a análise crítica da Revisão de Escopo em consonância com a análise das normas técnicas e legais, forneça subsídios para a modelagem conceitual e lógica com vistas ao desenvolvimento de protótipo funcional e inovador.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta o arcabouço teórico que sustenta o desenvolvimento dos modelos conceitual e lógico do sistema informatizado para a gestão de documentos digitais baseado nos princípios da Ontogênese Documental e da Classificação Arquivística Multifacetada (CAM).

3.1 GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS E ONTOGÊNESE DOCUMENTAL

Entendendo a produção documental como um processo dinâmico e complexo, onde o resultado expressivo materializado num suporte é uma das partes do que entendemos sobre o documento e sua gestão. Essa observação trouxe inquietações a respeito das dimensões dos documentos, do ato de documentar e gerir os documentos.

Essa inquietação trouxe diversos debates que deram origem ao Grupo de Pesquisa e Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais (EADRD), dando origem também ao termo Ontogênese Documental e a seus estudos.

De acordo com Silva, Canuto e Brito (2024), a ontogênese documental defende que a gestão de documentos nato-digitais deve se iniciar antes mesmo de sua criação, por meio de um conjunto de recursos, procedimentos, metadados, informações e dados que identifiquem e contextualizem os documentos.

Ao reconhecerem a complexidade da gestão universitária, especialmente no contexto atual de rápida evolução tecnológica, Bernandes e Abreu (2004) destacam a importância crucial de sistemas informatizados eficientes. Essa necessidade se alinha à perspectiva de Duranti (1995) sobre o documento arquivístico, que o considera não como um objeto estático, mas como um processo dinâmico. Fica evidente que essa dinâmica exige ferramentas e sistemas específicos para lidar com a gestão de documentos. A ascensão dos Sistemas de Gestão de Documentos (SGD) se apresenta como uma resposta a essa demanda, oferecendo recursos para organizar, armazenar, preservar e garantir o acesso a esses documentos (CONARQ, 2022).

3.2 CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA MULTIFACETADA (CAM) E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Classificação Arquivística Multifacetada (CAM) surge como uma resposta à necessidade de superar as limitações das classificações tradicionais, que se mostram inadequadas para abarcar a complexidade dos documentos digitais. A CAM, ao considerar os diferentes contextos de produção e os múltiplos usos dos documentos, oferece uma abordagem mais abrangente e eficiente para a organização e recuperação da informação.

A Classificação Arquivística Multifacetada (CAM) é um sistema inovador que, em vez de se basear em categorias hierárquicas tradicionais, utiliza um conjunto de facetas inter-relacionadas para representar a complexidade dos documentos, considerando seus contextos de criação, usos e a estrutura organizacional em que foram produzidos. Essa abordagem multifacetada permite uma gestão mais abrangente e eficiente da informação, garantindo que a organização e a recuperação dos documentos atendam às necessidades contemporâneas, especialmente no contexto digital. (Teixeira; Silva *et al.*, 2023).

3.3 DADO, INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A compreensão da natureza da informação e sua gestão em sistemas computacionais é crucial para o desenvolvimento de soluções eficazes. Setzer (2015) aborda a importância de distinguir dados, informação, conhecimento e competência no contexto da Ciência da Informação, conceitos relevantes para a construção de sistemas que possibilitem a transformação de dados brutos em informação útil e acessível. Nesse sentido, a classificação dos sistemas de informação, como proposta por Oliveira, Takeda e Castro (2018), auxilia na escolha de ferramentas adequadas às necessidades da gestão documental, considerando aspectos como funcionalidades, segurança e integração com outros sistemas.

3.4 LEGISLAÇÃO, GOVERNANÇA DE DADOS E A IMPORTÂNCIA DO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto brasileiro, a gestão de documentos digitais é regida por um conjunto de leis e normas que norteiam a criação, a organização, o acesso, à preservação e o descarte de documentos digitais (CONARQ, 2022; CTDE, 2020). A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), abordada na Cartilha de Governança de Dados do Governo Federal (Brasil, 2022), impõe requisitos adicionais para a proteção de dados pessoais, demandando atenção especial no desenvolvimento de sistemas que lidam com este tipo de informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, embora em fase inicial, demonstra o potencial da aplicação da Ontogênese Documental e da Classificação Arquivística Multifacetada (CAM) para o desenvolvimento de um sistema informatizado voltado à gestão de documentos digitais. A revisão de escopo, em andamento, tem revelado a importância de se considerar a natureza dinâmica dos documentos digitais e a necessidade de ferramentas que acompanhem as transformações e os múltiplos usos da informação ao longo do tempo.

A elaboração dos modelos conceitual e lógico para o desenvolvimento de um protótipo de sistema eficiente e alinhado às necessidades dos documentos arquivísticos digitais, exige alinhamento com a governança de dados, a análise dos requisitos, bem como de diferentes frameworks e ferramentas de apoio à tomada de decisão. Barata e Prado (2022) demonstram a importância da governança de dados para a gestão estratégica da informação, enquanto Gomes e Costa (2013) apresentam uma abordagem para a seleção de sistemas ERP, ilustrando a relevância da análise multicritério nesse processo.

Acredita-se que a implementação de um sistema informatizado com base nos princípios da Ontogênese Documental e da CAM pode corroborar com benefícios significativos para as instituições que enfrentam

problemas com os documentos arquivísticos digitais produzidos em sistemas de negócios, pois compreende, dentre outras funcionalidades a otimização dos processos de gestão documental, a redução de custos, a melhoria da eficiência administrativa, o aumento da transparência e a preservação da memória institucional. Espera-se, ainda, que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento de soluções inovadoras para a gestão de documentos digitais.

Como próximos passos, pretende-se:

- Finalizar a revisão de literatura, aprofundando o conhecimento sobre as ferramentas e metodologias para o desenvolvimento de sistemas de informação para a gestão documental.
- Realizar um estudo de caso na UFPB, mapeando os processos de gestão documental e identificando as necessidades e os requisitos específicos a serem atendidos pelo sistema.
- Espera-se, ao final da pesquisa, apresentar um modelo conceitual e lógico aplicável, funcional e inovador, acompanhado de documentação técnica, que possa servir de base para a implementação de um sistema de gestão de documentos digitais eficiente que considere o contexto de produção.

Palavras-chave: ontogênese documental; classificação arquivística multifacetada; sistema informatizado; gestão de documentos digitais;

REFERÊNCIAS

BARATA, André Montoia; PRADO, Edmir Parada Vasques. Framework de governança de dados: um estudo de caso em uma organização brasileira. *Gestão e Conhecimento*, v. 16, n. 1, 2022. ISSN 1677-9762.

BERNARDES, José Francisco; ABREU, Aline Franca de. A contribuição dos sistemas de informações na gestão universitária. In: **IV Colóquio**

Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 4., 2004, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2004. p. 1-12.

BRASIL. CARTILHA DE GOVERNANÇA DE DADOS PODER EXECUTIVO FEDERAL. Brasília, 2022. 21 p. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/cartilha-governanca-de-dados-2013-volume-i.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Versão 2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

CTDE. CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Glossário – Documentos Arquivísticos Digitais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: 27/10/2024. <https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glossario-da-ctde>

DURANTI, Luciana. Reliability and Authenticity: The Concepts and their Implications. *Archivaria*, n. 39, p 5-10, 1995.

GOMES, Carlos Francisco Simões; COSTA, Helder Gomes. **Abordagem estratégica para a seleção de sistemas ERP utilizando apoio multicritério à decisão**. Produção Online, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1060-1088, jul./set. 2013.

JARDIM, José Maria. **Governança arquivística: contornos para uma noção**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, Eduardo Akira Matsuda; TAKEDA, Luana Ramos; CASTRO, Tainara Rigotti de. Classificação dos sistemas de informação quanto às áreas funcionais de uma organização. In: **XI Encontro de Engenharia de Produção**

Agroindustrial - XII EEPA, 12., 2018, Campo Mourão. Anais... Campo Mourão: [s.n.], 2018. p. 1-9.

SETZER, Valdemar Wilhelm. Dado, informação, conhecimento e competência. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7327>. Acesso em: 27/10/2024.

SILVA, Edna. Luciana. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

SILVA, Julianne Teixeira; CANUTO, Daniel Péricles Santos; BRITO, Rosa Zuleide Lima de. A noção de ontogênese documental e o contextos de produção de documentos nato digitais. Trabalho apresentado no Congresso Nacional de Arquivologia, 10. 2024 [No prelo. Trabalho aprovado e apresentado no evento].

SILVA, Julianne Teixeira *et al.* Clasificación archivística orientada al entorno digital: una propuesta polifacética. In: Congreso de Archivologia del Mercosur. 14, Assunción. 2023. [No prelo. Trabalho submetido e apresentado no evento].

CRIAÇÃO DE ÍNDICE DE ASSUNTO PARA EVENTOS EM ARQUIVOLOGIA

Emanuela Tavares Cysneiros de Oliveira

Secretaria Executiva Bilíngue pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e bacharel em Administração pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. emanuela-cysneiros@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/3930894822425973>, <https://orcid.org/0009-0001-3991-1966>.

Manuela Eugênio Maia

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. manuela-maia@servidor.uepb.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/6925135164773452>, <http://orcid.org/0000-0003-4000-4244>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO


Nos últimos anos, a gestão de arquivos passou por grandes transformações devido ao avanço das tecnologias da informação e à crescente demanda por transparência e por eficiência no acesso aos documentos. Nesse contexto, a governança arquivística torna-se essencial para garantir uma gestão eficaz, equilibrando preservação e acesso à informação.

A noção de governança arquivística, conforme Jardim (2018), diz respeito ao conjunto de elementos que envolvem os aspectos sociais, culturais, políticos e técnico-científicos e que caracteriza o cenário arquivístico e seu entorno e, portanto, refere-se por ser uma entidade colaborativa.

A governança arquivística se integra às políticas, aos programas e aos projetos, promovendo modelos inovadores no desenvolvimento das funções arquivísticas, como produção, conservação e difusão de documentos. Trata-se de um olhar diferenciado sobre a sua gestão, incluindo a segunda natureza dos arquivos, sua memória (Maluf; Silva, 2024).

Nesse cenário, a Arquivologia promove reflexões sobre a produção, o acesso, o uso e a conservação dos documentos (Jardim, 2018), caracterizado, sobretudo, pela transformação digital e pelas crescentes demandas por transparência, por acessibilidade e pela preservação. O acesso ganha centralidade, pois envolve a garantia de disponibilidade e de integridade dos documentos, acrescido da reflexão sobre questões éticas, legais e técnicas que permeiam sua utilização. Essa discussão conecta-se diretamente ao problema da pesquisa, ao explorar como os profissionais da área podem equilibrar a necessidade de preservação com a promoção de um acesso inclusivo e eficiente às informações arquivísticas.

Seguindo essa linha de pensamento, diante da limitada produção acadêmica relacionada à organização e à sistematização de informações contidas em publicações arquivísticas, questiona-se: como desenvolver critérios para a criação de um índice de assunto para o Congresso Nacional



de Arquivologia (CNA), levando em consideração as publicações de 2016 e 2018, disponíveis no site da Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn)?

Selecionou-se esse evento pelos seguintes motivos: (1) sua relevância acadêmica e científica para a área e (2) as publicações aprovadas para o evento nos anos citados estão acessíveis, em formato de artigo completo, no site eletrônico da referida revista.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa, que está em andamento, é criar um índice de assunto para o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), considerando as publicações de 2016 e 2018, disponíveis no site da RACIn. O objetivo específico até o momento é realizar o levantamento dessas publicações e definir os critérios para a escolha dos termos representativos inclusos nesse documento técnico.

A aplicação de índices de assunto em publicações acadêmicas tem sido abordada em diversos estudos, como Araújo Júnior (2007) e Santos e Ribeiro (2003), que destacam a importância de critérios bem definidos para garantir a consistência e a relevância da representação temática. Esses trabalhos enfatizam que a construção de índices deve considerar tanto a estrutura lógica do material analisado quanto à adequação das necessidades do público-alvo.

No caso específico do CNA, a ferramenta de índice, utilizada como recurso para facilitar a recuperação da informação, permiti aos pesquisadores e aos profissionais da área encontrar temas de interesse com maior eficiência. O índice é um instrumento de pesquisa composto por termos cuidadosamente selecionados, baseados na análise das publicações e na organização de forma hierárquica ou alfabética, conforme as boas práticas documentadas em estudos anteriores.

Nossa investigação visa a ampliar o uso da indexação de publicações de eventos na área da Arquivologia, promovendo a padronização da terminologia aplicada. Ao facilitar a recuperação e a disseminação de informações, espera-se estabelecer um novo padrão de excelência na organização e no acesso ao conhecimento arquivístico, contribuindo para o desenvolvimento da área e beneficiando pesquisadores e profissionais.

2 METODOLOGIA

A escolha do tema foi motivada pela escassez de publicações na área da Arquivologia, representação temática, em específico, a criação de índice, e organização da informação. Em fevereiro de 2024, uma busca na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) pelos termos “índice” e “Arquivologia”, abrangendo o período de 2013 a 2023, resultou em apenas oito registros dentre 48.258 documentos disponíveis (Brapci, 2024). Esse dado reforça o caráter exploratório e inovador desta pesquisa, especialmente, no contexto da governança arquivística e no desenvolvimento de ferramentas que facilitem a recuperação e o acesso eficiente à informação em ambientes acadêmicos e institucionais.

Em janeiro de 2025, realizou-se nova busca, usando operadores booleanos que outrora não eram disponibilizados na Brapci, acrescido do termo “instrumentos de pesquisa” aos anteriormente utilizados, a saber, “índice” e “Arquivologia”. O resultando dessa vez foram 23 registros num total de 60.387 documentos (Brapci, 2025). Esse aumento significativo no número de registros pode ser atribuído à abrangência do termo de busca mais amplo, a saber, “instrumentos de pesquisa”. Todavia, verificado um a um, os registros indicados na base evidenciam a inexistência prática de tais estudos na área, ou seja, o foco específico em índices arquivísticos e instrumentos de pesquisa ainda é pouco explorado. Assim, esta pesquisa busca preencher essa lacuna, contribuindo para o avanço do conhecimento na área de Arquivologia.

A análise comparativa apresentada no Quadro 1 evidencia, na mesma base, que o uso de um termo mais abrangente, amplia a diversidade das publicações indexadas. Contudo, o acréscimo de 15 registro não implica necessariamente em uma abordagem aprofundada sobre o tema, reforçando a necessidade de pesquisas específicas que contribuam para o desenvolvimento de ferramentas de representação e recuperação de informações no campo da Arquivologia.

Quadro 1: Resultados de buscas na Brapci (2013-2023) e (2013-2024)


Termos de busca	Período de referência	Número de documentos na base	Resultados encontrados	Observações
"Índice" e "Arquivologia", em fev. 2024	2013 a 2023	48.258	8	Número baixo de registro indica a escassez de estudos voltados a índices arquivísticos.
"Índice", "Arquivologia" e "Instrumentos de pesquisa", em jan. 2025	2013 a 2024	60.387	23	Aumento devido ao uso de termo mais abrangente, a saber, "instrumentos de pesquisa"

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A pesquisa também é descritiva, pois visa a descrever o ambiente dos artigos dos eventos do CNA de 2016 e 2018, bem como os critérios de indexação utilizados. Além disso, enquadra-se como explicativa ao propor a criação de um índice de assunto especializado para eventos de Arquivologia.

Do ponto de vista da coleta de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base em literatura técnica como: Araújo Júnior (2007), Arquivo Nacional (2005), Campos (2001), Lancaster (2004), Lopez (2002), Santos e Ribeiro (2003) e Smit e Kobashi (2003), que discutem desde a gestão documental até a terminologia usada na indexação, baseada, especificamente, nas diretrizes recomendadas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), complementada por princípios da literatura de representação temática. Essas recomendações fornecem a base metodológica para a definição de critérios, seleção de termos e estruturação do índice, garantindo a uniformidade e a aderência às melhores práticas arquivísticas.

A abordagem da pesquisa é quanti-qualitativa, analisando 138 artigos, 69 de cada evento (2016 e 2018). Atualmente, a pesquisa está na



fase de definição dos critérios de indexação para elaboração do índice de assunto. Essa análise permite uma avaliação comparativa das publicações e possibilita a identificação de padrões temáticos, definindo os critérios de indexação, de seleção de termos representativos e de organização do índice, assegurando a consistência, a relevância e a aplicabilidade do instrumento no contexto arquivístico.

3 ANÁLISE DOCUMENTAL NA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA

A Análise Documental (AD) é um campo fundamental dentro da Ciência da Informação, voltado para a compreensão, a interpretação e a organização de documentos, facilitando seu acesso e uso. Esse processo envolve a decomposição do conteúdo em partes relevantes e a reestruturação dessas informações para torná-las acessíveis a diferentes públicos. Conforme Fox (2005), a Análise Documental (AD) baseia-se em um conjunto de operações cognitivas, cuja essência se apoia em dois processos fundamentais: a análise e a síntese. A AD é caracterizada como um processo comunicativo, que media o objeto e a linguagem, dentro das trocas simbólicas que ocorrem em um contexto controlado.

Na construção da linguagem, há um número limitado de instrumentos que, de acordo com Lopez (2002), são denominados de pesquisa, pois têm como objetivo orientar o usuário na busca por informações. Neste estudo, estabeleceu-se as diretrizes que orientam as práticas de criação do índice. Entre os tipos de índices, optou-se pelo índice de assunto, por ser um procedimento técnico que organiza um conjunto de termos especializados de uma determinada área do conhecimento para localizar um texto ou seu conteúdo completo (Campos, 2001).

Esses termos são organizados em ordem alfabética, estabelecendo conexões com descritores relacionados, os quais nomina-se por remissivas. Todo esse processo visa maximizar a eficiência do sistema de informação, evitando tanto excesso ou redundância quanto silêncio ou ruído (Araújo Júnior, 2007).

3.1 ÍNDICE: PARÂMETROS DE INDEXAÇÃO

Para a criação de um índice de assunto, o controle de vocabulário baseou-se nos critérios técnicos de Araújo Júnior (2007), que enfatiza a importância da consistência terminológica e da precisão na representação de conteúdos documentais. Para garantir esses princípios, adotam-se três diretrizes principais: a normalização dos termos (definição e padronização para assegurar uniformidade), a hierarquia (estruturação organizada para facilitar a navegação) e o controle de sinonímia e homonímia (tratamento adequado de sinônimos e homônimos para evitar ambiguidades e melhorar a precisão das buscas).

O objetivo do índice de assunto, por se tratar de um documento técnico, é representar termos relevantes usando remissivas, como aponta Lopez (2002), para reduzir redundâncias, controlar sinonímias e adotar expressões adequadas ao campo da Arquivologia. Além disso, destaca-se a importância de usar a terminologia consolidada na área, evitando a criação de novos termos, e de adotar remissivas para indicar termos não utilizados, melhorando o desempenho nas buscas.

Visa-se a utilização dois princípios fundamentais de dispositivos de busca: revocação e precisão (Lancaster, 2004). A revocação garante que todos os registros relacionados a um tema sejam recuperados, enquanto a precisão assegura que os termos usados descrevam exatamente o conteúdo.

A escolha dos termos segue diretrizes específicas: uso de substantivos no singular, preferencialmente monossêmicos, e adoção de termos compostos para evitar ambiguidades. Exemplos incluem “Gestão documental” e “Tecnologia da Informação e Comunicação”. Em termos de grafia, segue-se a norma culta atual, utilizando remissivas para manter a consistência.

Outro ponto é a preferência por expressões por extenso em vez de siglas, fazendo remissivas para as siglas, como no caso de “Conselho Nacional de Arquivos” e “Conarq”. Araújo Júnior (2007) e Lancaster (2004) enfatizam que a indexação de assuntos e a redação de resumos estão

interligadas, sendo essenciais para o acesso às informações, em nosso caso, vinculada à área da Arquivologia.

Na construção do índice, pode-se incluir notas de escopo para esclarecer conceitos e evitar dúvidas. Campos (2001), Lopez (2002) e Santos e Ribeiro (2003) destacam a importância de uma abordagem estruturada, utilizando hierarquia, remissivas e normalização para criar um índice eficiente que facilite a busca e recuperação de informações.

3.2 CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA: ANÁLISE COMO OBJETO DE ESTUDO

O Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) de grande importância para a área de Arquivologia no Brasil, iniciado em 2004. Ele se consolidou como um fórum fundamental para a troca de conhecimento entre profissionais, acadêmicos e estudantes, promovendo discussões sobre práticas, políticas e inovações na gestão de arquivos (Fórum Nacional das..., 2024).

Desde seu início, o congresso tem sido um ponto de encontro essencial para profissionais, acadêmicos e estudantes da área. Cada edição é organizada por associações de arquivistas do estado anfitrião, permitindo que diferentes regiões do país acolham e participem ativamente. O evento oferece uma plataforma valiosa para a troca de saberes, discussão sobre novas tendências e práticas, além de incentivar a colaboração entre os participantes. O estudo do artigo focou nas publicações dos congressos de 2016 e 2018, com o objetivo de organizar um índice que facilite o acesso aos documentos gerados nesses eventos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, entende-se que a criação de parâmetros de indexação para as publicações do CNA referentes aos anos de 2016 e 2018 desempenha um papel relevante na preservação e organização da memória documental, além de facilitar o acesso e a consulta por parte dos pesquisadores da área de Arquivologia.

A governança de arquivos tem como objetivo garantir a qualidade na administração dos acervos, por meio da aplicação de novos modelos que aprimorem os processos envolvidos. A gestão de documentos é influenciada por diversos fatores cruciais para assegurar tanto a preservação das informações quanto à memória institucional. Nesse sentido, a indexação adequada no índice de assunto **é fundamental para que os usuários possam localizar os documentos necessários para suas investigações.**

Assim, a elaboração de um índice com essa finalidade torna a busca por informações mais ágil, uniformiza a terminologia utilizada, melhora o controle sobre os trabalhos acadêmicos e pode ser aplicada em outros eventos da área. Essa abordagem beneficia não apenas os profissionais e seus pesquisadores, mas também contribui para o fortalecimento do conhecimento disponível, promovendo avanços e inovações no campo da Arquivologia, agregando-lhe valor técnico.

Palavras-chave: governança arquivística; instrumento de pesquisa; índice; critério de indexação; Congresso Nacional de Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação.** Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

BRAPCI. **[O que está procurando?]**. [S.l.]: UFPR: UFRGS, 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRAPCI. **[Busca avançada?]** [S.l.]: UFPR: UFRGS, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/search_advanced. Acesso em: 14 jan. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Nobrade.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

CAMPOS, M. L. de A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF, 2001.

FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL – FNArq. **Edições anteriores**. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em: <https://fnarq.com.br/cna/>. Acesso em: 09 set. 2024.

FOX, V. **Análisis documental de contenido**: principios y prácticas. Buenos Aires: Alfagrama, 2005.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 27 set. 2024.

LANCASTER, F. W. **Indexação e Resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LOPEZ, A. P. A. **Como descrever documentos de arquivo**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.

MALUF, I. M. P.; SILVA, W. A. A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação. **Ágora: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 34, n. 68, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204>. Acesso em: 26 fev. 2024. Acesso em: 27 set. 2024.

SANTOS, G. C.; RIBEIRO, C. M. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Átomo, 2003.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

GOVERNANÇA E GERENCIAMENTO ARQUIVÍSTICOS: ELEMENTOS E BASES PARA O CONTROLE DA MELHORIA CONTÍNUA

Everaldo Bezerra Chaves

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (2013).
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança
Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB.
everaldochavez@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/2969714029227512> <https://orcid.org/0009-0002-9013-2041>

Josemar Henrique de Melo

Doutorado em Documentação pela Universidade do Porto, Portugal (2006). Docente
Titular do curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança
Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB.
josemarhenrique@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8934531652652896>. <https://orcid.org/0000-0002-8586>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

A arquivologia é uma área do conhecimento que se pretende autônoma e capaz de fornecer referencial teórico que dê subsídio para as atividades práticas relacionadas à atuação profissional em todo o percurso do ciclo documental. Em face dessa afirmação, e na perspectiva de se aventurar em uma investigação científica nessa área, é preciso que se tenha em mente, de forma clara e inequívoca, o elemento atômico que fundamenta o campo de pesquisa e os objetivos da ciência arquivística: o documento arquivístico.

No mundo todo, quanto mais os estados se organizaram política e administrativamente, os documentos passaram a ter cada vez mais importância tanto para os que detêm o poder, os que gerem e administram o campo político e econômico, quanto para aqueles que são administrados e conferem aos políticos o poder da gestão. Mas não apenas isso, os documentos têm sido fonte primordial do conhecimento histórico, da conquista, da garantia e da defesa de direitos ao longo dos ciclos históricos.

Ao longo de toda história, e a Arquivologia nos tem ensinado isso, muitos são os casos em que se percebeu a necessidade de dispensar especial tratamento aos documentos arquivísticos objetivando manter a integridade dos registros, deixá-los organizados e acessíveis pelo tempo que se fizesse necessário. Quantas vezes e em quantos lugares tais empreendimentos foram exitosos, talvez nem importe tanto quanto a forma como os êxitos foram conseguidos. Isso sim, pode nos ensinar que há sempre caminhos que podemos trilhar, retornar e recomeçar tantas vezes quanto necessário e reestudar para recriar, inovar e aperfeiçoar.

Um exemplo de caminho experimentado e exitoso quanto ao tratamento dado aos documentos de Arquivo é a gestão de documentos, fenômeno cuja história tem sido frequentemente abordada na literatura arquivística internacional e nacional (Jardim, 2015).




Enfim, nos ensina ainda o professor Jardim que, mais do que nunca, a gestão de documentos, em suas diversas interpretações e possibilidades, convida-nos à inovação, tanto que nessa sua busca e compromisso por inovar na área, nos apresenta um novo conceito, ou como ele mesmo coloca “contornos para uma noção” de “Governança Arquivística”, que se apresenta com o potencial de agregar não apenas à gestão de documentos, mas em todo o processo compreendido como gerenciamento arquivístico (Silva, 2020), um imenso valor e novas perspectivas epistemológicas, teóricas e práticas, o que faz com que os arquivistas façam suas indagações, questionamentos, conjecturas, análises e estudos, dos quais se depreende novos produtos e conhecimentos.

Considerando as observações, inquietações e conjecturas até aqui apresentadas, cabe mencionar que o presente projeto de pesquisa aborda a temática da governança arquivística e sua relação com o gerenciamento arquivístico, objetivando identificar os elementos determinantes para a elaboração de uma matriz de avaliação de maturidade em governança arquivística.

Levando-se em conta que a governança corporativa, mesmo bastante difundida e globalmente propagada, é um campo ainda em desenvolvimento e, como tal, carece de uma solidez teórica para uma aplicação inequívoca. Não obstante, a governança arquivística, da qual a teoria arquivística, a partir de Jardim (2018), apenas delineia “contornos para uma noção”, o que sugere ainda mais carência teórica e metodológica.

Nesse sentido, o que parece estar claro é que só se pode instalar a governança arquivística se houver gerenciamento arquivístico em curso, ou seja, a partir do planejamento, da organização, da direção e do controle das funções, recursos e serviços arquivísticos, conforme propõe Silva (2020). Considerando, pois, que o gerenciamento arquivístico pressupõe atividades práticas, utilização de recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos além da prestação de serviços, é de se considerar também que há a possibilidade de se produzir indicadores para análise e avaliação do nível de maturidade da governança arquivística. Estabelecer quais indicadores, quais níveis de maturidade e quais critérios de avaliação, é



uma tarefa que o profissional Arquivista deve se debruçar com o foco na melhoria contínua na prestação dos serviços. Com base nessas observações é que se impõem inquietações, das quais emerge a questão sobre a qual se desenvolve este projeto de pesquisa: quais são os elementos determinantes para a elaboração de uma matriz de avaliação de maturidade em governança arquivística?

2 METODOLOGIA

Objetivando proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito e intuindo o aprimoramento de ideias a ele relacionadas, a pesquisa pode ser caracterizada enquanto qualitativa do tipo exploratória; é bibliográfica e documental uma vez que, conforme Gil (2002) tem sido elaborada e desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, além de leis, regulamentos e normas afetas ao objeto da pesquisa e que a ele estão relacionados, sendo capazes de fornecer elementos que subsidiem a concatenação dos dados tanto teóricos quanto documentais.

Serão estabelecidos como procedimentos metodológicos:

- A seleção da literatura relacionada ao tema, além de leis e regulamentos que incidem diretamente no gerenciamento e na governança arquivística;
- Estudo da literatura acerca da governança que direcione os procedimentos aplicáveis às atividades inerentes ao gerenciamento arquivístico, a fim de se cumprir os requisitos do que se entende por governança arquivística;
- O estudo dos preceitos teóricos arquivísticos que definem as funções e atividades compreendidas no gerenciamento arquivístico para que daí se possa extrair os indicadores elementares para a construção de uma ferramenta de avaliação do nível de maturidade da governança arquivística.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os fundamentos teóricos que norteiam e dão corpo à pesquisa estão centrados em três vertentes, das quais, duas são especificamente arquivísticas e uma mais ligada ao campo da administração geral. Em relação a esta última, percebeu-se a necessidade de se buscar, na teoria da administração geral, os fundamentos da governança corporativa para que se possa chegar às duas primeiras vertentes especificamente arquivísticas que são o gerenciamento arquivístico e, consecutivamente, a governança arquivística.

Ressalte-se, entretanto, que mesmo em curso, a seleção dos textos teóricos e a consequente leitura ainda não pode ser aqui totalmente apresentada, uma vez que diversos elementos necessários ao conhecimento de como se aborda a questão da maturidade da governança arquivística ainda estão sendo selecionados. A leitura ainda incipiente da temática revela que vários conceitos alheios à literatura arquivística necessários para a compreensão da construção de uma matriz de maturidade permanecem carecendo de conhecimento a nível deste projeto para que se possa chegar ao objeto pretendido. Cite-se, por exemplo, a ISO 37000/2021 que estabelece uma referência única para que organizações e seus órgãos diretivos, independentemente do tamanho, tenham uma linguagem, princípios e práticas integrados para o exercício da boa governança, e o Decreto 9.203/2017 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Além dos dispositivos citados, grande parte da literatura específica da arquivologia, ainda será agregada ao corpo teórico para melhor compreensão do universo no qual está situado o *lôcus* do presente projeto de pesquisa. Não obstante, até este ponto, outras importantes leituras já se podem elencar, das quais, as principais serão apresentadas em seguida, essencialmente aquelas relacionadas à temática da governança desde sua gênese.

3.1 DA GOVERNANÇA CORPORATIVA À GOVERNANÇA PÚBLICA

A governança tem se desenvolvido no esteio do desenvolvimento econômico pelo qual as nações do pós-segunda guerra mundial se viram obrigadas a buscar. Embora a gênese do conceito de “governança” esteja ligada ao mundo dos negócios, ao liberalismo econômico e ao mercado corporativo, os governos perceberam que, na prática, a governança poderia agregar valor às ações de governo e proporcionar governabilidade e maior legitimidade e credibilidade diante de seus governados. Para a adoção da governança, os governos buscaram adaptar princípios e técnicas da governança corporativa ao setor público, daí adotaram a chamada “governança pública” como modelo direcionador das ações de governo para dar mais dinâmica e sustentabilidade à gestão pública.

A nova governança consiste nas teorias e nas reformas interconectadas por meio das quais os povos conceberam a crise do Estado e responderam a ela. Essas teorias e reformas rejeitaram o conhecimento técnico associado ao Estado posterior à II Guerra Mundial [...] A governança surgiu então em duas ondas analiticamente distintas da reforma do setor público. A primeira consistiu nas reformas associadas ao conceito econômico de racionalidade - o neoliberalismo, a Nova Administração Pública e a terceirização. A segunda consistiu em reformas associadas a conceitos sociológicos de racionalidade - a Terceira Via, a governança *joined-up* e redes e parcerias. (Bevir, 2011. p.107)

Peters (2013) reconhece que “o significado fundamental da governança é dirigir a economia e a sociedade visando objetivos coletivos”. Esse autor observa ainda que o “processo de governança envolve descobrir meios de identificar metas e depois identificar os meios para alcançar essas metas”.

No Brasil, diversas instituições ligadas ao governo ou aos órgãos de controle, desenvolvem suas políticas internas com base nos princípios de governança, a exemplo do Tribunal de Contas da União, que estabelece seu

próprio “sistema de governança”, o qual descreve em seu portal público na *internet* que esse sistema

reflete a maneira como diversos atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc.), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização. (Brasil – Portal TCU).

Num sentido mais amplo, ou seja, tomando o sentido geral de governança, abrangendo o campo da administração e da economia, por exemplo, Gonçalves (2005) observa que a governança tem um caráter mais amplo do que a governabilidade e pode englobar dimensões presentes nesta, mas vai além, pois, a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo.

Nota-se, pois, que entre as inúmeras referências que estudam a governança, tanto no que tange à governança corporativa quanto à governança pública, o sentido principal da governança é proporcionar formas de melhorar o desempenho da gestão, da prestação de contas e da transparência, em conformidade com leis e regulamentos que pautam o funcionamento e a razão de ser das instituições.

3.2 GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: EM BUSCA DA MELHORIA CONTÍNUA

Considerando as implicações de legalidade, de cumprimento de preceitos regulamentares, éticos e teóricos, além da responsabilidade social envolvidas nos processos do ciclo documental compreendido no gerenciamento arquivístico, a governança arquivística em seu sentido direcionador, contribui para importantes conceitos que, em última instância se configuram como interfaces entre o gerenciamento e a governança arquivística, dos quais, sendo operados na gestão das instituições e serviços

arquivísticos, são capazes de produzir dados e informações aptos a subsidiar instrumentos de controle e avaliação da qualidade na prestação dos serviços.


Nesse sentido, Jardim (2018), desenvolvendo o que ele mesmo concebe como “contornos para uma noção” de governança arquivística, coloca que talvez sejam necessários novos dispositivos de gestão arquivística para a renovação e fortalecimento das instituições arquivísticas no cenário contemporâneo.

Ao estabelecer as quatro dimensões da governança arquivística, que envolve políticas e redes de Arquivos, políticas de dados e de tecnologias da informação e comunicação e de preservação digital, políticas culturais, educacionais e de acesso, além de políticas de conformidade, englobando o cumprimento de dispositivos legais, Jardim (2018) associa uma importante interface com o processo de governar e direcionar o gerenciamento arquivístico que é o cumprimento de leis e regulamentos que atravessam toda a prática arquivística, numa perspectiva de *compliance*, visando prevenir, detectar e corrigir violações legais e éticas, bem como minimizar riscos à conformidade.

3.3 GERENCIAMENTO ARQUIVÍSTICO: DA PRODUÇÃO À PRESERVAÇÃO E ACESSO

O desenvolvimento das atividades do profissional arquivista pressupõe conhecimentos específicos tanto em relação ao tratamento técnico dispensado aos documentos e arquivos, quanto àqueles referentes à administração dos serviços arquivísticos. Isso significa que o Arquivista precisa ser

um profissional cuja formação de natureza técnico-científica é construída no bojo das ciências socialmente aplicadas, que possui um conhecimento especializado necessário para fomentar os esforços intelectuais e a visão holística essencial para atuar de forma proativa na criação, na gestão, na preservação dos documentos arquivísticos sob sua responsabilidade e no acesso pleno a eles. Que entende a



essência dos documentos arquivísticos (propriedades de evidência e autenticidade), assim como suas funções, seus valores e seus potenciais de uso nos contextos e dimensões (políticas, sociais, culturais, econômicas, administrativas, individuais, coletivas, públicas, privadas etc.) em que são gerados, estruturados, administrados e interpretados. (Silva, 2020)

O termo “gerenciamento arquivístico” é compreendido neste projeto de pesquisa acadêmica como concebe Silva (2020), o qual define que o gerenciamento arquivístico consiste em planejar, organizar, dirigir e controlar as funções arquivísticas, os recursos operativos, os serviços arquivísticos e o modelo de funcionamento e governança.

O gerenciamento arquivístico, pois, engloba todas as atividades em todas as fases do ciclo documental, ou seja, não se limita apenas às atividades da gestão documental ou dos arquivos permanentes, mas tudo o que envolve o planejamento, a organização a direção e o controle de todas as funções arquivísticas desde a produção até a preservação e acesso aos documentos.

Depreende-se então que, no gerenciamento arquivístico, o arquivista detém os meios para proporcionar o desenvolvimento de ferramentas de avaliação e controle com vistas à melhoria dos processos arquivísticos. Isso significa que, ao se utilizar adequadamente essas ferramentas e determinadas técnicas, se torna possível avaliar o nível de maturidade da governança arquivística, sob a qual se desenvolve o gerenciamento arquivístico em um processo de melhoria contínua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente momento, a pesquisa encontra-se em fase de adequação dos últimos ajustes. A orientação do professor orientador tem sido essencial para o delineamento de um objeto de pesquisa o mais conciso possível, entretanto, como a governança arquivística se configura ainda como um conceito em construção, até este ponto, inúmeros desafios surgiram, inclusive determinando por várias vezes a mudança de trajetória,

fato este que provoca temor quanto à possibilidade de comprometimento da qualidade da pesquisa.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, a inquietação do pesquisador acerca das temáticas envolvidas, tem sido o combustível necessário à manutenção da chama que mantém viva a coragem e a esperança de que os resultados serão satisfatórios aos fins a que se prestam os objetivos da pesquisa.

Ao passo que a pesquisa ganha forma e corpo, e a partir do aprofundamento teórico e da investigação em si, a construção de um protótipo de matriz de maturidade de governança arquivística se configura como possibilidade cada vez mais palpável. Assim, os próximos passos da pesquisa deverão pautar pela concentração de energias na investigação dos elementos básicos à elaboração desse protótipo, enquanto produto de pesquisa a ser submetido ao programa de mestrado ao qual esta pesquisa está vinculada.

Palavras-chave: governança; governança arquivística; gerenciamento arquivístico; melhoria contínua.


REFERÊNCIAS

BEVIR, M. **Governança democrática:** uma genealogia. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011

BRASIL. Portal do Tribunal de Contas da União na internet. **Governança no TCU.** Acessível em: <<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governanca-no-tcu/governanca-organizacional.htm>> Acesso em: 27/10/2024.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo - Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. **O conceito de governança.** Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional do Conpedi – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – Fortaleza, 2005.



JARDIM, J.M. **Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações** - Acervo, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 19-50, jul./dez. 2015

JARDIM, J.M. **Governança arquivística:** contornos para uma noção. Acervo, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018.

PETERS, B.G. **O que é governança?** Revista do TCU – maio a agosto, 2013.

SILVA, W.A. O gerenciamento Arquivístico. In: Almeida Mariz, Thayron Rodrigues Rangel (Organizadores). **Arquivologia:** temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GESTÃO DE DOCUMENTOS EM ACERVOS ACADÊMICOS: PROPOSTA DE MANUAL PARA O CENTRO DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Gabriela de Melo Gomes

Arquivista pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrando(a) do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. gabriela.melo@academico.ufpb.br, <http://lattes.cnpq.br/0144415141057265>, <https://orcid.org/0009-0009-2201-8627>.

Thais Helen do Nascimento Santos

Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto e Universidade Aveiro. Docente do departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. thais.hnsantos@ufpe.br, <http://lattes.cnpq.br/9005952983723507>, <https://orcid.org/0000-0001-7091-3225>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO


As universidades no decorrer das suas atividades cotidianas acabam produzindo os chamados acervos acadêmicos que são o conjunto de documentos, produzido e recebido por instituições públicas ou privadas ofertantes de educação superior e pertencentes ao sistema federal de ensino, referente à vida acadêmica dos estudantes e necessário para comprovar seus estudos.

A ideia do presente estudo é desenvolver procedimentos arquivísticos, destacando a importância dos documentos dos acervos acadêmicos, principalmente pelo ambiente da pesquisa por ser uma instituição pública, que mantém uma obrigação com a sociedade, a fim de obter um controle informacional.

Será criado um instrumento de gestão arquivística. O acervo para todo o Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba caracteriza-se como objeto basilar desta investigação, uma vez que atrelado a lacunas que se identificou, faz-se necessário para auxiliar na função e tarefas do referido arquivo e da gestão documental.

O acervo do Centro de Tecnologia vem acumulando documentos desde a antiga Escola de Engenharia, onde foi oficialmente fundado em 28 de fevereiro de 1974, é localizado no Campus I, na cidade de João Pessoa-PB e tem como objetivo institucional planejar, executar e avaliar atividades de ensino, de pesquisa e de extensão nos campos das Engenharias, Química Industrial e da Arquitetura e Urbanismo, direcionadas para a geração e difusão do conhecimento científico e tecnológico, visando desenvolvimento sustentável e o exercício da cidadania. Essas diversas atividades geraram vários setores no centro que produzem e acumulam documentos.

O manual decorrente da pesquisa irá destacar e indicar, de forma mais precisa, os códigos de classificação presentes no setor, prazos de guarda fase que o documento vai estar naquele momento (corrente, intermediário




ou permanente) e os procedimentos de destinação final das tipologias mais recorrentes, mostrando como se pode ser feita a eliminação, que nesse caso será preenchida uma listagem de eliminação, com todos os detalhes necessários para ser concluído. Será apresentado para todos os setores para que os servidores consigam promover a gestão documental, com código, tipologias, prazos de guarda e destinação final que é a eliminação ou guarda permanente (procedimentos de envio para o arquivo) e a mudança para etiquetas padronizadas contendo todas as informações que facilitem o acesso à documentação desejada.

Os postulados supracitados acerca do arquivo servem de base para inquietudes, onde nos faz perguntar: Quais eixos devem ser contemplados em um manual de gestão arquivística de documentos direcionado ao Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba? A partir desses levantamentos, temos como objetivo geral: Propor um manual de gestão arquivística de documentos para o acervo acadêmico do Centro de Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba e como objetivos específicos: correlacionar à gestão arquivística de documentos acadêmicos com a governança arquivística; diagnosticar o acervo *locus* do estudo; Analisar os instrumentos de gestão de documentos atinentes para especificar pontos mais recorrentes no CT; apresentar o manual à comunidade acadêmica do Centro por meio de evento formativo.

Levando em consideração que todos os setores e salas dos professores estão com documentos acumulados que precisam receber esses procedimentos de tratamento arquivísticos, e para que isso ocorra, é necessária uma maneira de facilitar para que os servidores que não são da área de arquivo consiga colocar em prática, não só no documento físico, mas também no digital que estão atualmente sendo produzidos e acumulados no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

Então, diante das dificuldades de classificação e de acesso enfrentadas, nota-se que seria indispensável propor técnicas para a disposição organizada desse arquivo, visando solucionar os problemas apresentados e, conseqüentemente, todas as partes que estão dependendo daquelas unidades.



Logo, é importante que profissionais da informação, bem como os arquivistas, bibliotecários e todos os outros envolvidos em um setor, entendam e intervenham nas funcionalidades para o melhoramento do fluxo informacional frente às suas necessidades e demandas dos usuários (Araújo, 2013). Em busca de conseguir soluções para amenizar a falta de acesso nas unidades de informação, as literaturas nas áreas documentais criam instrumentos para viabilizar tal prática (Silva *et al.*, 2008).

Levando em consideração os pontos retratados para o setor, identificou-se o manual que tem como objetivo a classificação facilitada por uma avaliação prévia realizada pelo arquivista, de todo o acervo. Nossa intenção é tornar esta pesquisa ponto de partida para uma nova visão sobre aquela unidade de informação, facilitando o planejamento estratégico e contribuindo com a tomada de decisões realizadas pelos gestores.

2 METODOLOGIA

A metodologia em questão será composta, quanto à ciência, a uma pesquisa prática, voltada a intervir na realidade social. Quanto aos objetivos é exploratória, por ter maior familiaridade com o problema e descritiva como fatos analisados sem interferência do pesquisador. Possuirá abordagem qualitativa, onde utilizar-se-á de qualificação dos dados coletados para dar sentido ao objeto investigado, uma das particularidades dessa a existência de uma relação entre o pesquisador e o objeto de estudo (Michel, 2009).

Quanto aos procedimentos técnicos, será uma pesquisa-ação, por ser concebida e realizada em estreita associação com a ação ou resolução de um problema coletivo, buscando que participantes representativos da situação ou problema estejam envolvidos de modo cooperativo e participativo.

A coleta de dados será feita por meio da observação direta e também será usado como instrumento o questionário, sendo aplicado após a realização do último objetivo específico.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A utilização do documento de arquivo faz-se imprescindível para o desenvolvimento das práticas administrativas. Lopes (2013) e Bellotto (2006) ressaltam que o documento de arquivo serve de consulta para comprovação das atividades do órgão que o produziu. Devido a isso, que é de grande importância dá o suporte técnico para o arquivo ter suas funções preservadas.

No que diz respeito à massa documental, Paes faz algumas considerações (2006, p.53), a produção de documentos cresceu em níveis tão elevados que superou a capacidade de controle e organização das instituições, às quais se viram forçadas a buscar novas soluções para gerir as grandes massas documentais acumuladas nos arquivos. No entanto, Bartalo e Moreno (2008, p.13) afirmam que “a organização dos documentos tem sido um dos grandes desafios da arquivística contemporânea” no mundo pós-guerra.

Vê-se que o gerenciamento da informação é a base para o prolongamento das atividades institucionais, visto que se deve perpassar toda fase dos documentos: corrente, intermediária e permanente, no intuito organizar e sistematizar não só unicamente a rotina de um setor, mas toda entidade (Rondinelli, 2005).

Precisa haver o levantamento do acervo acadêmico para que comece a ser colocada em prática a gestão documental em todos os setores do CT-UFPB. O Dicionário brasileiro de terminologia arquivística do Arquivo Nacional (2005) especifica a gestão de documentos como conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento.

Então são as várias formas que serão usadas para a organização do arquivo, no intuito de ter acesso à documentação desejada que, muitas vezes, são provas das atividades executadas nas instituições e da posterior preservação da memória e que vem sendo conectada a governança arquivística, porém cada uma tem um significado diferente.

Para Jardim (2018, p.40), o “objeto da governança arquivística é a gestão arquivística.” Portanto, aquela não é um “substituto” desta. Não se planeja ou se aplica um modelo consistente de governança como sucedâneo de uma gestão arquivística precária.

No entanto, vamos iniciar focando em mudanças que começam a serem aplicadas para a execução da gestão documental, a partir das funções arquivísticas, classificação e avaliação, juntamente com seus respectivos instrumentos como plano de classificação e tabela de temporalidade, para que com isso possa ser criado o manual proposto.

Quando estiver funcionando de forma eficiente, será o momento de ser usada para atingir a governança arquivística, levando em consideração toda sua individualidade, pois não existe uma maneira única, mas sim, tudo ocorre de acordo com a necessidade e demandas da instituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa fase da pesquisa, estamos nas etapas iniciais que são: cursar as disciplinas propostas do mestrado, atualização do projeto de acordo com as orientações, início da pesquisa com leituras realizadas que irá estruturar as próximas partes.

As dificuldades enfrentadas nesse percurso, especificamente nessa fase da pesquisa, é mais de conciliar cursar as disciplinas e escrever o projeto ao mesmo tempo, mas que isso irá acabar com o fim do período.

Os próximos passos serão a classificação da documentação que não está no arquivo do centro de tecnologia, iniciando o levantamento do diagnóstico dos setores e a verificação das classes usadas em meio digital, para verificar se a classificação que ocorre no SIPAC está correta. Serão realizadas algumas atividades para alcançar os objetivos específicos como: levantamento bibliográfico sobre gestão e governança arquivística e análise de dados para verificar a produção e acumulação das tipologias documentais presentes nos setores.

Depois de todo esse processo de construção, o produto gerado pela pesquisa será um quadro de classes e procedimentos de destinação dos

acervos acadêmicos, com a intenção de facilitar a classificação dos documentos e futuros acessos.

Palavras-chave: acervos acadêmicos; gestão arquivística de documentos; classificação; avaliação; Universidade Federal da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARAÚJO, C. A. Á. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 61–82, maio/ago., 2013.

BARTALO, L.; MORENO, N. A. (org). **Gestão em Arquivologia:** abordagens múltiplas. Londrina: EDUEL, 2008.


BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanente:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contorno para uma noção. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p.31-45, set./dez. 2018.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2 ed. Brasília: Annabelle, 2013.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais:** um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAES, M. L. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.



RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento Arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTOS, H. M.; FLORES, D. **Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos**. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 20, n. 4, p. 197–217, out./dez. 2015.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

PRESERVAÇÃO DE PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS: DESAFIOS ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DIGITAL

Isabel Cristina Lourenço Freire

Arquivologia – Universidade Federal da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. isalourenco07@gmail.com. <https://lattes.cnpq.br/9347413354277683>. <https://orcid.org/0009-0003-2222-1381>

Claudialyne da Silva Araújo

Doutora em Ciência da Informação PPGCI/UFPB. Docente no Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFPB) e no Programa de Pós Graduação em Gestão e Governança Arquivística (PPGDARQ) da Universidade Federal da Paraíba. claudialynearaujo@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8492671426340662>. <https://orcid.org/0000-0002-5001-6591>


Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

A preservação de documentos digitais, especialmente os prontuários eletrônicos, representam um dos principais desafios da era da informação, à medida que a tecnologia avança rapidamente. Com a diversificação dos formatos de registro e a crescente produção de dados digitais, a integridade e a autenticidade desses documentos tornaram-se preocupações centrais. Os prontuários eletrônicos, essenciais para a documentação da saúde e histórico dos pacientes, requerem políticas específicas de preservação que garantam seu acesso contínuo e proteção contra alterações indevidas. Iniciativas como a política de preservação do Arquivo Nacional, implementada em 2010 e atualizada em 2016, visam estabelecer diretrizes claras para o gerenciamento eficaz de documentos digitais, incluindo os prontuários eletrônicos.

As políticas públicas são um conjunto de ações, diretrizes e programas desenvolvidos pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar coletivo. Elas podem ser implementadas por meio de leis, regulamentos, projetos e serviços que buscam solucionar problemas sociais, econômicos e ambientais. Essas políticas podem abranger diversas áreas, como saúde, educação, segurança, transporte, meio ambiente e assistência social. Elas são formuladas e executadas pelos governos em diferentes níveis – federal, estadual e municipal – e podem contar com a participação da sociedade civil e de organizações privadas. A criação de políticas públicas envolve um processo que passa pela identificação de problemas, formulação de propostas, implementação das ações e avaliação de seus resultados. Seu sucesso depende de fatores como planejamento eficiente, disponibilidade de recursos e engajamento da população. Em resumo, as políticas públicas são instrumentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento social e econômico, garantindo direitos e melhorando a qualidade de vida da população.




A aplicação de políticas públicas é fundamental para a implementação bem-sucedida de prontuários eletrônicos. Essas políticas devem abordar não apenas a preservação, mas também a padronização dos sistemas utilizados e a formação de profissionais qualificados para gerir esses documentos. O alinhamento entre as normas institucionais e as diretrizes nacionais é crucial para garantir que os prontuários eletrônicos atendam aos requisitos legais e técnicos necessários, além de assegurar a proteção dos dados dos pacientes.

Este projeto foca na gestão e preservação produtiva e segura dos prontuários eletrônicos, com o objetivo de conscientizar arquivistas e responsáveis por cada Organização Militar (OM) sobre a documentação digital de forma padronizada. A adoção de uma gestão eficaz permitirá um controle mais rigoroso sobre a massa documental, possibilitando um acesso seguro e uma preservação adequada dos prontuários eletrônicos.

A utilização de sistemas na gestão de prontuários já é comum em organizações públicas e privadas, devido ao crescimento exponencial no volume de dados. Diante dessa situação, o estudo ampliará as pesquisas sobre políticas de preservação digital compatíveis, abordando a gestão digital e garantindo a interoperabilidade entre os sistemas de gestão, para assegurar a autenticidade e preservação dos prontuários eletrônicos.

O interesse pelo tema surge da intenção de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas na área dos prontuários eletrônicos, motivado pela experiência na Força Aérea Brasileira, onde sou chefe da Subseção de Arquivo do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME). Identifiquei a oportunidade de enriquecer as investigações sobre gestão e preservação de prontuários eletrônicos, uma área ainda pouco explorada na Força Aérea Brasileira.

O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver uma política de preservação digital para os prontuários eletrônicos de pacientes (PEP) no Hospital de Aeronáutica de Recife, visando garantir a acessibilidade, integridade e autenticidade desses registros ao longo do tempo. Essa política será fundamentada em uma análise abrangente das práticas atuais de gestão de informações, dos desafios enfrentados na preservação dos PEPs e das




melhores práticas recomendadas na literatura sobre preservação digital. Ao estabelecer diretrizes claras e estratégias eficazes, a pesquisa pretende contribuir para a sustentabilidade do uso dos prontuários eletrônicos, assegurando que as informações essenciais sobre a saúde dos pacientes permaneçam acessíveis e confiáveis para as futuras gerações. Os objetivos específicos incluem verificar a existência de políticas de preservação de prontuários eletrônicos na Força Aérea Brasileira, identificar os sistemas e softwares utilizados na gestão e preservação, levantar termos, legislação e normas pertinentes, e elaborar um modelo de requisitos para a interoperabilidade entre os ambientes de gestão e preservação dos prontuários eletrônicos.

A problematização em torno da preservação de prontuários eletrônicos se intensifica na era da informação, onde a rápida evolução tecnológica e a diversificação dos formatos de registro criam desafios significativos para a integridade e autenticidade desses documentos. Dada a importância dos prontuários eletrônicos, é essencial que haja políticas específicas de preservação que garantam o acesso contínuo e a proteção contra alterações indevidas. Apesar de iniciativas como a política de preservação do Arquivo Nacional fornecer diretrizes valiosas, a implementação eficaz dessas políticas em contextos institucionais, como na Força Aérea Brasileira, ainda enfrenta lacunas. A formação de profissionais qualificados e o alinhamento entre as normas institucionais e as diretrizes nacionais são cruciais para assegurar que os prontuários eletrônicos atendam aos requisitos legais e técnicos necessários, além de proteger os dados dos pacientes. Nesse contexto, a pergunta problema que norteia esta pesquisa é: **Quais são os principais desafios na construção de uma política de preservação digital que assegure a integridade, autenticidade e acessibilidade dos prontuários eletrônicos de pacientes na Força Aérea Brasileira?**

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa voltada ao estudo dos prontuários eletrônicos




de pacientes (PEP). Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória é apropriada quando o tema investigado é novo ou pouco estudado, permitindo ao pesquisador aprofundar-se em aspectos ainda não completamente compreendidos. Neste contexto, o caráter exploratório permite investigar aspectos pouco discutidos sobre as políticas de preservação digital dos PEPs, o que é essencial, conforme destaca Silva (2019), para o avanço do conhecimento sobre os desafios e as práticas de gestão de informações em sistemas de saúde.

A pesquisa descritiva, por sua vez, busca detalhar as práticas, desafios e benefícios observados no uso do PEP nas instituições de saúde da Aeronáutica. Como explica Yin (2015), esse tipo de pesquisa permite uma descrição minuciosa das condições e dos processos, facilitando a identificação de padrões e a construção de uma compreensão profunda dos fenômenos estudados. No caso dos PEPs, isso é particularmente relevante, pois tais prontuários envolvem questões complexas relacionadas à segurança, acessibilidade e integridade dos dados ao longo do tempo (Costa; Silva, 2021).

A abordagem qualitativa permite uma análise profunda das percepções dos profissionais de saúde sobre os PEPs, captando nuances das experiências individuais e coletivas (Creswell, 2014). A coleta de dados, realizada por meio de entrevistas no Hospital de Aeronáutica de Recife, garante uma rica interpretação das opiniões desses profissionais. Além disso, a análise qualitativa revela dinâmicas institucionais e práticas, explicando inter-relações entre as práticas observadas e as políticas institucionais (Minayo, 2010), especialmente relevantes para o contexto específico da saúde militar.

A metodologia da pesquisa será estruturada em torno da realização de entrevistas com uma amostra intencional com entorno de 30 médicos do Hospital de Aeronáutica de Recife. Os próximos passos da pesquisa envolvem a realização dessas entrevistas, que proporcionarão percepções e experiências dos médicos com o uso dos prontuários eletrônicos de pacientes (PEP). Essas entrevistas semi-estruturadas permitirão uma exploração aprofundada dos desafios e práticas associadas ao sistema. Em seguida, será realizada uma entrevista com o gerente responsável pelo sistema de PEP o



Aplicativo de Gestão Hospitalar (AGHUSE), com o objetivo de compreender melhor a gestão e a implementação do sistema, assim como os processos institucionais que influenciam seu uso. Após a coleta de dados, iniciaremos a análise qualitativa das informações obtidas, buscando identificar temas e padrões que contribuam para uma compreensão abrangente das dinâmicas e implicações do uso dos prontuários eletrônicos na instituição. Esse processo será fundamental para gerar recomendações que possam beneficiar tanto os profissionais de saúde quanto a gestão do sistema de prontuários.

3 A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DIGITAL EM ARQUIVOS MÉDICOS

3.1 PRONTUÁRIO ELETRÔNICO

No universo dos arquivos médicos, os prontuários de pacientes constituem um conjunto de documentos gerados a partir do atendimento assistencial, organizados em um dossiê segundo um plano de classificação. O Dicionário de Terminologia Arquivística define dossiê como uma unidade de arquivamento com documentos inter-relacionados por assunto (Arquivo Nacional, 2005).

Segundo Carvalho (1973), o prontuário reflete a eficiência da instituição de saúde. A Resolução 1821/2007 do CFM estabelece que a instituição é responsável pela guarda física do prontuário, que deve ser preservado, embora as informações pertençam aos pacientes e devam estar disponíveis a eles e seus familiares. O PEP é reconhecido em diferentes contextos, sendo a definição mais comum a utilizada em países de língua espanhola e portuguesa. A SBIS (Sociedade Brasileira de Informática em Saúde) refere-se a ele como S-RES (Serviço de Registro Eletrônico de Pacientes) ou RES (Registro Eletrônico de Pacientes). Internacionalmente, o PEP é designado por termos como “Computer-Based Patient Record” e “Electronic Health Record.” O PEP é um sistema projetado para disponibilizar dados completos e precisos, apoiando médicos com lembretes e decisões clínicas, e melhorando a qualidade do atendimento ao paciente.

3.2 ARQUIVO DO HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE

Os prontuários eletrônicos do paciente (PEP) no Sistema de Saúde da Aeronáutica foram implantados a partir de 2021, com o objetivo de promover a interoperabilidade entre as unidades de saúde e aumentar a qualidade dos serviços oferecidos, tanto na assistência quanto na gestão. Esse sistema tem sido utilizado por médicos das unidades da Aeronáutica brasileira para registrar e acompanhar informações clínicas dos pacientes, oferecendo suporte e agilidade no atendimento e no controle de dados.

Estudos realizados com médicos do sistema indicam que, embora o PEP seja utilizado amplamente em consultas, exames físicos e acompanhamento de evolução clínica, há subutilização do sistema para funções essenciais, como admissão, alta e prescrição medicamentosa. A maioria dos profissionais que utilizam o PEP na Aeronáutica recebeu treinamento prévio, com foco no acesso ao sistema e no preenchimento de registros, o que reflete uma preocupação com a padronização e a efetividade do uso dessa ferramenta.

Entre as principais vantagens, estão o armazenamento seguro das informações e a rapidez no registro dos dados, facilitando o acesso e a consulta. Entretanto, ainda há desafios a serem superados, como problemas técnicos nos equipamentos e falhas no sistema, além de uma certa insatisfação em relação à usabilidade da plataforma, o que impacta na confiança dos profissionais em sua operação.

Apesar desses desafios, o PEP tem sido bem aceito no contexto da Aeronáutica, com muitos profissionais reconhecendo seu impacto positivo na produtividade e na dinâmica de trabalho. Esse cenário indica que, com aprimoramentos e expansão de funcionalidades, o PEP pode se consolidar como uma ferramenta central para a sistematização e o registro de processos clínicos na Aeronáutica e até mesmo inspirar sua ampliação para outras áreas das Forças Armadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a preservação digital de prontuários eletrônicos no Hospital da Aeronáutica de Recife evidencia a importância de implementar modelos de gestão e preservação que garantam a autenticidade e a confiabilidade desses documentos. A interligação entre sistemas de gestão e de preservação é essencial para manter a integridade e o acesso seguro a longo prazo, especialmente em um ambiente onde o volume de informações e a necessidade de um gerenciamento eficiente estão em constante crescimento.

Ao consolidar políticas e práticas arquivísticas adequadas para o PEP, busca-se não apenas modernizar o processo de registro e acompanhamento dos dados dos pacientes, mas também integrar princípios da arquivologia ao contexto digital. Isso inclui a custódia apropriada para documentos eletrônicos, assegurando que as informações sejam confiáveis e acessíveis. Assim, os resultados deste estudo contribuem para expandir o entendimento sobre a preservação digital e fornecem um modelo aplicável a outras instituições públicas e privadas que utilizam prontuários eletrônicos, promovendo uma cultura de governança documental e segurança informacional que beneficia diretamente a gestão de saúde nas Forças Armadas e em demais setores de atendimento médico.

Palavras-chave: preservação digital; prontuário eletrônico; política de preservação; hospital da aeronáutica de Recife; arquivologia; cadeia de custódia.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CARVALHO, W. C. Prontuário médico: documento ou peça jurídica? **Revista Brasileira de Medicina**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 5, p. 272-276, 1973.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Resolução nº 1.821, de 11 de julho de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 ago. 2007. Seção 1, p. 81-82.

COSTA, L. F.; SILVA, J. M. Gestão de prontuários eletrônicos e os desafios da preservação digital. **Revista Arquivística**, v. 10, n. 2, p. 33-49, 2021.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. São Paulo: Penso Editora, 2014.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SILVA, M. A. Preservação digital e acessibilidade: desafios contemporâneos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 132-141, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DE SISTEMAS DE PROTOCOLO: UM ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE APLICABILIDADE DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Kissia Danielly de Souza Nunes

Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UEPB. nunes-kissia@gmail.com, <https://lattes.cnpq.br/6957398016718073>, <https://orcid.org/0009-0001-5714-7623>.

Julianne Teixeira e Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UEPB. julianne.teixeira@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/3122413318144588>, <https://orcid.org/0000-0002-4959-0844>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO


A gestão de documentos em Instituições de Ensino Superior públicas exige organização e controles eficazes, especialmente em um cenário de digitalização dos seus serviços, uma vez que estão sob crescente pressão por aparatos legais que obrigam atenção especial à gestão e preservação dos seus documentos Arquivísticos.

Nesse contexto, os sistemas de protocolo são responsáveis por organizar e gerenciar os fluxos de documentos, assumindo um papel essencial na gestão dos documentos arquivísticos nas Instituições de Ensino Superior Públicas da Paraíba (IESPP), uma vez que, para o desempenho de suas atividades é necessário manter registros formais das suas ações, que se refletem em documentos, com seu fluxo controlado através dos processos administrativos.

A Portaria Interministerial nº 1.677, de 7 de outubro de 2015, padroniza os procedimentos de protocolo no âmbito da Administração Pública Federal, visando garantir a eficiência, a segurança e a uniformidade na gestão documental (Brasil, 2015). Essa portaria é o principal documento norteador quanto às diretrizes para sistemas de protocolos nas instituições públicas. Embora se refira ao âmbito federal, a referida portaria é referência para órgãos e instituições das demais esferas da administração pública.

Em sintonia com as necessidades das IESPP, a Portaria Interministerial nº 1.677/2015 reforça a importância de uma gestão de documentos eficiente, garantindo que as instituições de ensino superior atendam às exigências legais e preservem seu acervo documental de forma organizada e segura.

O plano ou código de classificação de documentos é um instrumento de trabalho utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão ou entidade no exercício de suas funções e atividades (CONARQ, 2022, p. 47). Sua correta aplicação otimiza a Tabela de Temporalidade, instrumento que define a destinação de documentos,



e, consequentemente, o impacto na racionalização dos recursos de armazenamento.

A parametrização, processo que configura e ajusta esses sistemas às necessidades de cada instituição, é fundamental para a eficiência da gestão documental. Esta pesquisa investiga como essa parametrização impacta na aplicabilidade do Plano de Classificação de Documentos (PCD) nos processos administrativos das IES, tendo como recorte de investigação as IES públicas da Paraíba.

A importância do PCD como ferramenta essencial para a gestão, organização, controle e segurança da informação justifica este estudo. No contexto da digitalização, a adaptação dos sistemas de protocolo é crucial. A parametrização adequada garante que o sistema reflita a estrutura documental, os tipos documentais, os fluxos de trabalho, os níveis de acesso e as normas de segurança da instituição, tornando-o mais eficiente e adaptado à realidade local. A pesquisa busca responder à seguinte questão: De que maneira a parametrização e customização dos sistemas de protocolo garantem a aplicabilidade dos instrumentos de gestão de documentos?

Este estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira a parametrização dos sistemas de protocolo garantem a aplicação dos instrumentos de gestão de documentos nos processos administrativos das instituições de ensino superior públicas da Paraíba (IESPP). Para tanto, a pesquisa se aprofunda em três objetivos específicos:

- a. Identificar e caracterizar as instituições de ensino superior públicas da Paraíba;
- b. Caracterizar os sistemas de protocolo das IESPP;
- c. Descrever as rotinas de protocolo de cada IESPP.

A adoção de sistemas de protocolo eficientes e bem parametrizados está intimamente ligada à governança arquivística. A governança arquivística possibilita que os processos de gestão de documentos estejam alinhados com os objetivos estratégicos da instituição, com as leis e regulamentações pertinentes e com as melhores práticas da área. A parametrização

de sistemas de protocolo, nesse contexto, não é apenas uma questão técnica, mas uma ação estratégica que fortalece a governança, ao garantir que os documentos sejam geridos de forma transparente, responsável e eficiente, promovendo a accountability e o acesso à informação de forma controlada. Portanto, este estudo busca elementos que contribuam para a construção de um modelo de gestão de documentos que fortaleça a governança arquivística.


Governança arquivística, portanto, tem uma marca fundamental: compreende necessariamente ações transversais ao contexto arquivístico com um forte dinamismo relacional com outras agências, políticas e programas no campo da informação estatal, bem como com setores diversos da sociedade. (Jardim 2018, p.40)

Esta pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de um modelo de parametrização de sistemas de protocolo, auxiliando as IESPP da Paraíba na implementação de sistemas eficientes para a gestão documental. O modelo proposto promoverá a organização, o controle, a segurança e a acessibilidade da informação, requisitos fundamentais para o bom funcionamento e desenvolvimento institucional.

2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa se configura como um estudo descritivo de natureza aplicada, com o objetivo de solucionar a problemática da parametrização inadequada de sistemas de protocolo em IESPP. Para alcançar essa meta, utilizaremos uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, conforme preconizado por Creswell (2007, p. 34-35). A coleta de dados diversos garante um entendimento mais completo do problema em questão, pois permite a análise de diferentes aspectos, tanto subjetivos quanto objetivos, relacionados à parametrização dos sistemas de protocolo.



Esta pesquisa, de natureza aplicada e abordagem descritiva, busca solucionar a problemática da parametrização inadequada de sistemas de protocolo em IESPP da Paraíba. Para tal, será empregado uma metodologia qualitativa, que, segundo Gil (2006), envolve a coleta de dados por meio de observação, relatos, entrevistas e outras técnicas, em um processo interativo entre o pesquisador e o contexto.

A investigação se dará por meio de três etapas principais: observação participante, entrevistas com usuários e análise documental.

A observação participante, seguindo a orientação de Lakatos e Lakatos (2011), permitirá a imersão dos pesquisadores no contexto real das IESPP, interagindo diretamente com os usuários dos sistemas de protocolo. Essa imersão visa compreender as práticas, os desafios e as necessidades inerentes ao uso desses sistemas no dia a dia, capturando informações relevantes sobre a dinâmica do trabalho e as percepções dos usuários em relação à parametrização.

As entrevistas com usuários dos sistemas de protocolo, em diferentes níveis hierárquicos e áreas de atuação nas IESPP, fornecerão dados qualitativos sobre a percepção dos usuários em relação à usabilidade, funcionalidades e dificuldades encontradas na parametrização dos sistemas. As entrevistas permitirão aprofundar a análise das informações coletadas durante a observação participante, complementando-as com perspectivas e opiniões dos usuários sobre os sistemas.

A análise documental, conforme proposto por Gil (2017), explorará documentos diversos, como manuais de instruções, leis e normas de protocolo, com o intuito de: identificar as principais orientações e requisitos arquivísticos para sistemas de protocolo, analisar os conceitos, funcionalidades e tipos de sistemas de protocolo utilizados nas IESPP, compreender o papel do Plano de Classificação de Documentos (PCD) e analisar as diretrizes e os requisitos do Processo Eletrônico Nacional (PEN).

A análise dos dados coletados através dos métodos descritos acima permitirá: identificar problemáticas relacionadas à parametrização dos sistemas de protocolo, compreendendo as falhas, dificuldades e desafios encontrados na parametrização dos sistemas de protocolo, considerando

as necessidades e especificidades das IESPP públicas da Paraíba para posteriormente desenvolver um modelo para aperfeiçoar o processo de parametrização, com base nas problemáticas identificadas, propor um modelo de parametrização que atenda às demandas e necessidades específicas das IESPP, contribuindo para a modernização e eficiência dos sistemas de protocolo.

Os resultados obtidos durante a pesquisa serão de grande relevância para a modernização dos sistemas de protocolo nas IESPP, além de oferecer subsídios para futuras pesquisas sobre o tema. O modelo de parametrização desenvolvido durante a pesquisa poderá servir como guia para a implementação de sistemas de protocolo eficientes e eficazes, que atendam às demandas atuais e contribuam para a organização e o acesso à informação nas instituições de ensino superior.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente pesquisa se baseia em um conjunto de conceitos e teorias que fornecem o arcabouço teórico necessário para a compreensão da problemática da parametrização de sistemas de protocolo em IESPP públicas, especialmente no contexto da gestão de documentos.

3.1 SISTEMAS ERP'S

As IES, buscando otimizar a gestão de seus processos, têm adotado sistemas ERP's (Enterprise Resource Planning), também conhecidos como sistemas integrados de gestão empresarial. Os sistemas ERP's integram diversas áreas da instituição, como administração, finanças, recursos humanos e, nesse contexto, o sistema de protocolo se enquadra como um módulo do ERP.

Gomes e Costa (2013) definem o objetivo de um sistema ERP como a centralização das informações e a gestão do seu fluxo durante todo processo de desenvolvimento da atividade empresarial, integrando os setores da organização.

3.2 SISTEMAS DE PROTOCOLO COMO MÓDULO DO ERP

O sistema de protocolo, como um módulo do ERP, desempenha um papel fundamental na gestão de documentos, organizando e gerenciando o fluxo de documentos e informações dentro da instituição. Sua integração ao sistema ERP permite a interação com outros módulos, como recursos humanos, finanças e administração, otimizando o fluxo de trabalho e a comunicação interna. Essa modularidade é um ponto forte dos ERPs, pois eles compreendem toda a sistemática da instituição e suas necessidades, permitindo a inclusão de novos módulos de forma independente e conectada aos demais.

3.3 ORIENTAÇÕES E REQUISITOS ARQUIVÍSTICOS PARA SISTEMAS DE PROTOCOLO

A gestão de documentos em sistemas de protocolo deve seguir as normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), garantindo a preservação e a acessibilidade da informação. É fundamental que o sistema de protocolo atenda aos requisitos arquivísticos para assegurar a integridade, autenticidade e validade dos documentos, permitindo a organização, o controle e a segurança da informação.

A implantação de sistemas de protocolo em IES exige adaptações e configurações específicas para atender às particularidades de cada instituição. Essa fase, determinante para a efetividade do sistema, envolve três processos principais: adaptação, parametrização e customização.

3.3.1 Adaptação

Segundo Souza e Zwicker (2000), a adaptação é o processo de preparar o sistema para ser utilizado em uma determinada empresa, eliminando as diferenças entre o pacote oferecido e a realidade da empresa. No caso das IESPP, a dinâmica é semelhante, buscando aproximar o sistema das

necessidades específicas da instituição, como estrutura organizacional, tipologia documental e fluxos de trabalho.

3.3.2 Parametrização

A parametrização, etapa fundamental na implantação de sistemas de protocolo, consiste em configurar e ajustar as funcionalidades e regras do sistema para atender às necessidades específicas da instituição (Souza; Zwicker, 2000, p.49). Através da parametrização, as IES podem definir regras e critérios para a organização, classificação e controle de documentos, além de configurar fluxos de trabalho, definir níveis de acesso, implementar mecanismos de segurança e personalizar a interface do sistema.

3.3.3 Customização

A customização, conforme definido por Nordheim e Päivärinta (2004), consiste em adaptar um pacote de software pré-existente ao ambiente de um cliente, modificando suas propriedades para que o sistema de informação resultante atenda aos requisitos específicos da organização. A customização, em contraste com a parametrização, geralmente envolve a modificação do código fonte do sistema, exigindo conhecimentos técnicos especializados e podendo gerar custos adicionais.

3.4 INSTRUMENTO DE CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS

O Código de Classificação de Documentos (CCD) é um sistema de organização fundamental na arquivologia, categorizando, identificando e recuperando documentos de maneira eficiente (CONARQ, 2024). A Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) define o tempo de guarda de cada tipo de documento, garantindo a organização, o controle e a segurança

da informação, e contribuindo para a gestão eficaz dos documentos nas instituições.

A utilização eficiente de códigos de classificação e tabelas de temporalidade garante a organização, a preservação e a acessibilidade da informação, fundamentais para o bom funcionamento e desenvolvimento das instituições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, em andamento, que investiga a relação entre a parametrização de sistemas de protocolo e a aplicação do Plano de Classificação de Documentos (PCD) em IESP da Paraíba, evidencia a importância da parametrização para a gestão documental eficiente.

O modelo de parametrização proposto, ainda em desenvolvimento, visa contribuir para a modernização dos sistemas de protocolo, facilitando a organização e o controle dos documentos e garantindo a adequada aplicação do PCD. O modelo busca atender às necessidades das IESP, considerando as peculiaridades de cada instituição.

As descobertas e o modelo desenvolvido durante a pesquisa poderão servir como guia para a implementação de sistemas de protocolo eficientes e eficazes nas IES da Paraíba. O objetivo final é contribuir para a modernização e a eficiência dos sistemas de protocolo, promovendo a organização, o controle e a segurança da informação, elementos fundamentais para o bom funcionamento e o desenvolvimento das instituições de ensino superior.

Palavras-chave: parametrização; customização; sistemas de protocolo; código de classificação; tabela de temporalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 1.677, de 7 de outubro de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 out. 2015. Seção 1, p. 31.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **e-ARQ Brasil**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos [recurso eletrônico]. 2. versão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022. 1 arquivo eletrônico (1 MB). Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV203MAI2022.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio/suporte do Poder Executivo federal**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Tradução de: Luciana de Oliveira Rocha.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-97-01292-7.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Carlos Francisco Simões; COSTA, Helder Gomes. Abordagem estratégica para a seleção de sistemas ERP utilizando apoio multicritério à decisão. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 1060-1088, jul./set. 2013.

JARDIM, José Maria. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; LAKATOS, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NORDHEIM, Stig; PÄIVÄRINTA, Tero. Customization of Enterprise Content Management Systems: an exploratory case study. In: **Proceedings of the 37th Hawaii International Conference on System Sciences**. IEEE, 2004. p. 1-9.

SANTOS, Renato; AGANETTE, Eliane. Metodologia para gestão documental em Instituições de Ensino Superior: uma revisão sistemática de literatura. **Repositório UFMG**, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/52948>. Acesso em: 25 out. 2024.

SOUZA, Cesar Alexandre de; ZWICKER, Ronaldo. Ciclo de vida de sistemas ERP. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 47-57, 1. trim. 2000.

A PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DIGITAIS EM PLATAFORMAS PROPRIETÁRIAS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS: LEVANTAMENTOS DE REQUISITOS PARA O GERENCIAMENTO E A GOVERNANÇA

Moisés dos Santos Corcino

Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado UEPB/UFPB. moises-corcino@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/830322281646122>, <https://orcid.org/0009-0000-5171-8029>

Welder Antônio Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado UEPB/UFPB. weldsila@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/9453097597745835>, <https://orcid.org/0000-0001-9664-1002>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO


1 INTRODUÇÃO

Ao percorrer dos anos e com a explosão das tecnologias de comunicação e informação, na década de 90, os documentos arquivísticos passaram a ser registrados e mantidos em meio digital, e, assim, os arquivos digitais não foram idealizados a partir das práticas tradicionais arquivísticas, mas sim como uma resposta às necessidades crescentes da sociedade em acompanhar os avanços tecnológicos. Situação essa em que podemos perceber diversos problemas, vulnerabilidades e ameaças que abrangem a preservação e o acesso de longo prazo de tais documentos.

Com vistas a rever (se é que seja possível) e ou evitar que este cenário se mantenha, hoje, no âmbito da Arquivologia, se entende e se advoga que os métodos e estratégias de preservação digital formam um conjunto de ações que, para garantir a efetividade, devem ser realizadas de forma organizada e contínua. Requer um esforço concentrado das instituições no planejamento, desenvolvimento e/ou aquisição de recursos financeiros, infraestruturas, tecnologias (como hardwares e softwares), espaços e condições de armazenamento e ferramentas apropriadas que, inclusive, garantam o acesso perene aos documentos arquivísticos custodiados. Sem contar que é preciso conscientizar as equipes envolvidas em todo o processo de gerenciamento e governança das plataformas digitais utilizadas pelas instituições. Mas, antes de tratar sobre a preservação digital em plataformas proprietárias de gestão de documentos, faz-se necessário contextualizar os documentos arquivísticos no cenário administrativo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E ESCOPO DO TEMA DE PESQUISA

É possível observar que, a partir do século XX, a informação técnica e científica vem contribuindo progressivamente e significativamente para




o desenvolvimento econômico e social da sociedade, tendo em vista o surgimento de novas ferramentas e tecnologias a favor dos trabalhos nas intuições e o desenvolvimento dos métodos e técnicas digitais de produção, gerenciamento e ampliação dos canais de acesso, comunicação e disseminação da informação digital. Seguindo esta tendência, as instituições vêm gerando, dia após dia, documentos arquivísticos digitais em diferentes formatos; trazendo, conseqüentemente, novos desafios a serem analisados, vencidos, supridos e/ou contornados. Todavia, cada um desses formatos de documentos arquivísticos digitais podem exigir diferentes abordagens, diretrizes, rotinas e procedimentos para a sua preservação, que incluem a preparação, o desenvolvimento ou a aquisição de recursos, infraestruturas e tecnologias e conhecimentos, procedimentos e políticas para garantir a preservação, recuperação e acesso destes arquivos no futuro.

Destaca-se que as linhas de pensamento e atuação em prol da preservação dos documentos digitais estão conectadas e entrelaçadas com as políticas, estratégias e até procedimentos utilizados para a preservação de documentos não digitais, guardadas as especificidades, necessidades, princípios e atributos característicos. A esse respeito, Alves *et al.* (1993, p.76) nos traz uma reflexão sobre a definição da preservação que pode ser compreendida como um “conjunto de medidas de gestão tendentes a neutralizar potenciais fatores de degradação de documentos”.

É notório que, com a evolução, fortalecimento e crescimento nas utilizações de novas tecnologias, nos dias atuais, boa parte dos documentos arquivísticos das instituições, estão sendo produzidos em ambientes e plataformas digitais, inclusive em plataformas proprietárias.

É importante destacar que as medidas estratégicas que estabelecem a preservação e o acesso de longo prazo e a disseminação da informação dos documentos sejam fundamentais para garantir a presunção da autenticidade dos documentos arquivísticos. Após anos de estudos, é possível perceber, na área da Arquivologia, a presença de leis, decretos, normas, modelos, instrumentos e técnicas, a serem aplicados, considerando a existência de uma cadeia de custódia com o propósito de minimizar os danos e riscos causados aos documentos digitais.




Além disso, essa presunção baseia-se na confirmação da existência de uma cadeia de custódia ininterrupta, desde o momento da produção do documento até a sua transferência para a instituição arquivística responsável pela sua preservação no longo prazo. Caso essa cadeia de custódia seja interrompida, o tempo em que os documentos não estiveram sob a proteção do seu produtor ou sucessor pode causar muitas dúvidas sobre a sua autenticidade. (CONARQ, 2012, p.1)

Para termos a certeza da garantia do acesso e da preservação de longo prazo, bem como a presunção de autenticidade e a confiabilidade desses documentos arquivísticos digitais, é preciso contornar os problemas característicos e desafios resultantes da fragilidade dos suportes, falhas de hardwares e da obsolescência e na mudança das tecnologias que vem evoluindo cada dia mais, colocando em riscos os documentos digitais e gerando ameaças para a garantia do acesso e da preservação.

Na preservação de documentos digitais, é necessário abordar ferramentas e métodos que avaliem as situações em que se encontram as instituições e que permitam proteger e garantir o acesso a estes documentos ao longo do tempo, sempre que se fizer necessário. Assim, no futuro, poderemos ter a possibilidade de manutenção, gerenciamento e governança desses documentos pelas instituições com segurança e confiabilidade, gerando possibilidades futuras de uso pelas próprias instituições e potenciais usuários, de modo que possam compreender seus conteúdos, significados e atributos e, inclusive, os ambientes tecnológicos nos quais foram criados.

É consensual que, diante da funcionalidade, do potencial efetivo de uso e facilidade de acesso que os documentos digitais trazem, é preciso que se tenha uma custódia adequada, nos moldes de qualidade propostos pela Arquivologia e áreas afins, com vistas a garantir com segurança e confiabilidade a presunção da autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, mantendo-os como fonte de evidências e dignos de serem utilizados como prova e testemunho. Porém, diante da realidade atual, é essencial realizar levantamentos e analisar sobre os requisitos, atributos e funcionalidades



das plataformas digitais proprietárias disponíveis no mercado no tocante à preservação dos documentos arquivísticos digitais.

É como base neste cenário que o tema desta pesquisa é a preservação de documentos arquivísticos digitais em plataformas proprietárias, tendo como recorte o gerenciamento (planejamento, direção, organização e controle) (Silva, 2020) e a governança (direcionamento, monitoramento e avaliação) (Brasil, 2014) da preservação digital para os documentos arquivísticos capturados, produzidos e mantidos nestas plataformas. Parte-se do pressuposto que, para gerenciar, direcionar, avaliar e monitorar se são cumpridas de forma efetiva as diretrizes e orientações de uma política de preservação de documentos digitais prevista e implantada, é necessário realizar uma análise contínua, sistematizada, detalhada e específica dos métodos, rotinas e procedimentos existentes e executados.

Assim, temos o seguinte problema de pesquisa: Quais requisitos (condições, atributos e exigências) são essenciais para o gerenciamento e a governança da preservação dos documentos arquivísticos digitais capturados, produzidos e mantidos em plataformas digitais proprietárias de gestão de documentos?

Diante disso, no âmbito da pesquisa em desenvolvimento, pretende-se propor um esquema de requisitos para a verificação de conformidade (protótipo de matriz de verificação de conformidade), que possibilite o gerenciamento e a governança da preservação de documentos arquivísticos digitais em consonância com as posições teóricas, normativas e pragmáticas arquivísticas contemporâneas, que atenda às necessidades específicas das instituições, com vistas inclusive a garantir a eficácia (obtenção dos resultados almejados), a economicidade e a sustentabilidade, tendo como ambientes tecnológicos as plataformas proprietárias de gestão de documentos.

O objetivo geral da pesquisa proposta é identificar e correlacionar modelos, padrões, normas, referenciais e estudos teóricos que tratam da preservação digital de documentos arquivísticos, segurança e gerenciamento e governança de plataformas digitais. Para tanto, temos os seguintes objetivos específicos: (1) pesquisar os termos, normas e legislação

sobre preservação digital; (2) identificar e selecionar documentos (normas, modelos, padrões, legislações, etc) e literaturas especializadas sobre a temática; (3) levantar e esquematizar requisitos; (4) elaborar um protótipo de matriz de verificação de conformidade para o gerenciamento e a governança da preservação de documentos arquivísticos digitais em plataformas proprietárias de gestão de documentos; (5) aplicar, como teste, o protótipo desenvolvido em uma plataforma selecionada.

Como justificativa para a execução da pesquisa em tela, ressaltamos que, no decorrer deste estudo, pretende-se estimular uma reflexão sobre a necessidade de obtenção de requisitos essenciais que permitam direcionar, avaliar e monitorar a execução das políticas e estratégias de preservação de documentos digitais através de um levantamento diagnóstico e do gerenciamento (planejamento, organização, direção e controle) contínuo feito em plataforma digital proprietária, frente aos problemas e soluções do fazer arquivístico na atualidade. Ou seja, no âmbito deste estudo, entende-se que, ao estimular discussões sobre o assunto na área de Arquivologia acerca dos seus métodos e estratégias de preservação do documento digital, será possível identificar, construir e contribuir na construção de modelos, padrões, normas e legislações que auxiliem na promoção e na garantia da segurança, do gerenciamento e da governança de plataformas proprietárias para a preservação digital.

A inspiração pelo tema terá o papel fundamental em colaboração e encorajamento para outros pesquisadores a terem conscientização sobre a importância da preservação digital e pretende-se que venham contribuir com conhecimentos para o crescimento de pesquisas na área e também na preservação dos documentos arquivísticos digitais em plataformas digitais proprietárias.

3 ESTRATÉGIAS PROCEDIMENTAIS E METODOLÓGICAS


Pretende-se desenvolver uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Para tanto, será adotado o método indutivo e as técnicas de pesquisa

serão a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental combinadas com o paradigma indiciário (incidente crítico) e “brauseamento”.

Para o desenvolvimento e construção de uma linha teórica, será feita uma pesquisa bibliográfica na base de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Pretende-se encontrar definições, caracterizações, atributos, requisitos, normas, ferramentas e boas práticas de gerenciamento e governança afetos à preservação de documentos arquivísticos digitais. É importante identificar, compreender e analisar o que vem sendo publicado sobre a temática, nos últimos dez anos, nos campos da Arquivologia e áreas afins para a construção do protótipo proposto. Como complemento, uma pesquisa documental será realizada em códigos, normas, modelos, referenciais, leis e afins que tratam da preservação de documentos arquivísticos digitais, em âmbito nacional e internacional, com vistas mapear pontos de aproximação e/ou convergência relativos à temática e identificar fundamentos e exemplos de aplicação da preservação de documentos arquivísticos digitais.

Com relação ao paradigma indiciário, de acordo com Rodrigues (s/d.), este compreende o “conjunto de princípios e procedimentos que contém a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma”, no nosso caso, afetos às características, princípios, necessidades, atributos, sujeitos, fenômenos, fatores, regras etc. que possuem relação direta e/ou indireta com a preservação de documentos arquivísticos digitais e que se aplicariam, na medida do possível às plataformas digitais de gestão de documentos.

Já a técnica de “brauseio”, conforme explicado por Araújo (1994, p.189), compreende “a arte de não se saber o que se quer até que se encontre”; ou seja, se trata de um processo de exploração visual, por meio da qual, é feita uma busca considerando critérios pré-estabelecidos. Inicialmente, pretende-se utilizar o seguinte protocolo: leitura do título, das palavras-chave e do resumo das teses e dissertações identificadas; leitura do título dos



capítulos/imagens, gráficos e tabelas, introdução e considerações finais; busca, no texto, e análise do contexto de aplicação da preservação dos documentos arquivísticos digitais; busca, no texto, de termos representativos tendo em vista os critérios pré-definidos; análise da relação entre os termos e o sentido de aplicação com vistas a identificação de requisitos que contemplem o processos de gerenciamento e governança da preservação de documentos arquivísticos digitais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto em construção pretende realizar uma reflexão sobre as políticas de preservação para documentos arquivísticos digitais, com ênfase nas plataformas digitais proprietárias utilizadas para a promoção das rotinas e procedimentos que contemplam a gestão de documentos e suas três fases (produção, uso e destinação), bem como ao seu gerenciamento (planejamento, direção organização e controle) e a governança (direcionamento, monitoramento e avaliação), de modo que sejam garantida a preservação de longo prazo e, conseqüentemente, o acesso contínuo aos documentos custodiados, mantida a confiabilidade, a compreensão e a presunção de autenticidade dos mesmos.

A pesquisa tem como finalidade propor um esquema de requisitos para a verificação de conformidade que possibilite o gerenciamento e a governança contínua e sistematizada da preservação digital de documentos arquivísticos digitais em plataformas de gestão de documentos proprietárias, desenvolvendo, assim, uma ferramenta para atuação do arquivista e, também, buscando resgatar e esquematizar uma série de conhecimentos aplicáveis na área da Arquivologia e áreas afins sobre a temática.

A expectativa é que os levantamentos teóricos e documentais que serão realizados com vistas a identificar e correlacionar conhecimentos, práticas, princípios, teorias, modelos, padrões e normas, legislações que tratam da preservação de documentos arquivísticos digitais, segurança, gerenciamento e governança de plataformas digitais contribua para a atuação técnica e gerencial do arquivista na condução, na orientação, na

preparação, no desenvolvimento ou na aquisição de recursos, infraestruturas e tecnologias e conhecimentos, procedimentos e diretrizes e orientações para garantir a preservação, recuperação e acesso de documentos arquivísticos digitais ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

ALVES, I. *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. Organismo de Normalização Sectorial para Informação e Documentação. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ARAUJO, V. M. R. H. de. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico-conceitual. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-j/pos-graduacao-em-politicas-publicas/linhas-de-pesquisa.html> Acesso em: 26 out. 2024.

BRASIL. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Tribunal de Contas da União. Versão 2. Tribunal de Contas da União (TCU). Brasília: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em:

https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF. Acesso em: 29 out. 2024.

CAPES. **Portal de Periódicos da CAPES**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. Disponível em: <https://apes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2024.

CONARQ. **Resolução nº 37, de 19 de dezembro de 2021**. Aprova as diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos

Digitais. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/conarq_presuncao_autenticidade_completa.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

RODRIGUES, M. B. F. **Breve definição**. s.d. Núcleo de Estudos Indiciários. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: https://nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/RODRIGUES,%20M.B.F.%20e%20COELHO,%20C.M.%20Paradigma%20Indiciário_Breve%20definicao.pdf. Acesso em: 29 out. 2024.

SILVA, W. A. O gerenciamento arquivístico. In.: MARIZ, A. C. A.; RANGEL, T. R. (Orgs.). **Arquivologia**: temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020, p. 155 -171.

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO ARQUIVO PÚBLICO NO ESTADO DA PARAÍBA

Raissa Kelly Marinho dos Santos

Graduação em Arquivologia (2014) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. kellyrkms1@gmail.com, <https://lattes.cnpq.br/3680036480831118>, <https://orcid.org/0009-0002-3053-0478>.

Jacqueline Echeverría Barrancos

Pós-doutorado (2022) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. unijacqueline@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/8080177160310323>, <https://orcid.org/0000-0001-9204-9052>.

Linha 2: Saberes e Fazeres Arquivísticos para a Governança

RESUMO EXPANDIDO

1 INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de desenvolver e melhorar continuamente o desempenho das organizações, a fim de impulsionar a inovação e a entrega de serviços de qualidade à sociedade, a atuação das instituições tem sido cada vez mais pesquisada e analisada pelo público. Nesse cenário de desenvolvimento, a atuação das instituições passou por mudanças consideráveis. Isso tem atraído a atenção do público, repercutindo pesquisas e análises em diversos aspectos, exigindo um planejamento cuidadoso para construir e difundir uma imagem positiva, como destaca Silva (2023).

Nesse contexto está presente a identidade da organização, que remete a construção de sua memória institucional que é de fundamental relevância para que sua história seja compartilhada e difundida junto à sociedade. A identidade pode ser analisada em diferentes níveis: *i)* pessoal social, *ii)* no trabalho e *iii)* organizacional. Neste trabalho, o foco de análise é na Identidade Organizacional (IO), que inclui os arquivos públicos. Dessa forma, nas últimas décadas, os arquivos públicos têm assistido a um crescimento de interesse pelas suas características fundamentais como missão, objetivos e valores que buscam alcançar ou os valores que procuram transmitir.

Nesse sentido, a governança arquivística tem como objetivo garantir a qualidade na gestão dos arquivos, promovendo sua integração com as estruturas institucionais e com a sociedade, conforme descrito por Jardim (2018). Essa integração considera diversos elementos e tem evoluído ao longo do tempo, impulsionados por pesquisas e eventos acadêmicos (Maluf; Silva, 2024).

Assim, a finalidade desta pesquisa é investigar o Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB) compreender como a instituição se define em relação a sua identidade organizacional, como se comunica com a sociedade, difunde sua imagem, e como se diferencia de outros arquivos


públicos brasileiros. Essa análise busca entender como o APEPB construí ou vem construindo sua identidade para alcançar seus objetivos e conquistar a legitimidade social desejada, expressa em sua imagem institucional e reputação de arquivo público.

O interesse pela gestão da identidade tem se intensificado de forma significativa, sobretudo no âmbito das instituições públicas. Esse movimento decorre da crescente demanda por alinhamento às expectativas sociais, sendo a definição clara de suas características identitárias um dos meios para atender a tais exigências (Silva; Ruão, 2021). Além disso, observa-se uma crescente produção científica a respeito dos diferentes níveis de IO, sendo estes considerados elementos fundamentais para a compreensão do funcionamento e da dinâmica interna das instituições.

Assim, sob a luz dos referenciais teóricos utilizados neste estudo é que resultaram na proposta deste trabalho e seu problema de pesquisa: como se comporta a Identidade Organizacional (IO) do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB)? A partir de tais lacunas um modelo teórico é sugerido e embasado nos procedimentos metodológicos já formulados por alguns autores, entre eles: Silva e Ruão (2021), em sua pesquisa intitulada *"A Construção da Identidade Organizacional nas Universidades Públicas Portuguesas: à procura de uma definição"*; Gonzales-Miranda (2020), *"Identidade Organizacional: componentes e construção"* e Ferreira (2016), *Elementos de Articulação: Missão, Visão, Valores e a Identidade Organizacional*.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a Identidade Organizacional do Arquivo Público do Estado da Paraíba. E para o alcance deste objetivo, delineou-se os objetivos específicos: Para isso, serão perseguidos três objetivos específicos: identificar os componentes que compõem o processo de construção da IO do APEPB, explorar os símbolos, valores e referências que definem a Identidade Organizacional do APEPB e, propor a elaboração de um instrumento que facilite a difusão dessa identidade.

Dessa forma, o estudo da IO do APEPB e os mecanismos de difusão relacionados tornam-se pertinentes tanto para aprofundar o conhecimento acadêmico quanto para contribuir para sua valorização e visibilidade



perante a sociedade. Logo, essa pesquisa se justifica pela relevância teórica e prática de contribuir para os estudos sobre a construção da IO em arquivos. Percebe-se viável pela facilidade de acesso às bases de dados na qual houve a identificação de pesquisas desenvolvidos em IO em diversas áreas. E, por fim, é original por não terem sido identificados trabalhos que se propuseram a construir a IO em arquivos públicos, visando sua construção aliada ao desenvolvimento de instrumentos para fins de difusão.


2 METODOLOGIA

A presente pesquisa pode ser caracterizada como exploratória-descriptiva em relação aos objetivos que possui. Considera-se, segundo os apontamentos de (Carvalho *et al.*, 2019), que a pesquisa é exploratória em função de estar abordando um tema pouco explorado empiricamente no ambiente organizacional, de forma que consegue explorar novas informações sobre o assunto e auxilia nas definições dos procedimentos da pesquisa.

Por sua vez, o aspecto descritivo foca na identificação e descrição das características de uma população específica, detalhando aspectos relevantes do objeto de estudo (Gil, 2002). Pois os pesquisadores apenas registram e descrevem os fatos observados, sem, no entanto, interferir neles, procurando investigar a frequência da ocorrência dos fatos e fenômenos no ambiente e entre a população pesquisada.

Trata-se de um estudo de caso que será realizado no Arquivo Público do Estado da Paraíba, cuja população/amostra é composta por quatro servidores. Os procedimentos da pesquisa incluem: i) Revisão bibliográfica, para construir uma base teórica sólida sobre os componentes do processo de construção da IO, com base em estudos anteriores; ii) Pesquisa documental, complementando a análise teórica. Consideram-se documentos relatórios de pesquisa, relatórios de empresa, tabelas estatísticas, documentos oficiais, entre outros.

Na coleta de dados, serão utilizados: a observação, por meio da aplicação de uma dinâmica com os servidores da APEPB, para identificar



símbolos, valores e referências, elementos cruciais na construção do IO; e uma entrevista estruturada com o gestor da APEPB, para identificar os componentes centrais relacionados ao tema. Os dados coletados serão analisados de forma qualitativamente buscando oferecer uma visão da formação da IO no APEPB partindo das técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (2009), tanto nos documentos acessados, na dinâmica e como nas respostas da entrevista.

3 CONTEXTUALIZANDO OS ARQUIVOS PÚBLICOS NO BRASIL

Ao longo das décadas, o desenvolvimento dos arquivos e o conceito de arquivo evoluíram em paralelo com o progresso das sociedades, (Ventura, 2018). No entanto, a institucionalização dos arquivos foi precária, especialmente no Brasil, refletindo as condições políticas, econômicas e sociais das administrações públicas, como aponta Jardim (1995).

Nesse contexto, os Arquivos Públicos, em especial os Estaduais, criados no intuito de atender às necessidades administrativas e jurídicas, também assumem uma responsabilidade social quanto à identidade e à justiça social (Ventura, 2018). Dessa forma, para que os Arquivos Públicos Estaduais (APE) cumpram seu papel, é fundamental uma integração efetiva entre acervo, colaboradores, instituição e governo. No entanto, a falta significativa de qualquer um desses elementos compromete os serviços e o acesso à informação pública.

Além disso, os APE enfrentam diversos desafios, como a falta de investimento em algumas regiões e a falta de visibilidade, o que mantém uma perspectiva patrimonialista e os torna marginalizados, limitando assim sua capacidade de fornecer as informações essenciais para a pesquisa e o desenvolvimento da sociedade em geral (Ventura, 2018; Melo; Silva; Dorneles, 2017; Jardim, 1995).

3.1 O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

O Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), criado pela Lei nº 11.263 de 2018, é fruto de décadas de esforços de profissionais de diversas áreas, como historiadores, administradores, arquivistas entre outros, que reconheceram a necessidade de um espaço para a gestão, guarda, preservação, acesso e difusão dos documentos públicos do estado (Castro; Fernandes; Amorim, 2020). Seu objetivo principal é “favorecer a eficiência, a eficácia e a efetividade administrativas, apoio à modernização no contexto digital, o acesso rápido e seguro aos documentos, a gestão destes, além da preservação documental e a economia de gastos” (Castro; Fernandes; Amorim, 2020, p. 330).

O APEPB está localizado na Av. Abdias Gomes De Almeida, 800, CEP: 58.042-900, em João Pessoa–PB, sendo administrativamente vinculado à Secretaria de Estado do Governo. Além de desempenhar um papel fundamental na administração pública, como o responsável por definir diretrizes para a política de arquivos públicos e privados de interesse público e social, que devem ser seguidas pelo Poder Executivo Estadual (Melo; Carneiro; Bandeira, 2020, p. 174). Todavia, o Arquivo ainda carece de mecanismos consolidados relacionados aos seus aspectos identitários, e de instrumentos para difundir esses aspectos. A relevância desse arquivo transcende seu valor histórico, influenciando diretamente a gestão dos documentos estaduais, a identidade e a memória coletiva da população paraibana, o que demonstra sua importância (Cavalcante; Nascimento, 2023).

3.2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS INSTITUIÇÕES

A Identidade Organizacional (IO) é um dos pilares que permeia todos os aspectos da cultura e da percepção de uma organização, refletindo seus valores, propósito e personalidade. Originalmente definida por Albert e Whetten em 1985, como aquilo que é central, duradouro e distinto em uma

organização, sendo posteriormente revisada, incorporando um caráter mais dinâmico e social (Themé, 2006).

A formação da IO é um passo crucial para a estruturação de uma organização e seus serviços, pois age como um elemento de comunicação, consenso e pode influenciar relações de poder, “moldando como a organização se apresenta e se posiciona” (Sampaio; Fleury, 2002, p. 293). Dessa forma, existem vários elementos interconectados que caracterizam a IO, contudo, para esta pesquisa, nos ateremos à missão, visão e valores.

A missão define o propósito da organização e alinha os esforços de todos os membros em direção a um objetivo comum (Machado, 2009). A visão é a imagem do futuro desejado e impulsiona a motivação e inovação (Vasconcellos Filho; Pagnoncelli, 2001). Já os valores estabelecem os princípios que guiam as decisões e comportamentos da organização, criando um padrão de ética e cultura organizacional (Ferreira, 2016). Esses elementos, quando bem articulados, formam uma identidade coesa, essencial para o sucesso e sustentabilidade a longo prazo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o problema proposto nesta pesquisa, a identificação da Identidade Organizacional segue procedimentos metodológicos já estabelecidos por outros autores. Dessa forma, o desenvolvimento do estudo ocorreu de forma satisfatória, com foco atual na adequação e aprimoramento da Revisão da Literatura. Até o momento, não foram identificadas dificuldades no andamento da pesquisa. Todo o material necessário foi obtido em plataformas de dados acessíveis, e os servidores da APEPB demonstraram-se dispostos a contribuir com o estudo.

A identificação da Identidade Organizacional do Arquivo Público do estado da Paraíba é fundamental para fortalecer sua relevância e representatividade na sociedade. Ao consolidar essa identidade, a APEPB aprimora sua eficiência interna e reforça seu papel institucional, promovendo o reconhecimento de sua importância na preservação da história, cultura

e identidade. Esses elementos são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento e da cidadania.

Palavras-chave: arquivo; Arquivo Público do Estado da Paraíba; difusão; identidade organizacional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

CARVALHO, L. O. R. *et al.* **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina, PE: UFVSF, 2019.

CASTRO, A. A. V. de; FERNANDES, I. R. da S.; AMORIM, L. H. B. Arquivo Público do Estado da Paraíba: bases para a gestão documental. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, ed. 3, p. 330-342, 2020. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/151466>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CAVALCANTE, H. C.; NASCIMENTO, G. B. do. Documentos Manuscritos do Período Colonial do Arquivo Público da Paraíba–APEPB. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 11, ed. 1, p. 36-55, jan./jun., 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/66216/37591>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FERREIRA, A. V. S. Elementos de articulação: missão, visão, valores e a identidade organizacional. **EDUICEP**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/eduicep/index1>. Acesso em: 15 out. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALES-MIRANDA, D. R. Identidade Organizacional: componentes e construção. **Innovar**, Bogotá, vol. 30, n. 78, p. 89-104., 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-50512020000400089&lang=pt. Acesso em: 25 set. 2024.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: 15 out. 2023.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Acervo**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 31-45, 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987>. Acesso em: 22 mar. 2024.

MACHADO, D. S. **Filosofia Institucional**: missão – visão – valores do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Helen Beatriz Frota Rozados. 2009. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão de Bibliotecas Universitárias) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18488/000730113.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 out. 2024.

MALUF, I. M. P.; SILVA, W. A. A noção de governança arquivística no contexto brasileiro: em busca de perspectivas de observação: **ÁGORA**, [S. l.], v. 34, n. 68, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1204>. Acesso em: 18 maio 2024.

MELO, J. H. de; CARNEIRO, N. de S.; BANDEIRA, P. M. Por dentro do Arquivo Público da Paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, ed. 3, p. 172-179, 2020. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/151469>. Acesso em: 29 jun. 2024.

MELO, J. H. de; SILVA, R. N.; DORNELES, S. Breve história dos arquivos e da Arquivologia no Brasil. *In*: SANTOS, Eliete Correria dos; SILVA, A. K. A. da; CARVALHO, E. T. G. de (org.). **Arquivologia**: história, tipologias e práticas profissionais. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SAMPAIO, J. R. E; FLEURY, M. T. Uma discussão sobre cultura organizacional. *In*: FLEURY, M. T. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Gente, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001256845>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SILVA, D. A. dos S. **A Construção da Identidade Institucional do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte**: 1991-2021. Orientador: Ivana Denise Parrela. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/50506>. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, S.; RUÃO, T. A construção da identidade organizacional nas universidades públicas portuguesas: à procura de uma definição. **Revista de Letras**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 95-115, 2021. Disponível em: <https://revistadeletras.utad.pt/index.php/revistadeletras/article/view/236>. Acesso em: 14 nov. 2024.

THEMÉ, A. W. **A relação entre entidade organizacional e responsabilidade social e ambiental corporativa**: o caso das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS. Orientador: José Roberto Gomes da Silva. 2006. 140 f. Dissertação (Mestre em Administração de Empresas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9542@1>. Acesso em: 1 out. 2024.

VASCONCELLOS FILHO, P.; PAGNONCELLI, D. **Construindo estratégias para vencer**: um método prático, objetivo e testado para o sucesso de

sua empresa. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/654496250/Construindo-estrategias-para-vencer-Vasconcellos-e-Pagnoncelli>. Acesso em: 1 out. 2024.

VENTURA, Renata. **A atuação dos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil nas atividades de Representação da Informação para atendimento da Lei de acesso à informação**. Orientador: Eva Cristina Leite da Silva. 2018. 347 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/186801/PCIN0175-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2024.

SOBRE OS ORGANIZADORES



ELIETE CORREIA DOS SANTOS

Pós-doutorado em Educação Contemporânea pela UFPE - PNPd-CApES. Doutora em Linguística pelo PROLING/UFPB. Concluiu o doutorado sanduíche (Estágio Avançado de Doutorado), na Universidade do Porto - PT, na interface com o Curso de Ciência da Informação e Linguística. Mestre em Linguagem e Ensino pela UFCG. Possui graduação em Letras e Arquivologia. Atualmente é professora da Universidade Estadual da Paraíba - do Curso de Arquivologia, coordenadora e professora permanente do PPGDARQ-UEPB/UFPB. Profa. Permanente do PPGLE-UFCG. Experiência na área de Linguística, Tecnologias Educacionais e Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Ações educativo-culturais em arquivos, linguagem e Arquivologia, tecnologias educacionais, Difusão em arquivos, inteligência artificial, gêneros acadêmicos, linguagem e ensino, estudos Bakhtinianos. No momento, seu objeto de dedicação e estudo é a produção escrita dos gêneros acadêmicos com ênfase nos estudos bakhtinianos, ações educativo-culturais e metodologias decoloniais em arquivos, pesquisas que envolvem inteligência artificial e governança arquivística. O realce de pesquisa e extensão está no campo da Arquivologia e Linguística, no desenvolvimento do Projeto SESA (Seminários de Saberes Arquivísticos), cujo trabalho é realizado em cooperação acadêmica internacional com a Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico do Porto. Líder do grupo de pesquisa Arquivologia e Sociedade - GPAS cuja linha de pesquisa é Arquivologia e suas dimensões interdisciplinares. Também é membro do Grupo de Pesquisas em Linguística Enunciativa e Sócio-Interacional - GPLEI, atuando na linha Linguagem, ensino e tecnologia.



VANCARDER BRITO SOUSA

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) (1997), mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB) (2000) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB) (2006). Realizou estância de investigação no Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades (CEIICH) na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) em 2020. É professor lotado no departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus V, João Pessoa-PB, desde 2007. Também é professor colaborador do curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ). E é integrante do grupo de pesquisa Arquivologia e Sociedade - GPAS. Tem experiência nas áreas de Cidade e Meio Ambiente, Gentrificação e Requalificação Urbana, Arquivologia e Sociedade.

MANUELA EUGÊNIO MAIA

Doutora em Ciência da Informação (2018), mestra em Educação (2004) e graduada em Pedagogia (1999) e em Biblioteconomia (2005) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora efetiva (desde 2007), nível "D", da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no curso de Arquivologia e, desde 2024, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) - Curso de Mestrado Profissional Associado - UEPB/UFPB. Desde 2013, é Editora-Coordenadora da Revista Analisando em Ciência da Informação (RACIn), e-ISSN: 2317-9708.



Foi homenageada, em 2024, por meio do cordel Manuela Eugênio Maia, guardiã do cordel, escrito pelo cordelista e acadêmico da Academia de Cordel do Vale do Paraíba (ACVPB), Thiago Alves, como sendo uma das pessoas do mundo acadêmico mais empenhadas na difusão e estudo do cordel brasileiro. Em 2013, por meio do projeto Análise de banco de dados web de acervo de cordel: otimização de sistema a partir das expectativas de usuários, recebeu menção honrosa junto à Emerald/Capes no concurso Promovendo a disseminação do conhecimento em Ciência da Informação no Brasil. Foi Diretora do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) e da Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida (BORAA), ambas da UEPB, de setembro de 2006 a julho de 2013. Em 2011, foi palestrante convidada pela Library of Congress, Washington, DC, no Simpósio Internacional de Cordel, intitulado Literatura de cordel: change and continuity in Brazilian popular literature. Em 2001, foi selecionada, por meio de concurso internacional, pela Agencia Española de Cooperación Iberoamericana (AECI), desenvolvendo atividades na Facultad de Documentación da Universidad de Alcalá de Henares (Espanha), atuando na área de Administração de recursos em unidades de informação, com práticas nas bibliotecas da referida universidade e no Centro de Documentación de la Unión Europea. Desde 2007, é uma das líderes do Grupos de Pesquisa Gestão da Inteligência, Empreendedorismo e Informação da UEPB. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Representação da informação e Gestão da informação. Atua, principalmente, nos seguintes temas: acervo de cordel, planejamento bibliotecário, representação da informação, instrumentos de acesso e uso em arquivos, estudos de usuários em arquivos, fontes de informação e metodologia científica. Na área pedagógica, atua em seus fundamentos, em especial, história da educação, relações de poder e didática.



THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS

Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade do Porto e Universidade de Aveiro - Portugal (2017). Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2013). Graduação em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, com atuação nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Gestão da Informação, bem como no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI). Também atua como professora no Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) da Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora do Núcleo de Curadoria Digital e do Alaye - Grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais. Tem interesse e desenvolve pesquisas junto as seguintes temáticas: Ciência da Informação; Arquivologia; Gestão de Documentos; Representação e Recuperação da Informação; Acesso e Uso da Informação; Serviços de Informação e Fontes de Informação.

LESLEYANNE RODRIGUES DE LIMA

Graduada em Ecologia (2014) e Arquivologia (2021) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atualmente sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) pela UEPB/UFPB. Minha pesquisa concentra-se nas áreas de memória, patrimônio, arquivos digitais e gestão documental.



ANA CAROLINA SOARES SANTOS



Mestranda em Gestão de Documentos e Governança Arquivística, programa associado da UEPB e UFPB (2024-2025). Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua, na UEPB, como pesquisadora em Gerenciamento de Projetos e Processos do Projeto Limite do Visível (FAPESQ/SECTIES). Com experiência prática na Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) em 2019-2021; na Paraíba Previdência (PBPREV) em 2021 e; na Secretaria de Estado de Administração (SEAD) em junho de 2021-2023. Atuou na Preservação e Conservação dos Arquivos Permanentes; Digitalização do acervo, dando ênfase aos documentos de gêneros textual, cartográfico e eletrônico. E na Gestão de Documentos Físicos e Digitais nos Arquivos Correntes e Intermediários. Atualmente, pesquisa sobre a Literacia Digital nos arquivos, como também nos processos de Governança Arquivística quanto às ações e políticas de adaptação e uso de sistemas digitais direcionados à educação digital dos colaboradores. E é integrante do grupo de pesquisa Arquivologia e Sociedade - GPAS.



JANAINA LIMA DOS SANTOS

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão documental e Governança Arquivística na Universidade Estadual da Paraíba conjuntamente com a Universidade Federal da Paraíba (2024) - Trabalhou no Centro Cultural São Francisco com difusão cultural - (2023). Trabalhou com a classificação dos arquivos do Ministério Público do Trabalho (2021) - Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (2013). Tem experiência na área de Digitalização de processos da AGU (2019-2021), com ênfase em Organização de Arquivos. Preocupa-se com as seguintes temáticas: gestão documental e preservação e conservação.

